

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E AÇÕES NA
ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: uma análise em
geografia rural**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Leticia de Oliveira

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E AÇÕES NA
ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: uma análise em
geografia rural**

por

Ana Leticia de Oliveira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial.
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr^a Vera Maria Favila Miorin

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Departamento de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E AÇÕES NA ORGANIZAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL: uma análise em geografia rural**

elaborada por
Ana Leticia de Oliveira

como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a
(Presidente/Orientador)

Giancarla Salamoni, Dr^a. (UFPel)

Marcelo Conterato, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, 08 de julho de 2011.

Dedico este estudo aos meus avôs maternos Olvídio Stürmer e Hilga Scheer Stürmer, em nome de todos os Imigrantes europeus e seus descendentes presentes na construção das bases de Três Passos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pela estrutura física e intelectual disponibilizadas durante o meu tempo de graduação e pós-graduação em nível de mestrado nesta Instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo substancial apoio recebido, auxílio bolsa de mestrado, o qual amparou financeiramente as bibliografias, equipamentos, trabalho de campo e viagens de estudo permitindo que a presente Dissertação atingisse níveis de qualidade.

À Professora Dr^a Vera Maria Favila Miorin, grande mestre. Obrigada por me ensinar a ser geógrafa e me iniciar na fascinante vida de pesquisadora.

À Professora Dr^a Gilda Maria Cabral Benaduce, pelas conversas, incentivos e trocas de conhecimentos de ciência e de vida.

À todos os atores responsáveis pela organização do espaço do município de Três Passos, atuantes no processo de desenvolvimento desta espacialidade geográfica e que durante minhas investigações gentilmente disponibilizaram seu tempo prestando informações e dando depoimentos úteis para o desenvolvimento da pesquisa, através de entrevistas, conversas, discussões e empréstimo de materiais.

Aos professores, Dr^o Marcelo Conterato e Dr^a Giancarla Salamoni, avaliadores na banca de defesa desta Dissertação pela transmissão de conhecimentos, experiências e sugestões valiosas que enriqueceram o trabalho.

À Cristiane Dambrós colega e amiga, pelo auxílio direto sobre a Dissertação, através de suas leituras e sugestões e pela confecção de material cartográfico e palavras de apoio.

À Flaviene Comin, grande amiga presente em muitos momentos desta jornada, pelas longas conversas, desabafos e aconselhamentos.

Aos demais colegas do Laboratório de Estudo e Pesquisa Regional (LEPeR) principalmente a Fátima e a Jaqueline, igualmente colegas de mestrado que, em determinados momentos, tiveram participação na construção desta Dissertação.

Aos meus pais, Gilmar e Liani, por me presentarem com a oportunidade do estudo e por me ensinarem a jamais esquecer o bom caráter. Também à minha

irmã, amiga e eterna companheira Angel, por todos os segundos das horas compartilhados. Nada jamais teria sido construído sem a participação de vocês.

À Denise Lemes pela amizade, companheirismo e constante incentivo, por dividir comigo as dificuldades e multiplicar as alegrias.

Às amigas Daniela Barbieri, Hilda Mirian da Rocha, igualmente pelo auxílio cartográfico, Mariele Furlan e Vanessa Oliveira, amizades construídas passo a passo nesta jornada conjunta a qual carregarei para sempre.

*Do meu lugar não há registros
nem mapas
nem retratos.*

*Para falar dele terei de mencionar
um raio de sol manso
a nascer na transversal
das tábuas do soalho.*

*O meu lugar é a pura geografia.
Sem o sítio.
Mais o sítio.
Continente doce onde se inscreve
o pão de cada dia
e a mecânica dos ossos a ranger.*

*No meu lugar
a primavera nasce
suave e rumorosa
suspensa sobre pétalas de luz.
Cada pequeno animal
sai da pedra que o protege
e corre pelo seu mundo que é também o meu
mundo
e leva os meus olhos
e regressa com perguntas.*

*O meu lugar existe
porque existe uma andorinha a dançar
em seu redor
e tudo se torna verde e depois maduro
e há um sumo de laranja
que escorre dos lábios por volta do meio-dia.*

*No meu lugar há círculos abertos
e todas as poções intentam misturar-se
para que a voz do coração se torne
num ofício de ventos e de cravos.*

*O meu lugar
é tão belo.*

*É tão belo
e tão breve
o meu lugar.*

José Fanha (2006)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Universidade Federal de Santa Maria

COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E AÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: uma análise em geografia rural

Autora: Ana Leticia de Oliveira
Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Maria Favila Miorin

Data e Local: Santa Maria, 08 de julho de 2011.

A investigação tem como escopo o entendimento do comportamento e das manifestações dos complexos agroindustriais, como promotores de transformações dinâmicas nas espacialidades coloniais em que se inserem. Eles exercem influência no processo de produção, alterando-o e recriando como nova a matriz produtiva submetida a ação dos fluxos do capital que se instala no sistema de produção até então vigente. As relações que se estabelecem, permeiam a cadeia produtiva, principalmente a que trata da produção da matéria-prima destinada à agroindústria, permitindo conhecer seu comportamento, alcançar sua dimensão no contexto do crescimento e do progresso socioeconômico das espacialidades locais. A relevância do estudo consiste na avaliação das atividades da agropecuária nos estabelecimentos agropastoris e das relações existentes com a agroindústria guardando significados de horizontalidade e de verticalidade, além de revelar definições e influência exercidas na organização econômica, política, social de uma dada espacialidade. No caso em questão, de pequenos municípios, como é o caso de Três Passos - RS. A realização deste estudo assume importância considerando que os complexos agroindustriais marcam presença na estruturação econômica e social dos espaços onde se instalam. Para o desenvolvimento da investigação proposta, utiliza-se a metodologia sistêmica na compreensão de uma realidade constituída de relações complexas onde se destaca o Complexo Agroindustrial Sadia S/A e, as categorias de análise espacial constituídas pelo meio rural e meio urbano que formam a espacialidade do Município investigado. Também, se fez uso da análise crítica permitindo confrontar elementos constituintes de alguns subsistemas: político, econômico e sociocultural, bem como técnico e ambiental ocasionadores de transformações no modo de vida das populações envolvidas, direta e indiretamente, com a dinâmica dos processos que se manifestam na atual organização do espaço. Nesta investigação se identifica a presença do Complexo Agroindustrial, como uma ação da dinâmica capitalista e de seu processo de reprodução globalizada, tenha promovido profundas interferências sócio-espaciais no velho sistema de produção de origem colonial.

Palavras-chaves: Complexos agroindustriais; Organização espacial; Suinocultura; Interferências sócio-espaciais; Sistema de produção de origem colonial.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Universidade Federal de Santa Maria

AGROINDUSTRIAL COMPLEX AND ACTIONS IN THE SOCIO-SPATIAL ORGANIZATION: an analysis in rural geography

Author: Ana Leticia Oliveira
Advisor: Prof^a Dr^a Vera Maria Favila Miorin

Date and Place: Santa Maria, July 8th 2011.

The research deals with the understanding of the behavior and manifestations of the agroindustrial complexes as developers of dynamic changes in colonial spatiality in which they operate. They influence the production process, changing and re-creating the productive matrix subjected to the action of the flows of capital which is installed on the current production system. The established relationships permeate the production chain especially by dealing with production of the raw material for the agro-industry, thus allowing knowledge on its behavior in order to achieve its size in the context of growth and socioeconomic progress of the local spatiality. The relevance of the study is to assess the activities of grazing livestock in the establishments and the existent relationships with the agribusiness, maintaining the meanings of horizontality and verticality, as well as to reveal the influence exerted on the definitions and economic, political, social organization of a given spatiality (in this sense, small municipalities such as Três Passos - RS. This study assumes significance considering that the agro-industrial complexes are present in the structure of economic and social spaces where they settle. For the development of the proposed research, the methodology used is the systemic understanding of a reality composed of complex relationships which highlight the Agroindustrial Complex Sadia S / A, and the categories of spatial analysis contrasted by rural and urban areas that form the investigated spatial Municipality. A critical analysis was also used, allowing the confront between some subsystems: political, economic and sociocultural as well as occasional technical and environmental changes in the way of life of people involved, directly and indirectly, with the dynamic processes that manifest the current organization of space. The presence of Agroindustrial Complex is identified in this research as an action of the capitalist dynamics. Its globalized reproduction process has promoted a profound socio-spatial interference on the old production system of colonial origin.

Keywords: agro-industrial complexes; Spatial organization; Swine Production; socio-spatial interference.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Três Passos – RS	21
Figura 2 – Organograma da influência dos CAIs sobre espacialidades coloniais.	40
Figura 3 – Modelo de distribuição de lotes em área de colônia alemã.....	78
Fotografia 1 – Agricultores preparando a terra, primeira metade do Século XX	80
Figura 4 – Mapa hipsométrico do município de Três Passos.....	83
Fotografia 2 – Instalação destinada à suinocultura conforme padrões Técnicos de confinamento.....	88
Fotografia 3 – Suinocultura destinada ao Complexo Agroindustrial local.....	88
Figura 5 - Organograma de representação da cadeia produtiva de suínos.....	95
Fotografia 4 – Vista panorâmica Frigorífico Três Passos Ltda, 1953.....	99
Fotografia 5 – Vista panorâmica da Empresa Sadia S.A., 1994.....	100
Fotografia 6 – Sistema colonial com técnicas tradicionais (rudimentar).....	102
Fotografia 7 – Sistema moderno com aplicação de tecnologias.....	102
Figura 6 - Distribuição dos suinocultores em Três Passos – RS.....	104
Fotografia 8 – Terraplanagem para construção de chiqueiro, com máquinas da Prefeitura Municipal de Três Passos, RS.....	116
Fotografia 9 – Empresa de crédito rural ao lado de uma agropecuária.....	121
Fotografia 10 - Pavimentação das ruas próximas a Empresa Sadia S.A.....	123
Fotografia 11 - Biodigestor em uma propriedade suinocultora.....	125
Fotografia 12 - Avenida Central de Três Passos, a Empresa Sadia S.A. ao fundo.....	126
Fotografia 13 – Instalação de antigos chiqueiros.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os dez municípios com maior produção suína no RS, 2009.....	118
Tabela 2 – Distribuição do número de cabeças e percentual de participação do rebanho suíno por COREDE, RS, 2009.....	118

LISTA DE SIGLAS

ADM - Archer Daniel Midland

CAI – Complexo Agroindustrial

COTRIJUÍ – Companhia Agropecuária e Industrial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

S/A ou S.A. – Sociedade Anônima

SIPS - Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado do Rio Grande do Sul

LISTA DE APÊNDICES E ANEXO

Apêndice A - Modelo de entrevista semi-dirigida realizada com os suinocultores	142
Anexo A – Base de cálculo para incentivo à suinocultura	145
Anexo B – Legislação Municipal de Incentivo à suinocultura	147
Anexo C – Declaração de Compromisso de uso da água	149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 ABORDAGEM CONCEITUAL E METODOLÓGICA.....	24
1.1 Espaço: conceito-chave da Geográfica e outras conceituações.....	24
1.2 Metodologia: método, procedimentos e técnicas.....	35
2 AGRICULTURA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	45
2.1 Origem e evolução da agricultura brasileira.....	45
2.2 A evolução do capitalismo no campo brasileiro.....	49
2.3 Da modernização a industrialização da agricultura.....	55
2.4 A constituição e o desenvolvimento dos CAIs.....	59
3 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO FÍSICO-SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS.....	68
3.1 Movimento emigratório na Alemanha	68
3.2 A imigração alemã no Brasil e no Rio Grande do Sul	73
3.3 Formação e organização da espacialidade município de Três Passos.....	78
3.4 O município de Três Passos e o seu meio rural.....	82
4 A INFLUÊNCIA DO CAI DA SUINOCULTURA E AS RELAÇÕES SOCIO- ESPACIAIS E PRODUTIVAS DE TRÊS PASSOS - RS.....	91
4.1 A organização da produção suína empresarial	92
4.2 A suinocultura do município de Três Passos – RS.....	97
4.3 A suinocultura de Três Passos através do sócio-cultural e tecnológico..	107
4.4 Os subsistemas político e econômico nas relações entre os atores.....	112
4.5 Interferências socioespaciais do CAI no município de Três Passos.....	117
4.5.1 Organização das redes de transporte.....	121

4.5.2 interferências sobre o sistema sócio-ambiental.....	123
4.5.3 Interferências presentes nos traços culturais da suinocultura.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
BIBLIOGRAFIAS.....	136

A compreensão das espacialidades, considerando elementos e relações, constitui-se em objeto de estudo em ciência Geográfica. Ao aceitar que as relações pertinentes a uma espacialidade revelam mais do que sua existência, torna-se possível o entendimento das dinâmicas que ocorrem no todo da espacialidade e das interferências na sua organização. Assim, a alteração de seus processos e as decorrentes manifestações determinadas pelas formas e funções que revelam as estruturas constitui o todo da espacialidade geográfica.

Neste sentido, a pesquisa em Geografia, como área do conhecimento das relações entre homem e natureza, procura conhecer a grandeza e a dinâmica das relações em seu movimento transformador das espacialidades. A geografia praticada pelos geógrafos brasileiros tem alcançado notoriedade devido à preocupação de seus estudos voltados para as dinâmicas de suas categorias de análise espacial: ambiental, rural ou urbana, cujas transformações ocorrem com a mesma rapidez como se desenvolvem as novas tecnologias e testemunham a presença do período técnico científico informacional, como se referia Milton Santos em sua ampla bibliografia.

As espacialidades socioeconômicas no Brasil sofrem modificações decorrentes da estruturação sistêmica político-econômica, calcada no modo de produção determinado pela comercialização e competitividade dos e nos mercados (ABRAMOVAY, 1998), descrita como a fase da economia neoliberal do processo de globalização do capitalismo mundial.

Esse processo de globalização se manifesta de modo presente e o sistema capitalista se torna soberano. Acontecimentos, antes isolados, atingem níveis globais e se encontram interligados. Isto se faz presente no momento de disseminação da influência do capital produtivista, em sua mais nova fase, ou seja, através do emprego de novas técnicas, da cientificidade e da disseminação da informação a serviço da produção.

Aparentemente, o mundo se rende à vontade e aos anseios capitalistas e, nesta linha de reflexão, observa-se que os países emergentes cada vez mais se

relacionam e aprofundam seus laços de dependência com aqueles que fundamentam o sistema.

O Brasil, desde os tempos de colonização, tem sido influenciado pelas economias tecnicamente desenvolvidas, por concorrer no comércio mundial sob regras históricas e orientadas pelas economias estruturadas pela técnica e pela indústria, realizando uma interação de oferta de produtos de baixo valor agregado produzidos no meio rural e originados na agricultura e/ou na pecuária (SILVA, 1998a). Resultantes desta desigual relação qualitativa aprofundam-se a dependência e a interferência com relação às econômicas externas, seja para desenvolver novos sistemas de produção interna ou para se manter ativo no mercado mundial.

A busca constante pela vanguarda tecnológica traz a necessidade de alterar seus sistemas produtivos introduzindo avanços e potencializando os produtos assim como as condições de competição na concorrência internacional. Por outro lado, a dinâmica das alterações ocorre de acordo com as exigências do sistema econômico, seja de forma branda ou agressiva, sem considerar os custos sócio-espaciais decorrentes. Isto explica a opção do Brasil, em muitos momentos de sua história, por políticas socialmente injustas como a utilização de mão-de-obra escrava e a concentração da terra em prol do favorecimento de um crescimento da economia com base na valorização das atividades ligadas ao agropastoril destinado ao mercado externo.

Analisando a evolução da política econômica brasileira, observa-se que ela iniciou hegemonicamente rural e alcançou o urbano. Valorizou a agricultura, a indústria e, por fim, os serviços, galgando, paulatinamente, todos os setores da economia.

Concorda-se com Baréa (2008, p.56) na concepção de que as políticas públicas deram oportunidades, através de incentivos, para que ocorressem mudanças nos sistemas de produção, conforme as indicações dos avanços tecnológicos. As mudanças que se desenvolveram neste processo “indicavam a substituição da mão-de-obra, a intensificação da produção, o aumento da produtividade, a adoção de insumos capazes de garanti-la ao longo do processo, mesmo em áreas em que os solos não ofereciam condições ideais”.

O contexto do setor agropecuário, fornecedor dos principais produtos de matéria-prima para a exportação, assistiu intensas modificações desde a sua

instalação, passando de um sistema rudimentar de agricultura a um sistema de *agribusiness*¹, que pode ser traduzido por agronegócio com uso intensivo de tecnologias de ponta. Os primeiros conglomerados agropecuários surgiram e se desenvolveram viabilizando a formação de complexos agroindustriais (CAIs) que auxiliaram na formação dos fluxos e das redes produtivas dinâmicas e eficientes.

Estas transformações se intensificaram mais nos últimos anos da década de 1960 e início de 1970, quando a produção se voltou para o atendimento do suprimento da demanda advinda das indústrias que se difundiram a sombra dos incentivos governamentais e dos mercados favoráveis, contribuindo na formação de dinâmicas aglomerações urbanas. Assim, acredita-se que a “formação de novos mercados deu origem aos CAIs, que se organizaram em distintas regiões onde a modernização se encontrava instalada” (tendo início nos setores de cereais e de carnes) e junto a eles tendem a promover as transformações sócio-espaciais, influenciando intensivamente no ritmo e na dinâmica das relações estabelecidas (BARÉA, 2008, p.57).

A visão mundializada da economia se completa através de transações de volumoso capital, de produção e de tecnologias. Elas afetam diretamente as estruturas sociais, econômicas e ambientais locais e modificam o patrimônio, principalmente, dos países emergentes que apresentam possibilidades favoráveis aos investimentos e interferência do grande capital. Um exemplo da influência deste sistema econômico sobre o local se detecta pela instalação dos complexos agroindustriais em municípios de pequeno e médio porte. Estes tendem a modificar a estrutura sócio-econômica local, transformando o sistema de produção e de vida das populações.

Os complexos agroindustriais, ligados ao setor agropecuário de produção intensiva, instalam se normalmente em localidades possuidoras de sistema agrário baseado na pequena propriedade e de força de trabalho familiar. Muitas vezes, estas localidades, principalmente no sul do Brasil, possuem sua origem em colônias formadas por imigrantes provenientes de regiões centrais da Europa.

Nestas antigas colônias, as atividades agrícolas se baseavam em um primeiro momento na subsistência para, posteriormente, possibilitarem a venda dos

¹ Entende-se por *agribusiness* o conjunto das relações econômicas envolvendo o sistema da produção agrícola e/ou pecuária detentor de alta produtividade e competitividade no mercado externo. Este termo foi proposto nos EUA nos anos de 1950.

excedentes em mercados locais. Com a inserção destas novas formas produtivas derivadas dos complexos agroindustriais, a dinâmica interna das pequenas propriedades tende a sofrer transformações. A família rural ainda produz para seu próprio consumo e, em alguns momentos, para o comércio no mercado local. No entanto, dedica-se à produção de matéria-prima para a indústria com a qual mantêm relações de produção.

Os complexos agroindustriais, ao adotarem um modelo de produção capitalista (pleno de capital, tecnologia e produtividade), cujo custo ambiental e de trabalho não são computados, realizam volumosa produção, com significativa parte voltada para o mercado externo. A matéria-prima é fornecida pelo pequeno produtor aos grandes complexos através de acordos firmados entre as partes.

O envolvimento ocorre porque os complexos agroindustriais possuem a idéia de desenvolvimento integrado a partir de suas instalações e atuação. Contudo, tal juízo passa a ser contraditória, pois este “desenvolvimento” é excludente e não atinge a todas as camadas da sociedade. Igualmente, sua ação transforma a dinâmica sócio-espacial e as formas econômicas presentes de uma localidade, porque insere novos elementos na espacialidade através da difusão de “novas” funções, alterando os valores antes estabelecidos.

Dentre os demais estados brasileiros possuidores de complexos agroindustriais instalados e que sofreu intensa transformação em seu sistema de produção familiar colonial foi o Rio Grande do Sul, por ser o Estado que recebeu inúmeras unidades destes complexos agroindustriais provenientes de distintas empresas e atuam em variados setores da produção. Esta realidade permitiu estabelecer o objetivo da investigação do presente trabalho concernente a reconhecer os processos, as relações e as interações que promovem mudanças no sistema agrário de antigas áreas coloniais por meio de ações dinâmicas dos complexos agroindustriais. Para dar conta desta investigação em tempo hábil para o curso de mestrado, foi considerada uma localidade que satisfizesse aos interesses do objetivo. Nesta situação, optou-se pelo município de Três Passos, sob a ação de um complexo agroindustrial.

A importância deste estudo, a luz da análise crítica, é a de revelar as ações e mudanças ocorridas na organização espacial sob os efeitos da instalação de um Complexo Agroindustrial na espacialidade municipal. No geral, a presença de qualquer empreendimento torna-se responsável pela alteração substancial do modo

de vida, de interferências e de transformações no modo de produção e de reprodução. A espacialidade selecionada para o estudo se constitui em um dos muitos municípios do estado do Rio Grande do Sul que, hoje, possuem sua organização espacial profundamente diferenciada de seu passado colonial.

Para que fosse atingido o objetivo, fez-se necessário a delimitação de objetivos auxiliares: (i) reconhecer e caracterizar os tipos de relações socioeconômicas das categorias de análise rural e urbana; (ii) determinar os processos geradores das velhas relações estabelecidas e das novas relações que as alteraram no decorrer do tempo histórico; (iii) caracterizar as novas dinâmicas que atuam e caracterizam a atual organização do espaço.

O município em questão se localiza na região Noroeste do Rio Grande do Sul (Figura 1) e possui uma das unidades de produção do Complexo Agroindustrial da Sadia S.A., de processamento de suínos e é responsável pelas atividades suinocultoras em Três Passos e em municípios de seu entorno.

O presente estudo estabelece posicionamentos assumidos na seqüência da pesquisa e trata da compreensão e influência de um Complexo Agroindustrial, de seus fixos e fluxos de produção, do processo alterador assumido sobre a organização das espacialidades, com mais intensidade em municípios de pequeno e médio porte.

Com o intuito de melhor atingir o objetivo traçado, optou-se por utilizar a metodologia sistêmica e a análise crítica, conforme recomendado por Santos (1985). Para isto, utilizaram-se as concepções da dialética, no que se refere ao desenvolvimento da análise comparativa, entre as velhas e novas formas, da sujeição ao capital acumulativo e ao modo de produção para o mercado, além fronteiras. No trabalho, concentram-se esforços no entendimento das relações firmadas e nos elementos que as constituem.

A fase investigativa exigiu atenção nas análises e permitiu reconstruir as etapas do processo de modificação e de transformação das velhas formas resultantes das antigas relações para as novas, por meio de intensa investigação de campo constituída por entrevistas (Apêndice A), contatos diretos com suinocultores ligados a alguma empresa ou não, além de sindicatos, organizações privadas e públicas. Procurou-se também determinar informantes qualificados e empresas processadoras (indústrias).

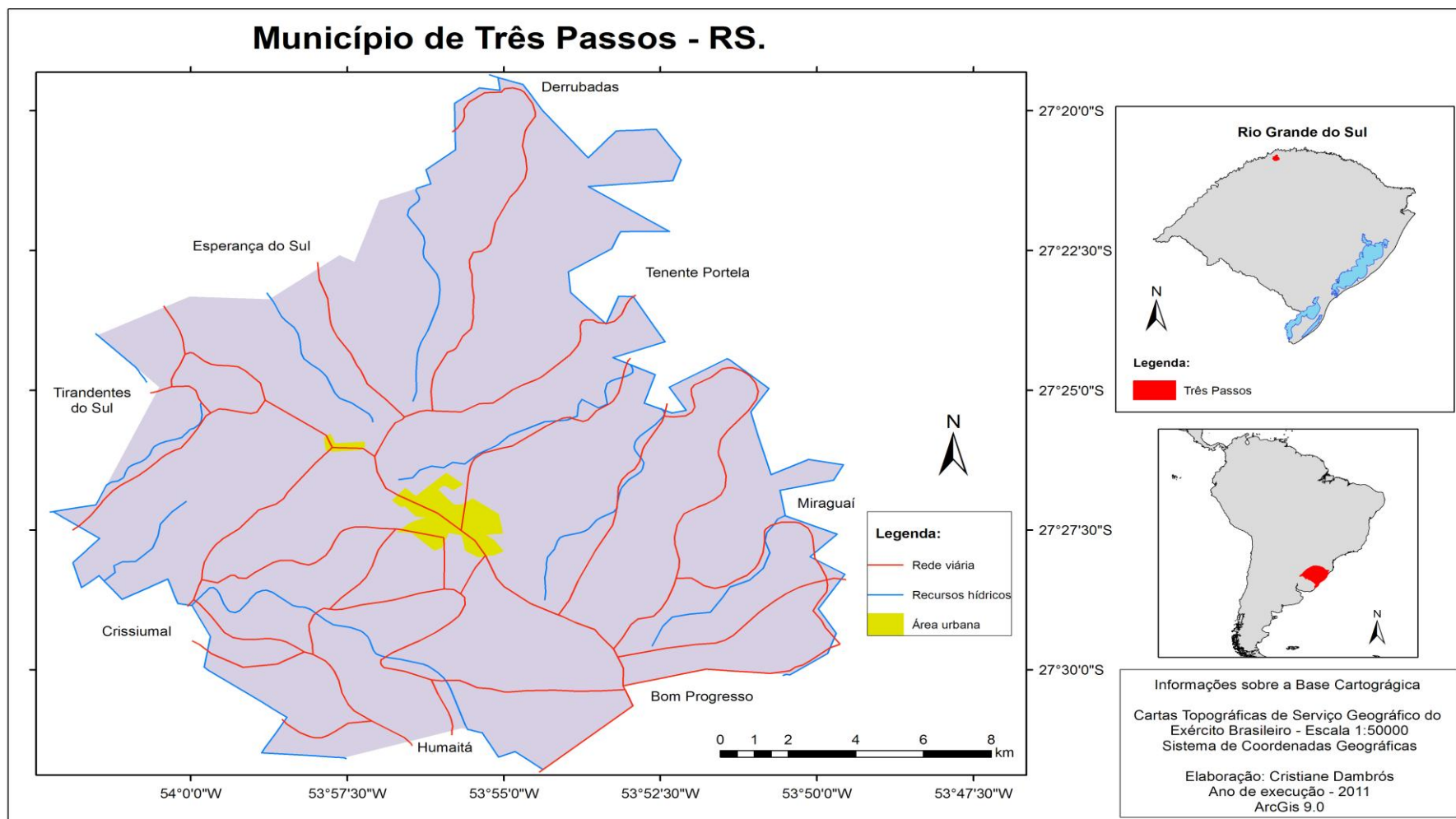


Figura 1- Localização do município de Três Passos.
Elaboração: Geógrafa Cristiane Dambrós.

Buscou-se todo o empenho no sentido de compreender as sucessivas alterações na trajetória evolutiva, marcada pela influência das dinâmicas do sistema de produção, CAI. Estas influências são notórias no sistema social, no econômico e no político-administrativo da localidade municipal, determinando, principalmente, novos elementos comportamentais que alteraram periodicamente a espacialidade geográfica.

No desenvolvimento do estudo, optou-se pela construção de quatro capítulos, de maneira à melhor distribuir as abordagens realizadas. O primeiro capítulo possui caráter conceitual e metodológico. Nele, os principais conceitos, definições e processos interativos das relações existentes são estabelecidos, promovendo a orientação da investigação necessária à reflexão e interpretação do sistema. Discutem-se também as relações sociedade/natureza e as atividades decorrentes destas relações, que formam e modificam a paisagem geográfica, além de determinar diferentes formas de atuação no contexto da organização espacial.

Ao capítulo dois destinou-se à discussão dos temas relativos a agricultura brasileira e sua atuação no contexto do capitalismo de mercado e da industrialização. Os diferentes entendimentos quanto à origem e formação da agricultura brasileira tiveram ênfase, bem como as transformações sofridas com a evolução da influência do capital, da circulação e atendimento do mercado interno e externo, da modernização e industrialização da agricultura, a constituição dos Complexos Agroindustriais, CAIs e sua estruturação na fase do processo de globalização da economia mundial.

O terceiro capítulo trata do referencial empírico apresentando o município de Três Passos segundo a sua formação socioambiental, econômica e política. Utiliza-se dos instrumentos de investigação determinados por Santos (1985) e caracteriza a espacialidade como sendo um sistema cultural e socioeconômico, político e ambiental formador de uma organização espacial dinâmica em suas atividades agropecuárias, oriundas de sua fase colonial.

O capítulo quatro como os demais, apresenta os resultados obtidos ao longo da investigação, apoiado em objetivos pretendidos e em resultados atingidos. Assim, procura-se discutir como ocorre a organização da produção suinocultura em moldes empresariais gerando a dinâmica base socioeconômica da espacialidade municipal de Três Passos. Neste capítulo são abordados os subsistemas e as relações existentes entre eles procurando extrair, através da análise crítica, as

relações intersistêmicas contidas nos sistemas Rural Colonial (produtores rurais), CAI e o sistema Urbano Colonial. Procurou-se compreender a influência do CAI da suinocultura na organização sócio-espacial do município de Três Passos por meio da compreensão dos subsistemas sócio-cultural, tecnológico, político, econômico e ambiental.

Finalizando a investigação, em suas considerações finais são abordados os enfoques teórico-metodológicos e a formação e transformações sócio-espaciais do referencial empírico analisado que permitiu reconhecer as alterações de uma espacialidade antes tradicional e oriunda de sistema de produção colonial para sistema de produção moderno.

ABORDAGEM CONCEITUAL E METODOLÓGICA

As descobertas e os estudos científicos movem o mundo permitindo que a Academia assuma significativa importância no avanço da humanidade e na solução dos problemas que se interpõem entre Natureza e Sociedade. Assim, faz-se necessário a compreensão da realidade, para explicar, interferir e reorganizar os espaços transformados pelas ações de produção oriundas do trabalho humano, de modo a permitir correto e adequado avanço das relações de reprodução no mundo atual.

1.1 Espaço: conceito-chave da Geográfica e outras conceituações.

O entendimento das relações resultantes do trabalho humano na Natureza requer o uso de conceitos científicos, sua aplicação no auxílio da solução dos problemas e no estabelecimento das relações e conexões entre teoria e prática. Neste capítulo, utiliza-se o conceito contemporâneo de espaço geográfico como instância social, segundo Milton Santos (1978).

A concepção de Santos (op.cit.) é fruto do entendimento analítico realizado nas correntes de pensamento geográfico a partir de “1870 quando a geografia tornou-se uma disciplina institucionalizada nas universidades européias, à década de 1950, quando se verificou a denominada revolução teórico-quantitativa” Corrêa (2007). Segundo este autor, o período é identificado como sendo a fase da geografia tradicional, por anteceder às mudanças que se verificaram nas décadas de 1950 e, a seguir, após 1970.

A geografia tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região e estabeleceu em torno deles discussões sobre o objeto da geografia. A geografia teórico-quantitativa, calcada no positivismo lógico, introduziu a adoção da visão da unidade epistemológica da ciência sendo derivada

das ciências da natureza. O raciocínio hipotético-dedutivo foi, em tese, consagrado como o mais pertinente e a teoria erigida em nível intelectual. Esta abordagem não só garantiu a anexação do termo ciência à geografia, como também vinculou o trabalho do geógrafo, no plano prático, com a adoção do sistema de planejamento. Merece destaque, igualmente, o fato de que a geografia teórico-quantitativa passou a ser considerada como ciência social e, para outros, como ciência espacial (CORRÊA, 2007).

Na década de 1970, surgiu a geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e na dialética, destacando-se os escritos (livros e artigos) de Santos (1978) e de Capel (1982). O conteúdo desta nova abordagem procurou se afastar da geografia tradicional e da teórico-quantitativa, dando lugar a intensos debates entre geógrafos marxistas e não-marxistas e o espaço, como conceito-chave, reapareceu no centro dos debates, bem como a identificação das categorias de análise do espaço.

Citam-se, neste particular, os autores como:

(i) Soja (1993) discutindo a dimensão espacial; além de reiterar o papel do espaço e da espacialidade como fundamentais para a reconstituição e o devir da sociedade e avançando em suas idéias, considerou que o espaço deve ser visto como o receptáculo de múltiplas contradições espaciais que se processam entre os países centrais e os periféricos, normalmente em períodos de crise geral do capitalismo.

(ii) Harvey (1993), estabelecendo as conexões entre espaço e tempo, ao discutir a pós-modernidade, na pretensão de reconstruir geograficamente a teoria marxiana, considerou que a dimensão espacial desta teoria teria sido ignorada por muitos.

(iii) Lefebvre (1976), em sua obra *Espacio y Política*, argumentou que o espaço possui um papel ou uma função fundamental na estruturação da totalidade, da lógica e do sistema. Para Lefebvre, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. O que pode ser interpretado como a reprodução da própria sociedade.

(iv) O uso da terminologia de Lefebvre permitiu a Santos (1977) entender não ser possível conceber uma determinada formação sócio-econômica sem se recorrer ao conceito de espaço, embora reconhecendo que modo de produção, formação sócio-econômica e espaço sejam categorias interdependentes. Ao avançar nessa

linha de pensamento, o autor entende que os modos de produção de um dado território criam formas espaciais que constituem uma linguagem dos modos de produção.

Por outro lado, Santos (1977 e 1978) chama a atenção para as formas constituintes da paisagem revelando o modo de produção existente, permitindo que, através delas (as formas) se alcance as funções criadoras, os processos geradores e as estruturas de sustentação, como e também a dinâmica da produção e da reprodução de uma dada formação sócio-econômica.

Em Santos (1997, p.1)², o espaço “como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia”. O autor ainda complementa que “o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais”. Deste modo, orienta-se ao entendimento de que o espaço contém uma combinação de elementos com a sociedade.

O aprofundamento científico conquistado na ciência geográfica permitiu a elaboração do conceito de formação sócio-espacial ou formação espacial, indicando que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, o espaço que ela produz. Por sua vez, o espaço tem significado e é inteligível através da sociedade: formação sócio-espacial que está contida no conceito-chave e pode ser manifestada pela natureza operativa, de paisagem, região, espaço (no sentido da organização espacial), lugar, território e local.

Embora os estudos tenham obtido significativos avanços não respondiam sobre as categorias de análise do espaço. Para Santos (1985), o espaço deveria ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma e deveriam ser consideradas em suas relações dialéticas.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, 52)

² Retrabalhando idéias de 1979 contidas em seus escritos, como O espaço dividido.

O desenvolvimento e aprofundamento da geografia como ciência no último quartel do século XX e início do século XXI tem permitido a descoberta de substratos para a investigação científica referentes à formação sócio-espacial e a organização espacial, segundo suas diversas estruturas sociais. Também tem revelado a existência de uma estrutura subordinado-subordinante, constituída pelas relações de produção e de reprodução. Do mesmo modo, outros campos de investigação têm se firmado na ciência geográfica ao adquirir, nestes últimos tempos, uma base sólida conceitual, permitindo ao investigador alcançar o entendimento necessário ao realizar o levantamento das informações e prosseguir em suas análises.

A formação sócio-espacial e a organização espacial enquanto estrutura subordinado-subordinante são contidas entre si e envolvem, por exemplo, cultura, história de vida e trabalho de produção e de sobrevivência, além de relações e interrelações econômicas, interferências e ações políticas em espacialidades geográficas, poder no e do espaço geográfico e capital técnico e social das espacialidades produtivas.

Uma vez estabelecido o marco teórico-conceitual em geografia, seu conceito-chave, espaço geográfico, entende-se que dele derivam o conhecimento e a descoberta dos demais conceitos, como organização espacial, modo de produção e interferências sócio-espaciais. Outros conceitos, utilizados neste estudo, como complexos agroindustriais e sistema de produção colonial, além das relações rural-urbano e pequena propriedade colonial são tratados a seguir.

As relações de produção direta ou indiretamente se manifestam nos processos que comandam as ações da sociedade e sobre a natureza. Estas, por sua vez, também são responsáveis pela dinâmica da organização que molda as espacialidades geográficas. Nas espacialidades, estão contidos os processos, as estruturas e as funções de determinados espaços. Eles são impressos em suas formas em um determinado tempo e em diferentes escalas espaciais, resultando na estrutura e na conjuntura socioeconômica contida nas relações de produção.

A velocidade do comportamento processual das novas relações de produção que se operacionalizam atinge as relações de caráter social, político e cultural. Igualmente, atinge as relações tecnológicas, ambientais e econômicas. Os novos processos estabelecem ligações e conexões que consolidam e configuram realidades sócio-espaciais, especialmente no meio rural. Observam-se mudanças no

modo de produção e de reprodução dos sistemas agrários vigentes, nas dinâmicas até então inerentes a estes sistemas e baseadas em matrizes tradicionais, definidoras das antigas áreas de ocupação.

As empresas agroindustriais, organizadas em complexos agroindustriais - CAIs³, com suas plantas geralmente localizadas em regiões constituídas por municípios de pequeno e médio porte, absorvem a produção na forma de matéria-prima do seu entorno local e regional. Esta matéria-prima é produzida geralmente com especificidade e em produção de escala, junto às pequenas propriedades de predomínio de mão-de-obra familiar.

Por um lado, a presença de agroindústrias, oferecendo mercado de colocação para a matéria-prima do meio rural, permite o sucesso econômico em termos de ganho de produtividade, qualidade, especialização, produção de escala e na acumulação de capital. Os novos processos apoderam-se de regiões, localidades, agricultores e recursos naturais considerados de excelência para determinada produção de matéria-prima. A noção do complexo agroindustrial estimula a fusão rural-urbano e a fusão dos setores econômicos em um único complexo, reorientando a divisão territorial do trabalho. Igualmente, geram inúmeros problemas socioeconômicos, deflagrados em conseqüência do modelo de produção imposto pelo sistema capitalista. Não se pode esquecer o papel do Estado, fundamental para o financiamento da produção, da geração de pesquisa e da implantação de uma logística no lugar, permitindo a circulação da produção.

Neste contexto, velhas e novas formas de produção se transformam em um movimento processual que, embora contínuo, contém contradições e antagonismos. Conforme avançam as relações capitalistas de produção nestas espacialidades geográficas, agricultores (produtores) e atividades tendem a se reestruturar mediante processos de inovação e de aprendizagem.

As transformações resultantes das novas estruturas revelam uma parcela significativa da sociedade e da natureza com dificuldades de reprodução socioeconômica quando as condições técnicas e os recursos naturais atingem patamares máximos de exploração. Na dinâmica sócio-espacial, estes fenômenos se manifestam através da presença de significativas parcelas da população

³ Os complexos não se reduzem somente ao ramo de complexos agroindustriais, CAIs, objeto de análise neste trabalho. Existem inúmeros complexos em diversos ramos de atividades, como exemplo, o complexo moveleiro, complexo metal-mecânico, entre outros.

marginalizada ou em vias de exclusão. Esta situação tem se mostrado agravante em espaços caracterizados pela produção agropecuária, praticada em unidades de produção familiar.

Os problemas de ordem socioeconômica e ambiental são revelados através da exclusão dos produtores. A esta problemática se atribui as profundas mudanças que ocorrem na formação sócio-espacial e que tem sido alvo de estudos em regiões e localidades brasileiras no último quartel do século XX, perpassando a vanguarda do século XXI. A respeito de mudanças na formação sócio-espacial, destaca-se a contribuição de Oliva (1994, apud LEVY, 2001, p.47), afirmando que a dimensão do social no espaço geográfico possui as “mesmas características que as outras dimensões: parcial e global, transversal, dispendo de igual potencialidade, logo, legitimidade cognitiva”. Desta forma, “está dentro da sociedade e a expressão ‘relação espaço/sociedade’ deve ser concebida como uma relação de uma parte com o todo, do mesmo modo que ‘política/sociedade’ ou ‘indivíduo/sociedade’”.

Rossini (1986, p.101) também concebe o espaço como “produção humana, sendo o seu processo de criação e transformação determinado pelo modo como os homens produzem sua existência, isto é, pelo modo de produção vigente”. No entanto, determina que o “modo de produção é apenas um elemento da totalidade, determinando-a e sendo por ela determinado, o processo de produção espacial deve ser analisado a partir dessa totalidade – ou seja, a categoria mais geral que é a formação econômica da sociedade”.

São nessas bases que a autora completa seu pensamento ao escrever que “a história dos homens é a história da transformação permanente e contínua da natureza em sociedade” (Rossini, 1986, p.98), sendo o trabalho o agente principal desta dinâmica de transformação das formas naturais em formas sociais.

O mesmo trabalho que possibilita a ação do homem sobre a natureza também possibilita o desenvolvimento das relações que, em um primeiro momento, eram simplificadas em pequenos contatos, em outro momento passaram a possibilitar uma ação de trabalho coletivo e, mais adiante à complexidade da divisão do trabalho. Com o desenvolvimento da sociedade, torna-se imperativa uma divisão de trabalho mais complexa como a separação entre as atividades agrícolas e não agrícolas. Ao produzir em coletivo, possibilita a variação dos produtos do seu trabalho. Esta divisão permitiu o surgimento de características em diferentes espaços, ou seja, diferenças na organização espacial, conforme a especialidade

desenvolvida no local, como é o caso da suinocultura, fruto de investigação e analisado neste trabalho.

As atividades agrícolas nos tempos atuais são o resultado de constantes mudanças, principalmente do avanço tecnológico, do crescimento populacional e da necessidade de abastecimento alimentar dos grupos sociais localizados nas mais distintas localidades em escala mundial. Incorporar a natureza como bem de uso e de produção, como de sobrevivência e de sustentação tem sido tarefa comum a qualquer formação sócio-espacial.

A respeito disso Silva (1999, p.15-16) entende que “o acervo de ‘conhecimentos disponíveis’ constitui o que se denomina de ciência e a aplicação destes conhecimentos a uma determinada atividade produtiva é o que se reconhece como tecnologia”⁴. Em continuidade, o autor argumenta que “esse conjunto de conhecimentos disponíveis em um determinado momento é produto social, isto é, a própria ciência depende do nível de desenvolvimento e das necessidades técnicas da sociedade”.

A aplicação da ciência e da tecnologia e o progresso técnico têm importância fundamental, uma vez que estão diretamente ligados ao aumento de produtividade com redução do fator trabalho e, conseqüentemente, de mão-de-obra empregada. Entretanto, para que ocorra produção agrícola e/ou o aumento de produtividade, também é necessário a presença de condições naturais favoráveis em associação com a técnica. Silva (1999) lista dois grupos determinantes para que ocorra o trabalho na agricultura. Os fatores naturais representam o primeiro grupo, sendo formado por fatores como o solo, a topografia e o clima. No segundo grupo, estariam os fatores fabricados, representados pelas máquinas, pelos equipamentos e pela produção em geral. Apesar de o trabalho humano estar inserido implicitamente neste segundo grupo, ressalta-se sua importância, uma vez que é graças a ele, através de suas formas intelectuais e “braçais”, que ocorre a atividade propriamente dita.

Hoje, as atividades rurais estão inseridas e acompanham o sistema capitalista de mercados que não atua apenas como um agente econômico, mas também como um agente organizacional e, em algum momento, político. Assim, ao mesmo tempo em que a organização econômica privilegia as grandes propriedades, pois elas são capazes de circular significativa quantidade de capital na chamada agricultura

⁴ “A ciência pode ser definida como sendo o saber formal (isto é, o saber *tout court*) e a tecnologia como a materialização desse saber, sob a forma de *savoir-faire*” Benakouche, 1982 (apud SILVA, 1999, p.15).

empresarial, as pequenas propriedades mantêm uma forma alternativa que garante a sobrevivência e a reprodução socioeconômica do grupo familiar. Para isto, serve-se de um mercado pouco valorizado no contexto da circulação da grande quantidade de mercadorias e de capitais, ainda que de significativa importância, por representar o abastecimento da população urbana local.

Nesse contexto, apresentam-se duas formas distintas de exploração da terra e, concomitantemente, de estruturação da organização espacial, sendo elas a agricultura empresarial e a agricultura familiar⁵.

A agricultura empresarial é definida como aquela da preferência do sistema capitalista de mercados e que é largamente difundida na atualidade. Ela se revela, normalmente, em grandes propriedades monocultoras e especializadas em um único produto de fácil aceitação no mercado, o qual é produzido em larga escala. Outra característica marcante é a presença significativa do montante de capital empregado, bem como da ampla tecnologia utilizada, o que acaba requerendo a utilização de mão-de-obra especializada e em pequena quantidade.

Apesar das características citadas serem consideradas praticamente como uma regra, é necessário considerar as exceções que podem ocorrer. Alguns produtos também ligados a produção empresarial são cultivados em pequenas propriedades, por necessitarem de atenção especial. Como é o caso dos criatórios intensivos como da suinocultura, da avicultura e da bovinocultura leiteira, atividades que, apesar de comumente serem realizadas em pequenas propriedades e no uso da mão-de-obra familiar, são voltadas para o grande mercado.

A agricultura empresarial é importante por ser reconhecida como um dos “carros-chefe” da manutenção do abastecimento. Porém, ela não é considerada neste estudo no qual o foco da investigação está voltado para o entendimento dos processos, relações e interações que promovem mudanças no sistema agrário de antigas áreas coloniais a partir de processos de produção familiar. Em primeiro lugar, destaca-se a responsabilidade da produção, pois ela envolve o produtor e seus familiares como elementos responsáveis pelo empreendimento da unidade

⁵ Entende-se por agricultura familiar a concepção proposta por Abramovay (1998), que trata da produção rural ligada a pequenas propriedades rurais tendo como mão-de-obra principal, exclusiva ou majoritariamente, a própria família. Excepcionalmente pode se utilizar na propriedade mão-de-obra assalariada ou contratada, porém a maioria do trabalho continua sob domínio da família. Diferenciando-se do campesinato, a agricultura familiar que o autor apresenta, e que é tratada no presente trabalho, é integrada ao mercado, incorporando inovações técnicas. Não se apresenta mais apenas como um modo de vida, mas como uma profissão, uma forma de trabalho especializado.

produtiva familiar e tudo o que diz respeito a sua exploração. Assim, a gestão da unidade produtiva é realizada pelo proprietário e por sua família. Os termos mão-de-obra e força de trabalho familiar possuem o mesmo significado no interior da unidade de produção. Em muitos momentos, estas duas denominações se fundem em uma única expressão: força de trabalho familiar. Do mesmo modo, não há perfeita distinção entre capital e patrimônio (a terra) pertencentes.

No caso brasileiro, considerando as modificações que ocorreram nos últimos anos, Hespanhol (2000, apud FELÍCIO, 2006, p. 207) apresenta que houve uma valorização do segmento familiar de produção. Afirma que categorias até então utilizadas para análise deste segmento (como é o caso do “campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras) perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciada na categoria agricultura familiar”.

A agricultura familiar também pode ser ainda compreendida como aquela que detém e se utiliza dos instrumentos de trabalho, técnica e capital (Rossini, 1980, p.110). Em continuidade, a autora faz referência a respeito dos resultados do trabalho na pequena propriedade familiar lembrando que ele “é fruto da jornada de trabalho gratuito da família, inclusive dos menores” conforme (Ibid., p.110).

Ao analisar as pequenas propriedades rurais familiares através da triangulação constituída pelos fatores de produção terra, trabalho e capital, verifica-se que a unidade de produção familiar apresenta “excesso” de força de trabalho (Meneghini e Miorin, 1995, p.27). Desta forma, faz-se a compensação da ausência ou reduzida presença de capital, buscando assim, “resguardar as possibilidades de rendimentos necessários a continuação da produção enquanto unidade de produção econômica e social.”

Para o autores (Ibid., p.28), “a força de trabalho das unidades de economia doméstica está completamente determinada pela disponibilidade dos que, na família, estejam aptos para trabalhar.” Isto evidencia a importância da disponibilidade de mão-de-obra no interior da propriedade. Afinal, ela irá possibilitar ou não a plena utilização da terra, que passa a ser mais do que uma propriedade ou um estabelecimento, pois é terra em exploração.

Como a propriedade geralmente é pequena, a terra como área útil para a produção também é escassa. Evidentemente, isto depende das características do lugar em que se inserem: propriedade e terra de produção, além dos fatores naturais

de relevo, vegetação e/ou fatores sócio-econômicos como módulo rural, atividades exercidas, raízes culturais entre outras questões. No entanto, sabe-se que é necessário maximizar a utilização. Normalmente, ocorre a diversificação da produção, valendo-se de técnicas de criação animal, de cultivos intercalados, divisão dos campos ou uso intensivo do solo em diferentes períodos e de acordo com as estações do ano.

A diversificação da produção garante não somente a subsistência da família rural como também possibilita a comercialização do excedente no mercado consumidor próximo. A diversificação é uma possibilidade encontrada pela família para obter a sua reprodução socioeconômica e adquirir o que não é produzido na unidade e, até mesmo, financiar a manutenção de outras atividades.

Poucas são as propriedades que possuem reservas de capital, por este se apresentar escasso e ser utilizado nas necessidades básicas e urgentes da família e/ou da unidade de produção. Em muitos casos, a unidade de produção é mantida e manejada sem capital adequado que possibilite investimentos, um capital que apenas garante uma nova produção e mantém o acesso da produção no mercado consumidor.

Hoje, sobreviver e reproduzir social e economicamente a família exclusivamente com os frutos da produção da terra é difícil, principalmente quando ela é escassa. As dificuldades existem até mesmo para aqueles que se encontram integrados ao mercado local. Estas dificuldades abriram caminhos para novas atividades dinâmicas e econômicas integradas com empresas de grande porte e definidas por determinados produtos, normalmente de origem animal. Neste período, as pequenas propriedades passaram a fazer parte dos processos produtivos dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs). Por meio destas empresas, o agricultor (produtor) e sua família tornaram-se agricultores produtores de matéria-prima voltada à agroindústria e, em continuidade, ligam-se indiretamente ao grande mercado.

Quando o pequeno agricultor produtor passou a se associar e substituir sua pequena produção de sobrevivência ou de venda no mercado local por uma atividade intensiva e voltada ao grande mercado, inevitavelmente iniciaram-se processos de alteração em seu sistema de produção. As formas se alteram para atender e responder aos estímulos do novo uso e da nova utilização, uma vez que a nova produção necessita de uma infra-estrutura própria. Outras vezes, algumas

formas até permanecem ou sofrem pequenas modificações aparentemente semelhantes. No entanto, elas devem responder por novas funções.

Esses procedimentos são comuns nas propriedades ligadas aos CAIs, pois eles exigem uma série de padronizações para aceitar a integração de um agricultor produtor. Para tanto, precisará adequar suas instalações, por exemplo, através de novas construções ou demolições das que não se enquadram no padrão; adequar seu capital aos novos investimentos; direcionar a mão-de-obra às atividades integradas e, em muitos casos, modificar questões naturais como nos cursos d'água, alterando seu leito ou represando a água; na natureza, lançando efluentes no ambiente; na topografia, fazendo cortes no relevo para a instalação de construções adequadas às exigências de normas e alvarás do poder Público.

Para Marafon (2009), a constituição do que ele denomina de espaços rurais e espaços urbanos⁶ até pouco tempo se diferenciava apenas a partir da divisão social do trabalho. Hoje, tem-se dificuldade de trabalhar a noção de espaço rural como a de espaço urbano, dado ao grande número de trabalhos que procuram refletir sobre as relações entre rural-urbano, principalmente no Brasil contemporâneo.

Por outro lado, existem marcas que determinam solidamente o seu conteúdo como a presença de técnicas e do capital, representados pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio. Como se refere Marafon (2009, p.380), “correspondem ao espaço de produção agrícola moderno derivado da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura.” Em continuidade, o autor analisa o espaço da produção familiar, determinando este espaço como rural, porém “fortemente marcado pelas atividades não agrícolas e pela valorização do patrimônio cultural e histórico, com a produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, baseado em práticas agroecológicas e sustentáveis.” A partir destas colocações, o autor recomenda que se caracterize o espaço rural brasileiro com suas múltiplas funções: atividades agrícolas e não agrícolas, complexos agroindustriais (CAIs), a produção familiar e a luta pela terra.

Segundo Ruas et. al, 1993 (apud MARAFON, 2009 p.385), a agricultura é praticamente determinada pelos Complexos Agroindustriais. Eles definem o ritmo da produção, as formas técnicas de produzir e as relações sociais que passam a vigorar no rural. Os pequenos produtores, pouco tecnificados, necessitam de

⁶ Neste trabalho é referido como categorias de análise da espacialidade investigada.

créditos bancários ou de particulares para assegurar a manutenção da produção familiar. Frente a esta necessidade, passam a se integrarem a algum CAI, pois, além da dependência financeira, também dependem de mecanismos de comercialização e assistência, entre outras necessidades.

Considera-se que existem duas vertentes teóricas que analisam as relações entre o urbano e o rural. Uma que trabalha com a noção de urbanização do rural, na idéia de *continuum*, tratando da incorporação do rural ao urbano em diferentes graus de urbanização. A outra vertente teórica postula a urbanização no rural e entende a manutenção de especificidades que esta categoria geográfica passa a assumir no contexto da organização do espaço de uma dada instancia social, mesmo sob o impacto do urbano.

Hoje, deve-se pensar o rural brasileiro como sendo diversificado, “híbrido”, como denomina Marafon (2009), desempenhando múltiplas funções, quer em presença dos complexos agroindustriais, com da produção familiar realizando também atividades não agrícolas e contendo agricultores produtores e não agricultores, porém produtores. Deve-se entender esta complexidade em sua interação onde surgem conexões e interações, além de inserir novos valores socioculturais e econômicos no rural.

Tecidas essas conceituações em suas particularidades e complexidades, pode-se, aludindo a Harvey (1973) e também lembrando La Blache (1954), dizer: eis o espaço geográfico, a morado do Homem. Absoluto e relativo, concebido como planície isotrópica, representado por matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo da condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, ele é multidimensional (CORRÊA, 2007).

1.2 Metodologia: método, procedimentos e técnicas.

A Geografia é considerada por muitos como complexa multidimensional em sua abordagem analítica apresentando as relações e contradições estabelecidas pelo homem na condição de elemento integrante da instância social. Desta maneira, ao longo da história, buscou-se atingir o reconhecimento da geografia como ciência, adaptando seus paradigmas e interpretações do mundo de forma a se enquadrar no

conhecimento formal do meio científico, sem abandonar o foco estabelecido sobre a sociedade. Assim, na ciência geográfica atual, “deve-se considerar o trabalho humano sobre o espaço como atividade evolutiva e de atuação constante. Ele altera e cria formas, ao mesmo tempo em que o homem se adapta e age no ambiente” (MIORIN, 1888, p.2).

O conhecimento proposto pela ciência, ou mesmo aquele ligado as atividades do cotidiano, estimulam a atenção, curiosidade e raciocínio, através de questionamentos ou dúvidas. Assim é, conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2000, p.4), “quando algo não ocorre de acordo com nossas expectativas, quando não sabemos explicar um fenômeno, ou quando as explicações tradicionais não funcionam, ou seja, quando nos defrontamos com um problema”. Por outro lado, passa a ser a chave fundamental para a definição da temática e da metodologia a ser utilizada na pesquisa a que se propõe.

Compreende-se, a seguir, que a metodologia é uma das mais importantes etapas da pesquisa, uma vez que dará todo o suporte teórico-prático necessário aos procedimentos que devem ser desenvolvidos de maneira coerente e criteriosa para a melhor solução do problema proposto. É neste sentido que se tornam importantes os procedimentos metodológicos ao longo das etapas de classificação das variáveis (elementos pertinentes ao conhecimento do objeto em seus desdobramentos qualitativos e quantitativos), a coleta e análise das informações pertinentes, o uso de técnicas processuais que melhor orientem a verificação do objeto em sua estrutura, processo, função e forma que se revelam no contexto da dinâmica sócio-espacial. Para alcançar estas categorias de análise, é necessário recorrer a uma metodologia ampla que possibilite tanto uma visão generalizada como pontualmente localizada.

Partindo de um problema que busca conhecer as relações, interações modificações e desenvolvimento de sistemas agrários resultantes das dinâmicas espaciais em antigas áreas coloniais sob a ação dos complexos agroindustriais em espacialidades constituídas por municípios de médio e pequeno porte, como é o caso de Três Passos-RS, concorda-se com Baréa (2008) e Miorin (1988) quando as autoras entendem que a análise em geral, seja ela dialética ou materialista ou ainda receba outra conotação, deve possibilitar a compreensão da organização espacial na sua essência de espacialidade. Isto se faz possível através de uma análise sistêmica das ações humanas e das relações dos elementos no seu conjunto,

buscando compreender as causas dos fenômenos para explicar suas conseqüências.

Concorda-se com Santos (2008, p.63) que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. De qualquer forma, sabe-se que não se deve ficar limitado a um estudo de visão quantitativa e qualitativa de estatísticas e análises técnicas, mas principalmente nas relações heterogêneas de origem social estabelecidas sobre o espaço. Nesta linha de raciocínio, entende-se que a utilização de uma metodologia sistêmica, baseada na Teoria Geral dos Sistemas (BERTALANFFY, 1975), possibilita a análise dos fenômenos de maneira mais aprofundada, através de um princípio de reciprocidade. Assim, as relações que se estabelecem e se desenvolvem entre sociedade e natureza podem também servir como apoio às análises, tanto local e pontual, bem como global e geral. Cada um dos seus elementos se torna peça fundamental para o entendimento da organização espacial como também de sistemas mais complexos.

Neste sentido, remete-se a Christofolletti (1978, p.1) quando expõe que “a aplicação da Teoria dos Sistemas aos estudos geográficos tem servido para melhor focalizar as pesquisas e para delinear com maior exatidão o setor de estudo desta ciência, bem como proporcionar reconsiderações críticas de muitos de seus conceitos.” O autor ainda defende que, ao utilizar a teoria sistêmica nos estudos geográficos, é possível tramitar de “um subsistema a outro, completando o conhecimento por meio das estruturas, processos, funções e formas apresentadas por ele”. Neste contexto, cada sistema em si compreenderia para o autor “um conjunto de elementos e de ligações (relações) entre os elementos e o seu conjunto a que está ligado e entre os demais conjuntos”.

Em defesa destas posições, têm-se Vidal (2008, p. 98) que acredita ser a abordagem sistêmica fundamental para a compreensão dos fenômenos geográficos “ao permitir que se estabeleçam relações, conectividades e se alcance o objeto em sua essência, complexidade, interações ou simplesmente ligações possíveis de serem estabelecidas de forma tridimensional”. Frente aos tais argumentos e considerações descritas a respeito deste método, optou-se por sua abordagem na pesquisa.

No alcance do melhor entendimento sobre as formas, processos e funções do passado e as do presente, suas dinâmicas que se revelam nas espacialidades e em suas categorias de análise, faz-se necessário também a aplicação de um procedimento metodológico que permita apreender os elementos envolvidos neste movimento de transformação e de mudança para além de suas relações. Acredita-se que a metodologia sistêmica apresenta esta possibilidade de conduzir a investigação e de permitir a visão mais completa para o reconhecimento dos processos que envolvem as dinâmicas centradas, de um lado, a agricultura familiar determinada pelo pequeno produtor empresário⁷ e do produto oriundo da suinocultura e, de outro lado, a indústria receptora da matéria-prima e responsável pelo processamento da produção que se constitui em um CAI local, no município de Três Passos.

Os três processos mencionados (agricultor produtor, produto da suinocultura e Empresa processadora) se revelam como sistemas que estabelecem relações entre si como circuitos constantes, viabilizando a produção. Justifica-se esta possibilidade a partir da concepção de Santos (1997, p.3), uma vez que “os circuitos produtivos se dão, no espaço, de forma desagregada, embora não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço”. Assim, compreende-se que um determinado momento da investigação, a partir de cada um dos elementos, deve ser observado de modo a possibilitar a compreensão do todo.

A metodologia aplicada na investigação segue a abordagem sistêmica, ao entender ser a mais adequada ao desenvolvimento da investigação proposta em geografia rural. Por outro lado, deve-se entender a espacialidade em seu conjunto sistêmico, podendo ser constituído de subsistemas, elementos e atributos, conforme a escala de abordagem e de análise dos conteúdos sistêmicos, como que uma teia de relações interligadas, tornando o sistema dinâmico e interativo.

Esses sistemas podem ser entendidos como sendo fechados quando as relações e interações ocorrem internamente entre os elementos. Eles serão abertos quando as relações se dão entre elementos internos juntamente com os externos. Esta segunda situação se apresenta como a mais correta para o uso do conhecimento, das características da espacialidade em estudo e dos elementos envolvidos: recurso natural, meio rural e meio urbano.

⁷ Assim reconhecido hoje, o antigo colono produtor do sistema colonial

Por meio desse método investigativo, compreende-se a cadeia produtiva da suinocultura como um processo sistêmico. Em distintas etapas, ela se desenvolve através de subsistemas: o social, cultural, ambiental, econômico, tecnológico, histórico e político, sendo, cada um deles, fundamental para o equilíbrio e compreensão do processo em seu todo.

Utilizando-se de idéias de Bertalanffy (1975), percebe-se que o sistema é um todo complexo, formado por partes heterogêneas que estabelecem relações entre três partes fundamentais: produtor, produto e transformação. Com isto, procurou-se apreender as dinâmicas no campo aquecidas pela presença de um “novo” produtor, cujas ações constituem um sistema de produção diferenciado na obtenção de um produto tecnicamente valorizado por um processo transformador e situado no centro urbano. Deste modo, a investigação procurou aproximar os três subsistemas atuantes sobre o universo pesquisado para entender a complexidade das relações que comandaram as transformações da espacialidade rural.

O sistema será entendido como sendo fechado quando as relações e interações ocorrerem internamente entre os elementos em um único sistema, como é o caso da análise dos elementos do Sistema Rural ou Sistema Urbano ou ainda do o Sistema CAI. Neste caso, os elementos são analisados isolados (social, o econômico, o político, o cultural e o ambiental) e em conjunto de relações, formando o sistema que necessita de organização para a sua funcionalidade.

O sistema será entendido como aberto quando as relações se dão entre elementos internos juntamente com os externos pertencentes aos demais Sistemas da análise. Assim, propõe-se discutir a interação entre sistemas diferenciados que se complementam: o rural, o urbano e o CAI. Os elementos isolados podem ser formadores e influenciadores ao mesmo tempo, assim como podem ser analisados como elementos atuantes e submetidos às mudanças impostas pelas novas relações de produção.

Para maior entendimento da proposta de análise sistêmica aplicada ao estudo da dinâmica na espacialidade selecionada, foi proposto o modelo sistêmico de influência do Complexo Agroindustrial sobre a espacialidade local. O sistema se apresenta como sistema complexo aberto e interativo, sendo que o CAI, ao se instalar em uma dada espacialidade (Sistema Rural e Sistema Urbano), atua sobre as funções desempenhadas pelos sistemas originais, modificando seus processos de produção e alterando suas relações.

Deste modo, as novas relações são, por sua vez, determinadoras do novo sistema agrário a que se submetem as pequenas espacialidades, constituídas historicamente por um sistema agrário tradicional - sistema de produção colonial. Portanto, a verificação das transformações ocorridas na formação socioespacial só pode ser reconhecida após a aplicação das análises fechadas (isoladas) e as abertas (correlacionadas) pertencentes aos sistemas atuantes.

A velocidade da dinâmica da ação do CAI dependeu das condições estruturais, tanto das espacialidades rurais como das urbanas. Ela exerceu ações sobre as condições de alimentação de seus processos e funções, mais do que das formas existentes, como pode ser observado na Figura 2.

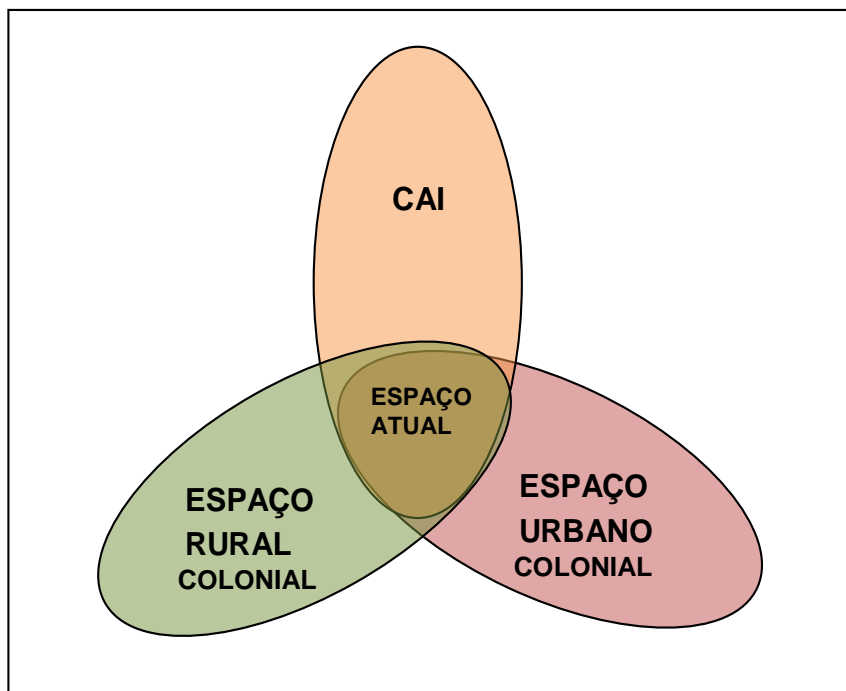


Figura 2 - Organograma da influência dos CAIs sobre espacialidades coloniais
Fonte: Elaboração Ana Leticia de Oliveira, 2011.

Os procedimentos adotados no trato dos sistemas que se relacionam e interagem entre si, formando o sistema maior altamente dinâmico e mutável em suas formas e funções, podem ser alterados de acordo com a orientação da economia política administrada pelo CAI.

Para compreender a espacialidade geográfica e prosseguir com a análise a partir de um determinado sistema de produção, no caso do Sistema de Produção

Colonial, a pesquisa priorizou o procedimento da Classificação em Geografia obedecendo aos processos quantitativos e qualitativos, anexando nas análises a crítica dialética para atingir a funcionalidade do Sistema. Também se trataram em separado os elementos que constituem os demais sistemas como o social, cultural, histórico, econômico, político, tecnológico e ambiental.

Quanto à sociedade, tanto rural como urbana, fez-se necessário estabelecer relações diretas para entender seu comportamento a respeito de quem são os produtores do meio rural que se apresentam como suinocultores e as pessoas no meio urbano ligados ao CAI local. Procurou-se compreender a origem cultural, através da retomada histórica da colonização do Município, bem como da evolução e desenvolvimento das atividades socioeconômicas no campo e na cidade. Também, fez-se o reconhecimento de quem compõe a mão-de-obra nas propriedades suinocultoras e nos estabelecimentos urbanos, famílias de proprietários assalariados e contratados.

A cultura e a história do local e onde se estabelecem as interações permitindo reconhecer o gênero de vida das famílias envolvidas e a história do lugar. Assim, desejando verificar as origens culturais e sua influência nas formas e no tipo de produção antes da inserção do CAI, além da organização sócio-espacial local.

Tais indagações assumem importância para a compreensão das transformações pós CAI, uma vez que possibilitam a visão anterior a este processo. Assim se fez o reconhecimento da produção suína rudimentar realizada pelos agricultores desde a colonização do espaço em estudo e, em seqüência, as relações desta com os demais elementos daquela realidade, como as relações entre o meio rural e o meio urbano.

Os elementos econômicos e políticos foram enfatizados nas questões de financiamento da produção, dificuldade de obtenção de capital e falta de políticas públicas eficientes que priorizem as atividades realizadas pelas famílias em geral, quer no campo como na cidade. Isto não inclui somente a empresa privada, mas também os órgãos públicos que, por vezes, alcançam com suas ações as populações rurais e urbanas.

Deste modo, procurou-se compreender as relações do poder público com o produtor rural, com os empresários urbanos e com a Empresa Agroindustrial, além das influências determinadas pelo poder político e econômico. Para este estudo, buscaram-se informações junto as Secretarias do município de Três Passos,

referentes à arrecadação, a receita do Município e a produção rural: suínos em quilos e reais, número de produtores e setores econômicos envolvidos; e a produção urbana nos atributos de: comércio, indústrias e prestação de serviços, empregos gerados e pessoal empregado, salários, poder aquisitivo da população.

Os elementos tecnológicos, por serem importantes elos em qualquer sistema, permitiram a análise da adoção de tecnologias de produção, presentes nas unidades produtivas por meio do uso de técnicas individualmente utilizadas ou associadas. Vale aqui salientar também a compreensão das exigências técnicas determinadas pela agroindústria e os demais setores da economia local, permitindo comparações entre as mais diversas atividades capazes de determinar o capital tecnológico local. Também se procurou conhecer e comparar a associação das técnicas tradicionais e modernas, discutindo sua eficiência, seja em termos produtivos ou emprego de trabalho.

Por fim, o elemento ambiental que é entendido não apenas como o ambiente natural, mas como aquele modificado e construído. Neste, destacaram-se as ações de interferência direta e indireta dos produtores no meio ambiente natural, observando as técnicas de produção adotadas no processo produtivo. O uso dos recursos naturais disponíveis na propriedade rurais e nas propriedades urbanas e o aspecto paisagístico da cidade sob a interferência humana se constituíram em algumas das variáveis analisadas, permitindo detectar a introdução de novas formas decorrentes das exigências de novas funções estabelecidas pela dinâmica dos processos, como foi o caso das vias de transporte urbano (ruas e entroncamentos).

As técnicas utilizadas na investigação procuraram alcançar o entendimento dos sistemas rural colonial e urbano colonial em suas transformações sob a ação do CAI local e cumprir com os objetivos do estudo. Para isto, foi necessário adotar alguns procedimentos técnicos ao longo da investigação. Desta maneira, o levantamento das informações pode ser dividido em dois momentos.

O emprego de técnicas de levantamento de informações utilizou-se da coleta de dados direta e a indireta:

- O primeiro momento foi determinado pela coleta de informações diretas. Ela se desenvolveu com a realização de trabalhos de campo junto às propriedades rurais e urbanas, em conversas e em entrevistas com os produtores e informantes qualificados, por exemplo, o presidente do Núcleo de Criadores de Suínos de Três

Passos, representante do poder público municipal o secretário da agricultura e funcionários desta, bem como da Secretaria de Finanças.

Entendendo que a investigação não prioriza a comprovação estatística de nenhum dado específico, não foi dada maior atenção a definição de uma amostra estatisticamente correta. As propriedades visitadas e produtores entrevistados foram escolhidos aleatoriamente conforme sua disponibilidade e aceitação da visita da pesquisadora. Ainda ressalta-se que, entre os 15 suinocultores entrevistados, mantiveram opiniões e informações constantes. Entendeu-se que a padronização desta produção se mantém constante, tornando desnecessária a exaustão da coleta de dados junto a todos os produtores.

- O segundo momento contou com a coleta indireta e diz respeito às informações adquiridas junto a órgãos oficiais como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as Secretarias de Agricultura e das Finanças do município de Três Passos. Quanto aos dados do IBGE, utilizou-se o Censo 2010. Também foram coletadas informações relevantes e referentes à produção agropecuária nas Secretarias do Município. O Poder Público Municipal forneceu dados importantes para o estudo como dados de produtores rurais, da economia do Município, tributação e arrecadações, além de informações de cunho político e legislativo.

A análise e a interpretação dos dados sobre as informações coletadas permitiram não apenas compreender o CAI, mas também seu movimento, suas relações e interações com a realidade local. Para melhor explicar e apresentar os resultados optou-se pela construção de mapas que representam a localização do Município e a distribuição das propriedades rurais e suinocultoras em sua espacialidade territorial, objetivando a demonstração de sua distribuição sobre a espacialidade em análise.

As entrevistas seguiram o procedimento de caráter de investigação participativo-qualitativo. Salienta-se que as conversas com os produtores ocorreram no formato de entrevista semi-dirigida visando maior liberdade aos produtores de se manifestarem e melhor explorar seu conhecimento sobre seu universo de vida e de produção. Durante as entrevistas, houve total liberdade para a resposta, podendo ser estendida e direcionada conforme o interesse do entrevistado e da entrevistadora. Além das questões inicialmente propostas aos entrevistados, foi dada total liberdade de responder ou não as perguntas e fazer comentários que

considerassem pertinentes. Utilizando-se deste procedimento, as conversas fluíram de forma cordial e espontânea, permitindo que o entrevistado se sentisse a vontade em relação à entrevistadora.

Outro momento importante nesta fase foi o trabalho de campo realizado junto às propriedades rurais. A visita as propriedades possibilitou o conhecimento e o convívio com a realidade do produtor e da sua produção. Nesta fase, foi possível interagir diretamente com o objeto de estudo e vivenciar o funcionamento da suinocultura. Em alguns momentos, foi possível presenciar as tarefas e o cotidiano do produtor e de sua produção. Destaca-se como relevante a oportunidade de conversar com os produtores em seu ambiente de trabalho e moradia, o local onde eles se sentem a vontade e demonstrando sua vivência prática.

A última etapa das técnicas adotadas se constituiu na convergência das informações coletadas em campo e em bibliografias consultadas. A organização das informações e seu processamento na construção dos resultados em atendimento aos objetivos propostos determinaram a manipulação das informações, de modo a orientar os procedimentos da análise e da interpretação. Igualmente se procurou dar ao trabalho final uma redação clara e consistente. As informações foram organizadas, analisadas e interpretadas e constam no capítulo que aborda os resultados.

AGRICULTURA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Para melhor compreender a organização do espaço agrário brasileiro atual, no seu contexto global ou em nível de escala local, faz-se necessário retomar a origem da estrutura agrária do Brasil. O presente capítulo tem a preocupação de apresentar as significativas discussões teóricas envolvendo a origem da estrutura agrária nacional, seus fatos e momentos históricos marcantes, responsáveis pela constituição de parte do arcabouço da economia brasileira, com destaque no processo de formar, consolidar e oferecer sustentabilidade ao produto interno bruto (PIB).

Utilizando a análise de causa e conseqüência, procura-se estabelecer as bases da formação estrutural do cenário agrário nacional para discutir a atuação do sistema capitalista de mercado no rural brasileiro e tornando possível compreender como se originou, desenvolveu e como atuam, hoje, as relações entre agricultura e indústria e as relações rurais e urbanas.

2.1 Origem e evolução da agricultura brasileira

Na história da agricultura brasileira, muito se discutiu e ainda se discute, sendo possível encontrar pontos de vista distintos a respeito de sua importância no contexto socioeconômico brasileiro. Hoje existem inúmeras teorias que procuram explicar ou justificar suas origens, organização e processos assumidos ao longo da evolução do agrário nacional.

Não é desconhecida a existência de populações nativas anteriores à chegada dos portugueses no território brasileiro como também não é desconhecido que aqui existiam e se desenvolviam modelos primitivos de agricultura. Eram, portanto, sociedades primitivas que sobreviviam da caça/pesca, coleta e de uma rudimentar

agricultura itinerante constituída de pequenas roças. No entanto, foram os europeus que desenvolveram a agricultura de escala, após um período dedicado à exploração de recursos naturais e dos produtos dos nativos.

Esta colonização de caráter exploratório provocou inúmeros estudos levando diversos pensadores a procurar explicação sobre a estrutura e funcionamento agrário, resultando em duas correntes de pensamento centralizados: uma defendendo o sistema feudalista e a outra o sistema capitalista.

Oliveira Vianna (1923), um dos principais defensores da tese feudalista, entende que os portugueses, ao desembarcarem no Brasil, precisaram se tornar agricultores em um primeiro momento, porque não encontraram riqueza previamente acumulada. Na concepção do autor, a grande propriedade justificava-se devido às origens dos colonizadores, antigos fidalgos e membros da aristocracia portuguesa. Assim, a produção em grande escala seria uma consequência deste processo.

Desta forma, reproduzir-se-ia “uma sociedade feudal, à imagem da sociedade portuguesa” a qual “se fundamenta sobre o clã fazendeiro (...), que reúne em torno do senhor do engenho a peble colonial – os rendeiros – ligados a este pelo laço feudal do contrato de locação (aforamento)” (TOPALOV, 1978, p. 13).

Malheiro Dias (1923-1924, apud, TOPALOV, 1978, p. 14) apresenta outro argumento em prol da tese feudalista, fundamentando-se em argumentos jurídicos da concessão das capitanias aos donatários. Estas seriam concedidas como províncias a serem governadas, e não especificamente, como plantação a ser explorada. Desta forma, “a sociedade assim criada é agrícola, dominada por nobres de espírito guerreiro, independente de qualquer poder estatal; trata-se de fato feudalismo”.

De maneira geral, até 1937, a concepção de que o feudalismo apresenta-se como o modelo político e econômico instituído pelos portugueses permaneceu sem atrair grandes discussões ou dúvidas. Neste ano, Roberto Simonsen passou a questionar tal concepção, baseando-se em historiadores alemães como Schmoller e Sombart, que possibilitavam uma revisão teórica sobre a temática.

Sua argumentação baseava-se na tese de que Portugal já não vivia mais um regime feudal na época do descobrimento do Brasil, uma vez que, em suas palavras, o “rei é um ‘autêntico capitalista’ e seus vassallos chegam ao Novo Mundo com o desejo de enriquecer”. (SIMONSEN, 1937, apud, TOPALOV, 1978, p.14). Assim, os poderes que são dados aos donatários “têm apenas o objetivo de

assegurar-lhes os lucros: apenas a forma jurídica desta concessão assemelha-se às instituições feudais”.

Duarte (1997)⁸, que publicava na mesma época que Simonsen, compreende que o desenvolvimento do Estado no país apresenta um obstáculo de “ordem privada’, isto é, poderes particulares ligados a dois elementos da sociedade brasileira: o feudalismo – a fusão do poder e da propriedade da terra – e o patriarcado – fusão do poder e da família”. Ainda, conforme Topalov, (1978, p.13), aquele autor destacava que “essas instituições poderosas levam a criação de uma verdadeira organização política nacional que possa triunfar sobre as várias particularidades locais”.

Duarte (1997, p.50) compreende que, até a atualidade da sua obra, o Brasil enfrentava entraves ligados a sua origem sob o regime de donatários, concluindo que, mantendo o caráter feudal do sistema, seria um entrave para qualquer desenvolvimento do “sentido de coisa pública” e o país estaria em um estado de “decomposição política”. Assim, o diferencial da discussão proposta pelo autor é a compreensão de que o problema das instituições feudais não representava mais apenas um debate unicamente de fundo histórico, mas sim uma realidade política da atualidade. Com isso, diferentemente de outros autores da época, compreendia o problema do feudalismo não apenas como um problema do Brasil colônia, mas também do Brasil contemporâneo.

Prado Junior (1985)⁹, por sua vez, apresenta-se como um autor que defende a concepção de capitalismo colonial. Isto porque compreende que a formação econômica do Brasil está diretamente ligada à expansão comercial dos países capitalistas europeus. Assim, o autor se permite dar maior ênfase ao problema do imperialismo, ou seja, domínio e exploração dos países colonizados pelas metrópoles.

O autor compreende e apresenta “a natureza da economia colonial como empresa mercantil exploradora dos trópicos e inteiramente voltada para o comércio internacional em que, embora peça essencial, não figura senão como simples fornecedor de produtos de sua especialidade”. Desta forma, “na organização

⁸ Nestor Duarte, em sua obra publicada originalmente em 1939.

⁹ Caio Prado Junior, em sua obra publicada originalmente em 1939, no auge das discussões a respeito da origem feudalista ou capitalista da agricultura brasileira.

propriamente econômica, na sua estrutura, organização da propriedade e do trabalho, encontramos ainda, dominante, aquela influência” (Ibid., p.118).

Em 1955, Jacques Lambert (apud, TOPALOV, 1978) insere um conceito de “dualismo estrutural” e as estruturas sócio-políticas brasileiras, concomitantemente, adquirem natureza econômica e política.

Furtado (2008)¹⁰ também abordou este conceito, compreendendo que a principal explicação para o entrave ao desenvolvimento no Brasil se deu pelo caráter pré-capitalista de suas estruturas agrárias. No mesmo sentido, também compreende que “a ocupação econômica da terra americana constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (Ibid., p.1). Apesar de compreender que o sistema colonial, envolvendo os países europeus, possui uma origem capitalista, as estruturas agrárias constituídas dele “regrediram a um estado semi-feudal depois de um longo processo de involução” (FURTADO, 1959, p.1, apud, TOPALOV, 1978, p.19).

Singer (1961)¹¹ apresenta um entendimento diferenciado, que compreende a estrutura agrária brasileira como sendo formalmente capitalista com a presença marcante de elementos que se apresentam como “resíduos feudais”. Ou seja, apesar da presença de trabalhadores assalariados ou arrendatários, estes podem ser reduzidos a condição de servo através da exploração. A partir desta concepção, Topalov (1978, p.19) argumenta que a obra de Singer apresenta-se como um marco para a utilização correta das expressões “resíduos feudais”, ‘setor semi-feudal’ ou ‘agricultura pré-capitalista’.

Laranjeira (1983)¹² traz a argumentação de que as primeiras atividades econômicas não se deram pelo uso da mão-de-obra familiar, ou seja, os detentores do direito de exploração da terra utilizavam mão-de-obra alheia para produzir e desenvolver. Também argumenta que, através da apropriação da terra por sesmarias e sua exploração pelo trabalho escravo, a Metrópole objetivava suprir o mercado europeu. Seu intuito era “eminentemente comercial”.

O autor ainda descreve o Brasil colonial como sendo “1) colonialismo, como sistema político; 2) sesmarialismo, como sistema agro-jurídico; 3) escravismo, como sistema de trabalho; e 4) capitalismo, como sistema de produção” (LARANJEIRA, 1983, p.8).

¹⁰ Celso Furtado, em sua obra publicada originalmente em 1959.

¹¹ Paul Singer, em sua obra publicada originalmente em 1961.

¹² Raimundo Laranjeira, em sua obra publicada originalmente em 1983.

Este posicionamento teórico - crítico permite reconhecer a diversidade de opiniões sobre a compreensão da realidade colonial brasileira. Admitem-se, na presente investigação, os resquícios de características oriundas de diferentes fases do sistema feudal. No entanto, defende-se que não foi este o sistema que dominou a estrutura agrária brasileira. Isto se argumenta a partir da compreensão de que a colonização empregada no Brasil, bem como seu caráter exploratório, possuía como objetivo final a obtenção de lucratividade em prol da metrópole Portugal.

Desta forma, apesar da predominância de grandes latifúndios, originário das concessões entregue aos donatários, sua exploração estava voltada para o mercado europeu. Assim, a função destinada a estas terras era a produção para o atendimento das demandas do mercado metropolitano e demais países europeus e , conseqüentemente, gerar lucros para os exploradores e para a Coroa portuguesa.

Com isso, retomam-se aqui as palavras de Topalov (1978), concordando quando argumenta que “toda a história brasileira, desde o ciclo do açúcar até o ciclo do café, passando pelo ouro, borracha e algodão, é apenas um prolongamento da história mundial do capitalismo”.

Independente das discussões que permearam por décadas a origem da estrutura agrária brasileira, atualmente, é fundamental procurar entender e explicar como se deu a expansão do sistema capitalista de mercado no campo brasileiro, assim como compreender como se dá hoje a influência deste capital na estrutura produtiva atual.

2.2 A evolução do capitalismo no campo brasileiro

Destaca-se a importância da compreensão sobre a origem da estrutura agrária brasileira, através da discussão do pensamento de autores reconhecidos pela crítica e do conhecimento de como as atividades agrícolas iniciaram e evoluíram no Brasil.

Mesmo reconhecendo a existência de uma agricultura rudimentar desenvolvida pelos povos indígenas e destinada a sobrevivência do grupo tribal, este estudo se dirige àquelas atividades introduzidas e desenvolvidas pelos

portugueses com sua chegada ao Brasil, devido ao seu caráter diferenciador, o da formação de um espaço socioeconômico.

Apesar da primeira ocupação primitiva, como denominou Laranjeira (1983), ter iniciado com a chegada dos portugueses e ter desenvolvido uma agricultura rudimentar de subsistência, o povoamento das novas terras passou a ser racional com Martim Afonso de Souza. No entanto, segundo o mesmo autor, este momento foi marcado pelo elemento aventureiro, sem um comprometimento fiel com o país de origem.

As primeiras atividades econômicas em solo brasileiro tiveram caráter exploratório, como é o caso da extração do pau-brasil nos últimos anos do século XV. Esta planta apresentava-se como um produto altamente rentável nos mercados da Europa, principalmente pelo baixo custo da sua exploração, realizada por trabalho indígena em troca de quinquilharias trazidas daquele continente.

Em um primeiro momento, a exploração era exclusiva da Coroa Portuguesa; tratava-se de um monopólio real. Posteriormente, de 1501 a 1504, a concessão a particulares comprometidos com a Coroa foi dada e, após esta última data, a exploração passou a ser realizada por traficantes sem vínculos diretos com a Coroa.

Segundo Prado Junior (1985, p.26), devido ao seu caráter intensivo e altamente destrutivo em termos naturais, “a indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável”. Desta forma, apenas esparsos postos de recolhimento do pau-brasil bem como estabelecimentos militares foram instalados, sendo abandonados ao cessar a exploração naquele local.

Somente em 1534, a Coroa Portuguesa tomou a decisão de efetuar o domínio destas novas terras através do processo de ocupação e de colonização efetivado através da distribuição de capitanias hereditárias. Esta consistia em dividir a terra a partir da costa em direção ao interior em doze setores lineares, onde cada um estaria sobre domínio e controle de um donatário na tentativa de evitar as investidas estrangeiras sobre as terras recém descobertas. Portugal reconhecia a importância de proteger as novas terras e de ocupá-las com alguma forma de exploração econômica baseada em um povoamento colonizador. Assim, para incentivar essa colonização, o Rei cedeu grande parte de seus poderes, passando-os aos donatários, como o poder de nomear autoridades, distribuírem terras e receber impostos e taxas.

A principal cultura eleita para compor as bases econômicas do território brasileiro, que começava a se formar, era a cana-de-açúcar, sendo o seu produto derivado, o açúcar, apreciado e com intenso consumo nos mercados da Europa, abrindo perspectivas de significativo comércio para a Coroa portuguesa. O pouco que se conhecia da Colônia (Brasil) já mostrava que este era ambientalmente promissor para tal cultivo, contando ainda com a utilização da abundante mão-de-obra indígena.

Como as condições em terras de além-mar eram difíceis, os donatários ofereciam lotes de terras com extensas dimensões para atrair colonizadores. Estes, por sua vez, passaram a se tornarem latifundiários produtores de cana-de-açúcar, uma produção que só era rentável se realizada em larga escala e emprego de numerosa mão-de-obra. Nestes moldes, a estrutura agrária brasileira é traçada e firma-se sobre os pilares da grande propriedade.

Da mesma maneira como ocorreu na maioria das colônias localizadas em zonas tropicais e subtropicais (PRADO JUNIOR, 1985), instalou-se no Brasil, juntamente com a grande propriedade, a monocultura com objetivo único de produção de gêneros lucrativos e de valor comercial. Para tal exploração, fez-se necessário um elevado número de trabalhadores, preferencialmente sob baixo custo, intensificando-se a utilização de mão-de-obra escrava.

Apesar de a mão-de-obra indígena ser utilizada desde os tempos da extração do pau-brasil em troca de ínfimos objetos, o sedentarismo da produção agrícola não agradava aos indígenas: o que antes era um trabalho “livre” em troca de quinquilharias passa a ser um trabalho escravo. Com frequência, os indígenas eram caçados e tratados como um “instrumento de trabalho” que pertenciam aos senhores das terras, mas não davam conta do trabalho pesado e tão distinto de seu gênero de vida.

O baixo rendimento do trabalho indígena, as fugas de indivíduos conhecedores das matas e as revoltas tribais levaram a substituição do indígena pelo trabalho escravo africano. Este processo de substituição foi prolongado até o final do período Colonial.

Prado Junior (1985, p.37) descreveu a organização das grandes propriedades açucareiras como sendo mais ou menos a mesma desde o início. Ela seria uma “grande unidade produtora que reúne, em um mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata

do proprietário ou seu feitor”. O autor acrescenta: “é a exploração em larga escala, que, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção”.

Da mesma forma que a grande produção era voltada para o mercado europeu, havia ainda uma estrutura voltada para seu auto-abastecimento no território da grande propriedade. Esta era constituída por engenhos para o preparo do açúcar e da aguardente, lavouras para a produção de gêneros alimentícios, pastagens para os animais empregados nos engenhos e oficinas para a produção dos instrumentos de trabalho.

A partir do século XVII, outro produto começou a aparecer em escala menor que a cana-de-açúcar, o tabaco, planta de origem na própria América. Era utilizada no escambo na África em troca de escravos e no promissor mercado europeu, onde rapidamente encontrou apreciadores.

Devido ao interesse central das propriedades em realizar apenas a produção daquilo que renderia no mercado e, no máximo produzir alimentos para o consumo interno, fez-se necessário o desenvolvimento de uma produção alimentícia voltada ao abastecimento dos núcleos urbanos que começavam a surgir. Ao entorno destes núcleos, pequenas propriedades surgiram. Elas eram orientadas a produção de gêneros de consumo da população urbana dedicada, principalmente, aos serviços administrativos e de comércio.

Tais atividades começaram a ser desenvolvida pelos indígenas, que já praticavam a agricultura em sua sociedade de origem, conseguindo objetos e instrumentos fornecidos pelos colonos brancos. Posteriormente, como relata Prado Junior (1985), alguns passaram a se fixar nestas áreas e a absorver traços da cultura européia, formando uma população denominada, mais tarde, de “caboclos”. No entanto, é essencial compreender que esta produção, em pequena escala, era voltada apenas ao consumo local, salvo exceções como a pecuária, que, em alguns casos, se destinava a outros mercados da Colônia portuguesa.

A partir da primeira metade do século XVII, com a chegada de novos colonizadores e o aumento do interesse de Portugal sobre o Brasil, o território se expandiu em direção ao interior, ampliando-se sobre áreas pertencentes à Espanha. Este processo possibilitou o desenvolvimento de uma nova atividade econômica para a Colônia, a partir do descobrimento de grandes jazidas auríferas, dando início ao ciclo da mineração no Brasil, entre o século XVII e XVIII. Essa atividade recebeu

especial atenção da Coroa portuguesa devido ao alto valor das riquezas encontradas, em seu entorno havia o investimento de capital e também um significativo número de pessoas.

Apesar da mineração não estar diretamente ligada a agricultura, ela possibilitou o desenvolvimento agrícola do interior do Brasil Colônia, além de favorecer a ocupação de áreas inexploradas. Isto porque era necessária uma satisfatória produção de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal para alimentar os trabalhadores envolvidos nas atividades mineradoras (mineiros, administradores, técnicos, cobradores fiscais, entre outros).

Procurando atender a essas condições, a pecuária se desenvolveu intensamente no Brasil e, em sua primeira fase, a carne consumida nas minas provinha de fazendas do nordeste. O gado era transportado a pé percorrendo distâncias significativas até ao seu destino. Estas caminhadas enfraqueciam os animais. Inúmeras vezes se encontravam abatidos e magros com pouca carne, o que resultava na má qualidade. Nestes casos, a solução encontrada era a de consumir a carne-seca (charque) produzida no sul da Colônia, província de São Pedro, que, mais tarde, formou o estado do Rio Grande do Sul.

No início do século XVIII, a economia brasileira conheceu relativa decadência devido à concorrência do açúcar no mercado europeu. Novas áreas de produção chegam ao mercado internacional. Ao expor seu produto, acirrava a concorrência e promovia a queda de preços. Somente as aplicações de inovações técnicas transformadoras nas velhas áreas de produção poderiam salvar o produto da concorrência de preços. Neste cenário, um novo produto começa a surgir como um promissor reforço econômico para o Brasil: o algodão.

A partir de meados do século XVIII, a Inglaterra desenvolveu e expandiu seu setor industrial, principalmente o da indústria têxtil, sendo necessário um montante significativo da matéria-prima. Portugal destacava-se como um dos maiores aliados econômicos da Inglaterra e o Brasil, devido ao clima favorável à produção de algodão e apresentando mão-de-obra abundante, deslocadas das áreas de decadência da mineração, veio a se constituir em um dos principais fornecedores de algodão, como matéria-prima, para a constituição dos tecidos.

No entanto, o ciclo do algodão foi um dos mais curtos da história econômica brasileira e a condição de grande produtor se estendeu até o início do século XIX,

quando iniciou a concorrência internacional. O atraso técnico do Brasil desfavorecia o aperfeiçoamento e o aumento da produção, frente à produção norte-americana.

No final do século XVIII, algumas mudas de café haviam sido plantadas no Rio de Janeiro, desenvolvendo-se de tal forma que, em 1826, o café brasileiro já representava 20% das exportações mundiais do produto (PAIVA, SCHATTAN e FREITAS, 1976). Em meados do século XIX, a produção se expandiu para São Paulo, que, mais tarde, se tornou o principal produtor.

A cultura cafeeira se desenvolveu no chamado sistema de *plantation*, ou seja, grandes propriedades rurais monocultoras produzindo em larga escala, seguindo os moldes tradicionais e clássicos da agricultura brasileira (PRADO JUNIOR, 1985). A mão-de-obra utilizada foi inicialmente escrava, sendo substituída a partir de 1850, com a entrada da imigração e primórdios da abolição da escravatura no País, por trabalhadores assalariados provindos de migrações internas, como os nordestinos, e principalmente imigrantes europeus.

Em repetição ao que acontecia com as fazendas dos grandes engenhos de açúcar, a fazenda cafeeira era praticamente auto-suficiente e isolada do seu exterior imediato. Desta maneira, as instalações constituíam um sistema complexo: a lavoura cafeeira, tanques para lavar os grãos, terreiros para sua secagem, máquinas de decorticação e triagem, além da residência do proprietário e da senzala, mais tarde substituída pelas colônias de imigrantes, a capela e a escola. Para a auto-sustentabilidade das atividades da fazenda, existiam as cocheiras, estrebarias, carpintarias e ferrarias, para a fabricação de instrumentos de trabalho, além das áreas de produção de alimentos destinados para a população residente no local.

Silva (1998a, p.6-7) chama a atenção para esta organização do trabalho nas fazendas de café, denominando-as de “complexo rural”. Considerando a divisão de trabalho como sendo incipiente, uma vez que “as fazendas, para produção de um determinado produto, deveria produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários e ainda assegurar a reprodução da própria força de trabalho ocupada nessas atividades”. Seguindo seu relato, o autor tece referências ao complexo rural que internalizava nas fazendas um “departamento” de produção dos meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos) “[...] o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro, etc”.

Com a ampliação da produção do café e a transformação do complexo rural em complexo cafeeiro, principalmente o paulista, amplia-se o capital gerado por esta

produção e aumenta a complexidade de seu funcionamento. Este complexo se apresentava ainda ligado ao antigo, mas sem uma estrutura tão rígida quanto o primeiro.

Com o complexo cafeeiro, o autor argumenta: “criaram-se as novas oportunidades de investimentos resultantes da ampliação da divisão social do trabalho” e, com isto, “a expansão das atividades ‘não-agrícolas’ engendradas no seio do complexo cafeeiro paulista não podia mais ser satisfeita internamente nas próprias fazendas, obrigando um aprofundamento da divisão do trabalho e ‘delegando’ novas funções às cidades” (Ibid., p.9). Assim, separam-se as atividades urbanas e rurais, começando as primeiras manufaturas a se transferirem para as cidades. Logo após a ampliação das atividades tipicamente urbanas, cria-se um setor artesanal de fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas (fora das fazendas).

Essas ações levam a entender que o complexo cafeeiro teria permitido a geração de divisas e o financiamento para a implantação da industrialização brasileira no início do século XX. Conseqüentemente, a promoção da integração dos mercados nacionais (alimentos, trabalho e matérias-primas) é decorrente das ações do complexo cafeeiro. Neste momento, um novo ciclo surge na economia brasileira, a indústria nascente oportunizando o desabrochar de outro setor na economia brasileiro, o industrial que se desenvolvia sob a égide de uma produção agrícola destinada, mais uma vez, ao mercado externo.

2.3 Da modernização a industrialização da agricultura

Compreende as relações dos principais ciclos da economia brasileira, sua estrutura produtiva evoluiu, adaptando-se às exigências de mercado de cada época, obviamente, considerando-se os limites técnicos de cada período. No entanto, permaneceu trabalhando no objetivo de suprir demandas do mercado, principalmente do externo, ou seja, permaneceu como integrante das exigências do sistema econômico vigente.

Sobre esta evolução produtiva, Topalov (1978, p.26) se expressa argumentando que o sistema capitalista implantado, desde o período Colonial,

“demonstrou uma notável capacidade de permanência”. Suas formas evoluíram no período moderno, principalmente em se tratando das relações assalariadas de trabalho. No entanto, sua natureza de obtenção de lucros nunca se alterou.

De acordo com esses processos de evolução na agricultura capitalista, encontram-se as transformações ocorridas no complexo rural, com o término de sua economia natural. Transformações como estas são essenciais, assim como a modernização da agricultura brasileira e o desenvolvimento do setor industrial.

A respeito deste assunto, Silva (1998a, p.3) coloca que a evolução ocorreu por meio de dois processos, sendo o primeiro “de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a ‘harmonia’ da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições)”. Já o segundo diz respeito a uma reorganização “baseada no conhecimento e no controle, cada vez maior, da Natureza e na possibilidade de reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem, denomina-se *industrialização da agricultura*.” Em referência à agricultura moderna, fase posterior que o processo de modernização construiu.

Ainda sobre as transformações da produção capitalista no campo, o mesmo autor compreende que a produção agrícola se torna mais intensa sob a influência ou o controle do capital, ou seja, uma maior produtividade do trabalho. Desta forma, entende que, “com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (ou seja, as transformações que o capital provoca nas atividades agropecuárias)”, há a tendência de ocorrer “um maior uso de adubos, de inseticidas, de máquinas, de maior utilização de trabalho assalariado, o cultivo mais intensivo da terra, etc. Em resumo, a produção se torna mais intensa sob o controle do capital” (SILVA, 1998b, p.13).

Em outra obra, o autor ainda argumenta que a tecnologia cumpre funções básicas na sociedade capitalista, pois sua essência se dá nas relações sociais de produção. Estas funções se apresentam como sendo de natureza essencialmente econômica. A primeira delas, onde “aumentando a produtividade do trabalho” propicia “a formação de um lucro extraordinário para os capitais individuais”; a segunda é aquela onde “atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução da divisão social do trabalho – portanto, a reprodução das classes sociais - para a manutenção do modo capitalista de produção” (SILVA, 1999, p.16).

Parte das transformações ocorridas no campo e na estrutura produtiva está ligada as inovações tecnológicas, as quais, por sua vez, nem sempre são estimuladoras da agricultura em si. Sobre isto, Silva (1999, p. 38) coloca que “o maior impulso à adoção e difusão de inovações tecnológicas na agricultura não provém de mecanismos internos das empresas agropecuárias, embora isso também ocorra. O impulso maior vem, na verdade, do ramo da indústria de bens de produção (máquinas, defensivos, fertilizantes) e das agroindústrias.”

Faz-se necessário salientar que, em um primeiro momento, a modernização na agricultura brasileira se deu com a adoção de técnicas, equipamentos e ferramentas providas do mercado externo, uma vez que a indústria nacional, em um primeiro momento, era, no geral, incipiente. Posteriormente, desenvolveu-se uma produção industrial interna destinada a suprir as demandas, por novas tecnologias, atuantes na e pela agricultura brasileira.

Neste processo de transição do uso de novas tecnologias, o setor agrário foi fundamental para o desenvolvimento da indústria e para a revolução da estrutura econômica brasileira. Albuquerque e Nicol (1897, apud, ERTHAL, 2006) apresentam os papéis básicos desempenhados pelo setor neste processo, sendo eles a liberação da mão-de-obra do campo para a indústria, fornecimento de alimentos e matéria-prima, capital destinado ao financiamento das indústrias, exportação de produtos agrícolas para a obtenção de recursos a serem investidos nas importações destinadas ao desenvolvimento do setor industrial e, por fim, a criação de um mercado interno no Brasil que visasse o consumo dos produtos industriais.

Estimulado pela nascente indústria, o Governo brasileiro passou a investir de modo a possibilitar maior desenvolvimento, criando políticas voltadas a infraestrutura, facilitando a instalação de novas indústrias e atraindo capital internacional voltado para a exploração deste setor, Erthal (2006). O autor argumenta que, “na década de 1930”, teve início a transferência “do eixo de acumulação de capital do setor agropecuário para o industrial”.

A partir de meados do Século XX, as políticas públicas governamentais passaram a estimular o setor industrial de duas maneiras: a primeira, referente a instalação de indústrias voltadas à base do setor agroindustrial, ou seja, de maquinários e insumos básicos, os quais e por sua vez, necessitam de indústrias de base como siderurgia e petroquímica, respectivamente. Os investimentos nestes setores se deram tanto por iniciativa oficial junto às empresas nacionais ou na forma

de incentivos às empresas particulares nacionais e internacionais; a segunda trata do estímulo ocorrido a partir de políticas voltadas pesadamente ao setor financeiro, ou seja, estímulos pelo oferecimento de capital, como linhas créditos e empréstimos, financiamentos e, até mesmo, redução de taxas e impostos cobrados do setor. Estes estímulos financeiros também se voltavam ao produtor rural, através de subsídios para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos.

A respeito dessas políticas, Silva (1998a, p.51), analisando a fase da modernização conservadora e observando este período, coloca que a política de subsídios de crédito rural “permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno de uma estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira” e que “possibilitou ao Estado restabelecer seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista”. Desta forma, “a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70”.

A partir dos anos 70, instalam-se no País fábricas de máquinas e insumos agrícolas, de produção de tratores e equipamentos, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc., marcando o “final da fase de industrialização pesada no Brasil” (Id., 1998b, p.30-31). Assim, para a consolidação do crescimento industrial, fazia-se necessária a constituição de um mercado consumidor dos produtos recém colocados em circulação, fazendo com que o Estado implantasse “um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos dos novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias de produtores rurais” (SILVA, 1998b, p.30-31).

Com esta modernização conservadora da agricultura, também ocorreu a expansão da indústria voltada a transformação da matéria-prima do setor agrícola, passando este a ser considerado diretamente ligado ao setor industrial. Isto porque, enquanto atua como fornecedor de matéria-prima a ser processada pela indústria, também recebe desta os produtos necessários a sua produção como maquinários, equipamentos, insumos e sementes selecionadas. Argumentando assim, Silva (1998, p.68) coloca que “aí então a produção agropecuária deixará de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para ser uma certeza sob o comando do Capital”. O autor, continuando seu pensamento, entende que “se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e

doenças, responde-se com defensivos e técnicas biológicas; e, se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem”.

A respeito desta intervenção sobre a natureza dos processos produtivos como o pecuário, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) argumentam que aquela já não se apresenta mais como fator determinante ou único, bem como não influencia mais a organização industrial. Isto porque a indústria se desenvolveu e se adaptou à natureza do “objeto criado”, de modo a este suprir suas necessidades e exigências. Claro que alguns fatores não podem ser acelerados na pecuária, como o tempo de gestação ou o limite do tempo de engorda. No entanto, a genética, considerada antes um fator determinante, já sofre esta interferência.

No caso da pecuária suína, os autores apresentam a interferência e o dinamismo do fator produtivo sobre elementos que, antes da intensificação da técnica, eram limitados. Assim, os “desenvolvimentos tecnológicos em nutrição e controle de doenças e parasitas dos porcos... livraram virtualmente a produção de porcos da necessidade de estar associada como uma base de terras de grande tamanho”, ou seja, “estão agora sendo produzido o ano todo em sistemas de baixo trabalho e intensivos em capital que levam à produção em larga escala e à industrialização da produção, o que já ocorreu em algumas empresas rurais” (VANARSDALL e GILLIAM, 1979, p.190-191, apud, GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990, p. 158).

Apesar da constante evolução e adaptação da agricultura brasileira, a principal transformação verificada na sua dinâmica, desde o século passado até hoje, é a passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais (CAIs) (KAGEYAMA e SILVA, 1987, apud, SILVA, 1999, p. 89). Isto porque a intensificação da atuação do capital e da tecnologia na agricultura não alterou apenas as relações de produção entre a agricultura e a indústria, mas também as relações entre o campo e a cidade e todas as implicações que estas trazem consigo.

2.4 A constituição e o desenvolvimento dos CAIs

As relações entre campo/cidade e agricultura/indústria se intensificaram nas décadas de 1960 e 1970, quando um setor passou a depender mais do outro e a

produção industrial e agrícola se voltaram ao atendimento do suprimento da demanda. A orientação do parque industrial brasileiro e o atendimento e viabilização do processo de modernização da produção agropecuária nacional colaboraram para a distensão do mercado consumidor urbano e para a expansão na participação brasileira no mercado externo, estabelecendo relações, antes distanciadas, entre os setores da produção agropecuária e industrial (MIORIN, 1982). As políticas econômicas promoveram a disponibilidade de crédito e de incentivo financeiro como o crédito rural e os incentivos fiscais. Com isto, o Estado brasileiro assumiu o papel de promotor fundamental do processo agroindustrial, sendo seu principal difusor junto à modernização agrícola e aprofundamento das relações entre o agro e a indústria através dos “pacotes” de política econômica e creditícia (SILVA, 1998a).

Neste contexto, Müller (1989, p. 34) argumenta que, junto “com a integração da indústria e da agricultura, no período de 1960-80”, nascem “empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas”. Com isso, “na própria agricultura, surgem empresas e grupos econômicos, os quais com suas congêneres industriais fazem parte do poder econômico com interesses nas atividades agrárias”. Desta forma, conforme Teixeira (2005, p.32), “as agroindústrias cresceram como processadoras de produtos provenientes da agropecuária e se modernizaram, tornando-se mais exigentes”.

Silva (1998a, p.24) reforça a concepção de Müller (1989) de que o desenvolvimento dos complexos agroindustriais se constituiu no produto da modernização da agricultura iniciada na década de 1960 e marcou o surgimento do novo padrão da agricultura brasileira. Para o autor, fazia parte da chamada “industrialização expandida” e não contemplando apenas a diversificação dos produtos de exportação, como também a “substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas”.

Desta maneira, os CAIs, segundo Müller (1989, p.45), seriam “um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais”. Sob esta visão, enquadrar-se-iam múltiplas atividades desde a geração dos produtos, dos processos de beneficiamento e da transformação, assim como a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas. Muitos autores colocam igualmente armazenagem, transporte e distribuição dos produtos industriais e agrícolas, além do financiamento,

da pesquisa e da tecnologia e assistência técnica. Estes distintos processos estariam ligados na forma de redes, por serem dinâmicos e estabelecerem fluxos de produção, capital e informação.

De acordo com Marafon (1998), duas concepções podem ser delimitadas a respeito da formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. A primeira, remetendo a uma análise de Müller (1989)¹³, utiliza como critério de agregação o conceito de *agribusiness* e de *filière*. O CAI se insere em um espaço econômico determinado. “A partir desse espaço, poder-se-ia isolar um conjunto de atividades interdependentes, formando um conjunto produtivo de sistemas (*agribusiness*) ou cadeias (*filière*), relativamente independentes dos demais complexos” (TEIXEIRA, 2005, p.34). Porém, a abordagem proposta por Silva (1998a) analisa as transformações da agricultura brasileira a partir da passagem dos chamados Complexos Rurais do Brasil Colônia ao Complexo Agroindustrial atual, levando em consideração o mercado interno na concepção do modelo capitalista. Esta se estenderia a vários Complexos Agroindustriais ou “Micros Complexos Agroindustriais”, conforme suas características.

Desde o início de sua evolução, as práticas agrícolas passaram por diversas transformações, mas, no século XX, estas mudanças ocorreram de maneira mais intensa e agressiva em todas as suas formas, sejam elas devido aos níveis tecnológicos, de aplicação e emprego de capital ou pelas formas de trabalho aplicado.

Conforme as reflexões de Erthal (2006, p.12), a chegada dos complexos industriais no processo das atividades agrícolas não ocorreu de forma pacífica. Muitos problemas resultaram desta aproximação como o custo da produção e o emprego de insumos nocivos a vida humana, vegetal e animal, sem a devida compensação em termos de aumento da rentabilidade, mas apenas de garantias de colheita e de atendimento aos mercados. Neste caso, estes foram perdendo competitividade ao penetrarem na esfera monopolista.

Assim, a agricultura envolvida pelos complexos agroindustriais assumiu caráter tecnológico compatível com o processo de modernização vigente na época que transformou o antigo sistema de produção, denominado de tradicional e ou arcaico, em um sistema moderno, o qual se diferenciava dos demais pelo emprego

¹³ Esta idéia remete ao seu “Macro Complexo Agroindustrial”.

da mecanização e uso de insumos sem atribuir valor algum as antigas formas de produção tradicionais.

De certa forma, a modernização da agricultura colaborou para encurtar as distâncias entre indústria e agricultura, fazendo desta refém do setor urbano-industrial. Isto, segundo David (1994, p.69), se dá pela necessidade que o sistema capitalista tem de um aumento constante da produtividade, o que impulsionaria uma “modernização tecnológica através da utilização crescente e intensiva de insumos industriais, tornando a agricultura um mercado consumidor dos bens produzidos pela indústria, ao mesmo tempo em que a produção agrícola torna-se matéria-prima industrial”.

Esta modernização acaba interferindo na utilização da mão-de-obra nas unidades que produzem matéria-prima para as grandes agroindústrias. Muitas vezes, as tecnologias acabam expulsando os pequenos agricultores, aumentando a produtividade e reduzindo custos. A mão-de-obra excedente se vê obrigada a migrar para as cidades, à procura de colocação no mercado. Conforme Erthal (2006, p.24), parte dos assalariados que passaram a trabalhar nas agroindústrias dos CAIs “foram pequenos produtores familiares que não conseguiram manter-se em sua condição original e, na condição de expropriados, colocaram-se à disposição no mercado de trabalho rural”.

A interferência da modernização tecnológica provocada pela instalação de alguma ou de várias indústrias altera as dinâmicas locais através da interferência na produção agrícola, no trabalho rural e nas relações campo e cidade. O trabalho no meio rural foi diretamente envolvido pelas novas formas ditadas pelos CAIs e, conseqüentemente, pelo mercado urbano. Ao invés do CAI se adaptar à realidade do local onde se instalava, ele redefinia o local, adaptando-o ao seu modo.

A instalação da unidade de um CAI (um fixo do circuito produtivo) está diretamente ligada às relações sociais de produção capitalista, independentemente de ocorrerem estas relações no campo ou na cidade. Segundo Erthal (2006, p.15), esta se faz de maneira seletiva e economicamente ótima, principalmente em função dos objetivos do sistema que, em última análise, é o da reprodução ampliada do capital. No entendimento do autor “há que se valorizar a ‘força do lugar’, pois as áreas, regiões, países,... apresentam especificidades históricas, características naturais, acessibilidade, [...] infra-estrutura e são dotadas de situações geográficas fundamentais”.

A intensificação das relações entre o homem do campo e os elementos urbanos, como o comércio e serviços ligados à sua prática agrícola, reforça a idéia de uma teia de relações, ou seja, uma rede de relações. Esta conceituação vai ainda além, no cotidiano do agricultor, uma vez que ele é integrante de uma produção conjunta com o CAI e passa a ter suas atividades diretamente ligadas a cadeias produtivas, embora não tenha nenhuma interferência no processo de circulação da produção, pois seu trabalho de produção se realiza a montante do CAI.

Sabe-se que a atuação dos CAIs sobre o espaço rural se intensificou a partir da segunda metade do século XX, em um contexto de mundialização da economia e de disseminação de inovações técnicas no setor agropecuário. Assim, Benko (2002) considera que as mudanças ocorridas no espaço rural estão ligadas às transformações ocorridas no modo de produção capitalista como um todo, ou seja, são determinadas por atores em nível mundial.

Através da intermediação de empresas com influência em escala global e que mantém relações com o meio rural, desenvolvem-se os processos de formação das redes neste meio. Assim, conforme Baréa (2008, p.44), este processo “geralmente inicia com a formação do comércio de produtos da agricultura de subsistência e, posteriormente, segue com a comercialização da produção agropecuária em nível local”. Ainda, “este processo, no tempo, pode se constituir em ator responsável pela formação do capital comercial e dinamizar as relações entre cidade e campo”. A autora traça um paralelo sobre a interdependência que envolve as relações entre campo e cidade, chamando a atenção sobre o papel do primeiro, que busca produzir para satisfazer as demandas provindas dos mercados urbanos.

A cidade procura adaptar suas atividades de acordo com as demandas provindas do campo, o que pode ser reconhecido na análise de Baréa (op.cit.), concordante de que os processos de produção e de reprodução em distintas escalas produtivas respondem pelo grau de organização das espacialidades e pelas dinâmicas manifestadas no espaço geográfico.

As atividades se adaptam às exigências dos novos padrões (ABRAMOVAY, 1998) e a produção se desenvolve através da intensidade do mercado e dos fluxos gerados pelas escalas de produção e de comercialização em diferentes circunstâncias.

Os novos padrões de produção e comercialização intensificam as relações produtivas e promovem o desenvolvimento rural no que se refere ao crescimento e

diversificação das atividades. Dorigon (2004, p.4) argumenta que “não é apenas a adição de novas atividades no espaço rural, mas, sobretudo” (...) estes “novos padrões envolvem a construção de novas redes, a revalorização de recursos, a coordenação e a reconfiguração do social e do material e o uso renovado do capital social, cultural e ecológico”. O autor chama de novas redes referindo-se à intensificação da produção e do comércio entre área de produção e mercados consumidores, que se aproximam através dos fluxos de mercadorias. Estas podem variar em escala de quantidade, qualidade e diversificação.

As transformações e inovações sobre o espaço passam a ser vistas na sua complexa dinâmica. Assim, para explicar esta mobilidade espacial, seja rural ou urbana, novas terminologias são criadas e outras assumem novas significações. Moreira (2007) apresenta esta idéia de dinamicidade ao colocar que a rede é uma nova forma nas relações espaciais e a fluidez é a sua principal característica, indicando o efeito das reestruturações sobre as fronteiras. Conseqüentemente a esta fluidez, ocorrem a redução das distâncias e a permanente integração informacional em escala global. Para o autor, as redes se determinam pela circulação entre macro mercados internos e externos, adquirindo o caráter da comercialização requerido pelo processo da globalização. No entanto, a integração existente nas diversas formas da mundialização e globalização não acontecem somente em termos informacionais, mas também nos processos de produção e ampliação das funções consideradas até então tradicionais.

O meio rural também foi tomado pelos avanços das tecnologias modernas e tanto seu produto quanto sua produção foi inserida na perspectiva de cadeias, cada vez mais tecnificadas e não estabelecidas de forma homogênea, porém adaptativas a cada espacialidade em particular, de acordo com as características de sua produção, permitindo a predominância de distintas formas de ocorrência. Neste contexto, os sistemas produtivos se desenvolvem de distintas maneiras, assumindo formas distintas de organização nos espaços geográficos da produção e de acordo com a dinâmica dos fluxos, cada vez mais acentuada.

Para a compreensão da dinâmica dos fluxos, deve-se reconhecer a infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação, “que se inscreve sobre um território, caracterizado pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação” (CURIEN, 1988, p, 212, apud SANTOS, 2008, p.262). Também não

se ignora as relações sociais e políticas que ligam as pessoas, mensagens e valores, potencializando locais mais que outros. Na verdade, os fluxos seriam abstrações, criadas e valorizadas pela ação humana que comanda a produção e estabelece as conexões tanto da produção como de circulação.

Gudiño (2008, p.4) apresenta os fluxos em uma perspectiva que pode ser compreendida na realidade produtiva agroindustrial, do ponto de vista da presença de fluxos de infra-estrutura devido ao crescimento das tecnologias vinculadas à produção e às necessidades de circulação dos produtos em direção aos centros de consumo. Também podem ser compreendidos como fluxos de interação derivados da potencialidade das interações locais entendidas a partir da circulação dos produtos, de capital e de pessoas, entre outros elementos de interação, como é o caso dos fluxos de mercadorias e/ou matérias-primas, diretamente ligados ao desenvolvimento e execução das atuais estruturas e processos produtivos a que se refere à investigação deste trabalho.

A circulação dos fluxos produtivos pode ser diferenciada a partir de seu caráter vertical ou horizontal, definindo o grau de rigidez nas relações estabelecidas entre os agentes. Segundo Moreira (2007, p.60), quer as horizontalidades como as verticalidades, dependem de como “se estabelecem as correlações de forças de seus componentes sociais em conexão”.

A horizontalidade e a verticalidade podem ser exemplificadas por duas realidades brasileiras bem conhecidas: as cooperativas de pequenos agricultores e os CAIs, respectivamente. As primeiras são constituídas de pequenos proprietários rurais praticando, geralmente, uma agricultura familiar com sua produção de pequena escala. Neste caso, não há uma rede e sim um fluxo horizontal, uma vez que os indivíduos se unem em torno de algum mercado. Já os complexos agroindustriais são formados por grandes corporações, muitas vezes, por multinacionais que atuam em grandes escalas espaciais para atingir, igualmente, grandes e distintas escalas de produção. Neste caso, têm-se muitos e diversos fluxos, em relações horizontais e verticais.

No caso da produção suína, muito comum nos estados do sul do Brasil, as grandes empresas unem-se a pequenos produtores rurais. Estes fornecem a mão-de-obra, criando o que será matéria-prima para indústria, segundo as especificidades estabelecidas e nos prazos acordados. Enquanto as indústrias se

responsabilizam pelo fornecimento de filhotes e rações, elas determinam as regras de processamento do produto final bem como da comercialização.

A verticalidade não se apresenta nas relações que envolvem os produtores, ainda que adotem processos técnicos avançados e obedeçam as exigências do sistema estabelecido pela indústria processadora. É a partir dela, ou seja, das relações que a indústria (CAIs) estabelece com os mercados que se situa a verticalidade, pois a ocorrência da verticalidade só existe por envolver ampla e diversificada quantidade de produtos a circularem para amplos e distintos mercados localizados interna e externamente à fronteira nacional.

A existência de distintos processos de produção e de circulação determina a horizontalidade e a verticalidade. O espaço transforma-se segundo as atividades produtivas que revelam suas formas assumidas, de acordo com as ações dos agentes sociais, econômicos e políticos existentes na organização espacial.

Sabe-se que a atuação dos mercados sobre o meio rural se intensificou a partir da segunda metade do século XX, em um contexto de ampliação mundial da economia e de disseminação de técnicas no setor agropecuário, promovidas pelo processo de modernização da agricultura e pelo modelo econômico-político nacional. Este modelo priorizava a aproximação dos setores da economia incentivando as inter-relações entre produção rural e industrialização. Seguindo este modelo, destaca-se neste estudo, as instalações e desenvolvimento dos complexos agroindustriais (CAIs), representantes da aproximação das relações produtivas do agro com a indústria.

Concorda-se com BENKO (2002 apud Baréa, 2008, p. 39) quando considera que as mudanças ocorridas no meio rural estão ligadas às contínuas transformações no modo de produção capitalista, ou seja, são determinadas por seus atores. Deste modo, a espacialidade rural brasileira sofre as mesmas pressões e interferências a exemplo das demais estruturas produtivas que ocorreram em outras partes do mundo. A necessidade de se tornar mais produtivo como fornecedor de matérias-primas e se inserir como consumidor no mercado de insumos, equipamentos e maquinarias destinadas a agropecuária, fez com que o meio rural brasileiro em seu processo evolutivo fosse acumulando e assumindo distintos processos de produção. A presença da unidade agroindustrial vem a ser o mercado receptor da matéria-prima, a qual é proveniente do setor agropecuário e estimulador de sua evolução, assimilação de inovações e de novos processos no meio rural.

Em decorrência da troca mútua e interdependente entre as duas categorias (produtor rural e agroindústria), a organização de uma espacialidade geográfica tende a ser alterada devido a intervenção de agentes internos e externos. Uma vez que há interferências dos sistemas políticos e econômicos internos e externos, ou seja, no caso brasileiro, as intervenções do capitalismo mundial em sua reprodução e disseminação pelo espaço, construindo o espaço do capital.

O próximo capítulo discutirá as interferências realizadas pelos CAIs, sobre a realidade sócio-espacial de um pequeno município de origem colonial. Mais especificamente, trabalhar-se-á com a influência do CAI da suinocultura no município de Três Passos – RS.

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO FÍSICO-SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

Para compreender a atual estrutura social e cultural do município de Três Passos, faz-se necessário abordar a origem de sua população. Assim, o presente capítulo trata do entendimento do processo de ocupação do território por imigrantes alemães, os principais responsáveis pela formação da atual estrutura sócio-espacial do município.

Assim, considera-se fundamental compreender esta estrutura municipal desde a saída dos imigrantes europeus de seus países de origem até sua chegada ao Rio Grande do Sul, a sua localização nas espacialidades destinadas a formação de colônias que deram origem a municípios, como Três Passos.

O entendimento da história desta estrutura sociocultural, o deslocamento das áreas originais (desterritorialidade) e a trajetória de vida e formação de novos núcleos sócio-espaciais (reterritorialidades) resultam do processo emigratório e permitem compreender a atual estrutura socioeconômica do município Três Passos: território resultante de processos de reterritorialização.

3.1 Movimento emigratório na Alemanha

Em uma tentativa de compreender o processo de emigração na Europa e de imigração no Brasil, faz-se necessário reconhecer todo o contexto econômico e social contemporâneo deste processo.

Desde a primeira metade do século XVII, a Europa conheceu transformações como a Revolução Agrícola, iniciada na Inglaterra e depois disseminada nos demais países. As bases produtivas começaram a se romper, ameaçando o sistema do regime feudal até então vigente. Operaram-se “grandes modificações no que diz

respeito à forma da propriedade, ao modo de ocupação e de utilização das terras” (GUIMARÃES, 1979, p. 29 apud VIDAL, 2008, p.46).

Tais modificações tornaram-se imprescindíveis uma vez que o crescimento da população aumentava o consumo de cereais e promovia mudanças em novas áreas que passaram a ser incorporadas ao conjunto da área agricultável. Áreas, antes incultas, foram inseridas no contexto produtivo e grandes extensões de terras passaram às mãos de novos proprietários. Estes proprietários, muitas vezes, não faziam parte das antigas classes de pequenos ou grandes agricultores (Ibid. 2008).

Com a substituição do antigo sistema feudal, ao mesmo tempo em que se abolia a servidão dos camponeses, surgia uma classe livre. Nos campos, antes comuns, as propriedades privadas surgiram. Mesmo com as mudanças ocorridas, os problemas de dependência dos camponeses continuaram a existir, porém com alterações. Ao mesmo tempo em que se tornaram politicamente livres, continuaram socialmente dependentes por não terem acesso a terra (SEYFERTH, 1973 apud VIDAL, 2008, p.47).

Conforme Vidal (2008, p.46), ao mesmo tempo em que estes novos padrões de distribuição de terra e renda expulsaram grandes contingentes de antigos camponeses para novas atividades (manufatura), outros pequenos proprietários tornaram-se operários agrícolas ou rendeiros.

Referindo-se a questão fundiária envolvendo os camponeses no final do século XVIII, Kautsky (1968) argumenta que ao passar da servidão para a situação de camponês livre, estes perdiam grande parte de suas terras. Desta forma, para conseguir resgatar sua casa e uma parte de sua gleba, deveria abandonar de um quarto a metade delas em favor de seu senhor. Com isso, as propriedades “tornavam-se tão pequenas que não garantiam mais o sustento familiar, promovendo a venda da terra. Assim, para o camponês, restava se tornar proletário na cidade ou trabalhador nômade no campo, ambos caracterizado por um labor precário e mal pago” (VIDAL, 2008, 48-49).

No entanto, as transformações fundiárias possibilitaram, através da acumulação de capital e da concentração da propriedade da terra, “um impulso renovador na agricultura, na qual foram empregadas novas técnicas (rotação de culturas, sementes selecionadas, drenagem, etc.) e elas contribuíram para o crescimento acelerado da produção” (Ibid., 2008, 48-49).

A Revolução Agrícola se desenvolveu em alguns países insulares da Europa desde meados do século XVIII, mas em estados localizados mais ao centro do continente, as alterações somente ocorreram no início do século XIX, como foi o caso dos estados germânicos que substituíram seu antigo sistema feudal. Continuando o pensamento da autora, neste período, os feudos se constituíam por um aglomerado de aldeias e pequenas cidades, sendo a economia baseada na agricultura (GUIMARÃES, 1979 apud VIDAL, 2008, p. 47).

A condição dos camponeses variava da total servidão ao trabalho livre. Os produtos retirados da terra garantiam a alimentação baseada em cereais, que também se destinavam ao comércio. Assim alternavam o trabalho entre o plantio de culturas para a subsistência e o das culturas de comércio e matéria-prima, como linho, algodão, cânhamo e juta. Estes produtos eram destinados à produção de fios para a incipiente manufatura têxtil nos primórdios do desenvolvimento da indústria. (VIDAL, 2008)

Na primeira metade do século XIX, as populações na Europa viam-se duplamente prensadas. Ao mesmo tempo em que a modernização agrícola por meio da mecanização substituía a mão-de-obra no campo, a modernização das atividades de manufaturas substituía o trabalho das classes artesãs e manufatureiras. Deste modo, os expulsos da terra e de suas atividades migraram para as cidades de importância central em busca de alguma colocação nas indústrias que surgiam na fase da Revolução Industrial. Juntamente, nesta época, as profundas transformações no campo e na cidade tiveram início e marcaram o aparecimento do proletário (SNYDER, 1957 citado por SEYFERTH, 1974, p.12 , apud VIDAL, 2008).

Segundo Vidal (2008, p. 50), ao mesmo tempo em que a industrialização absorveu significativo contingente de mão-de-obra, também “ocasionou a ruína de artesões e trabalhadores da indústria doméstica, que não tiveram condições de resistir à concorrência das grandes empresas organizadas e detentoras de capital”. Deste modo, acredita-se que a Revolução Industrial seja responsável por um desenvolvimento contraditório. Ao possibilitar o aumento de produção que atende uma população urbana cada vez mais numerosa e com maior necessidade, também teria contribuído para o empobrecimento das populações já fragilizadas pelos resultados da anterior Revolução Agrícola.

Com isso, restava a alternativa de migrar e ir à busca de novos lugares onde fosse possível restabelecer relações perdidas. Motivados pela possibilidade de

retornarem suas terras e de serem novamente camponeses, donos de suas próprias glebas, milhares de indivíduos buscaram o chamado Novo Mundo, principalmente países como Estados Unidos e Brasil. Para Marchesan (2003, p.29), “a crise econômica e social e o excedente populacional em alguns países da Europa, provocados pela Revolução Industrial foram fatores que contribuíram significativamente para o processo de emigração para o Brasil”.

Com todas as transformações ocorridas na Europa, entendia-se que o movimento de emigração se apresentava como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento da política econômica da Alemanha. A saída de parte de sua população passou a ser organizada e coordenada sob supervisão do Estado, de modo que as populações não se desligassem de seu País de origem.

Neste sentido, conforme Cunha (2003, p.18), “os emigrados alemães deveriam garantir no estrangeiro a formação de um mercado consumidor para os produtos da nascente indústria da Alemanha, suprimindo a falta de colônias”. Isto seria possível através do estabelecimento de laços culturais fortalecidos a partir de ligações de intercâmbio econômico com seu País de origem, com a preservação da língua e da cultura alemã.

Cunha (op. cit), completa colocando que, a partir de 1840, “essas idéias passaram a ligar-se mais e mais com o sentimento de criação e preservação de uma identidade nacional, mesmo entre os alemães emigrados, e resultaram no aparecimento de vários projetos de emigração e colonização”.

Tais ações por parte do Estado, para Sturz¹⁴ (apud, CUNHA, 2003), justificaram-se uma vez que “o Brasil jamais se transformaria em um país industrializado, motivo suficiente para que a Alemanha procurasse, por todos os meios, promover o estabelecimento de relações duradouras através da emigração”. Para isto, compreendia-se a necessidade de garantir a segurança, defesa e sucesso daqueles instalados no Brasil.

Para Sturz, os interesses alemães deveriam desviar-se da América do Norte centrar-se nas províncias do Sul do Brasil e região do Rio da Prata. Estes seriam lugares em “que os alemães poderiam povoar mantendo-se ligados por laços culturais à Alemanha em proveito de seus interesses políticos e econômicos” (Ibid, p. 18 e 19). Porém, o povoamento do Sul do Brasil com emigrantes alemães

¹⁴ Johann Jacob Sturz foi Cônsul Geral Imperial do Governo Brasileiro na Prússia em 1842, sendo responsável por levar a cabo o projeto de imigração alemã no Brasil.

somente seria possível a partir do “desenvolvimento de uma intensa navegação comercial da região, que manteria a ligação entre as populações imigrantes aí instaladas com a Alemanha, além de intensificar o transporte de emigrantes”.

No entanto, a partir de 1850, a situação dos alemães imigrados no Brasil chamou a atenção e gerou pressões públicas, porque as associações e empresas que promoviam as emigrações não garantiam defesas e nem segurança aos imigrantes. Com isto, o Brasil foi retirado da relação de países confiáveis para onde poderiam se dirigir imigrantes germânicos.

Assim, o Estado germânico passou a cancelar todas as concessões já existentes e a “não conceder novas para agentes, engajadores e transportadores em todos os territórios prussianos” através do decreto do Ministro do Comércio alemão von der Heydt (Rescrito von der Heydt)¹⁵. O decreto entrou em vigor em 1º abril de 1898 (CUNHA, 2003, p.23).

Segundo o autor, esta decisão se baseou no relatório enviado do Rio de Janeiro para Berlin por um representante alemão no país relatando que “considerava que algumas regiões do país, especialmente ao sul do Trópico de Capricórnio, apresentavam condições favoráveis para a colonização com imigrantes alemães”. No entanto, “dadas às condições gerais do país, também não deveriam ser recomendadas aos desejosos de emigrar”, uma vez que o governo brasileiro não apresentava condições e estrutura para controlar e proteger os imigrantes. Assim não recomendava formação de novas colônias aos moldes das anteriores.

No entanto, o Rescrito von der Heydt não conseguiu produzir efeitos desejados, uma vez que os imigrantes já instalados no Brasil estimulavam a vinda de outros e obtinham maior sucesso que as propagandas germânicas contra a emigração. Os emigrantes, os transportadores e os empresários transferiram-se para outros locais fora de Hamburgo, onde conseguiam realizar seu embarque sem grandes problemas encontrados no porto.

Contudo, foram gradualmente enfraquecendo a relação dos colonos estabelecidos no Sul do Brasil, em colônias de pequenos estabelecimentos rurais, onde se desconhecia o sistema de parceria com a Alemanha. Os imigrantes alemães e seus descendentes passaram a se identificar e a se ligar cada vez mais com o país que os recebera.

¹⁵ Rescrito Von der Heydt foi um decreto do ministro do comércio alemão chamado Von der Heydt. Este decreto visava uma ação política significativa para tratar da questão da emigração alemã para o Brasil.

3.2 A imigração alemã no Brasil e no Rio Grande do Sul

Ainda que o processo de ocupação e de formação do território do Rio Grande do Sul tenha ocorrido antes da chegada dos imigrantes alemães, são estes que interessam no contexto do presente estudo.

Segundo Lazzarotto (1978), o processo da promoção da imigração no contexto histórico brasileiro teria ocorrido em dois períodos: de 1822 a 1830 e após 1845. De acordo com o autor, os projetos de colonização eram suspensos em determinados períodos conforme a política e a economia, não somente interna dos países contratantes como internacional.

Roche (1969), por sua vez, entende que a vinda de imigrantes alemães no início do século XIX fez parte de uma política estatal imigratória e que seria inconcebível pensar em um movimento migratório espontâneo da Alemanha para o Brasil, seja pela distância ou pelas diferenças de meio e gênero de vida. Segundo o autor, o Governo brasileiro ofereceu diversas vantagens no intuito de atrair emigrantes europeus, como a cobertura do custo da viagem, a concessão de terras e a instalação dos colonos, além de auxílios na manutenção dos estabelecimentos durante certo tempo.

Desse modo, o primeiro período imigratório alemão ocorreu em um momento político delicado, 1822, data do “Fico”¹⁶, em que Dom Pedro praticamente rompeu com a Coroa Portuguesa. Na possibilidade de ocorrência de guerra com Portugal, o Imperador teria enviado para a Alemanha Jorge Von Schaeffer sob a idéia de buscar novos colonizadores, porém o objetivo maior era o de poder contar com o apoio de europeus como possíveis soldados (ROCHE, 1969).

As relações com Portugal foram retomadas após a superação dos problemas diplomáticos em 1824, momento da chegada dos primeiros imigrantes. Eles foram enviados para o sul do Brasil, motivando e intensificando a imigração que se multiplicou no tempo.

Acredita-se que a constituição de uma força militar própria tenha sido mais importante no conjunto da motivação da presença de um povoamento europeu em terras de um Império (Brasileiro) em construção, até mesmo da motivação do

¹⁶ O Fico ocorreu no dia 9 de janeiro de 1822 e representa o momento em que o então príncipe regente D. Pedro de Alcântara decidiu permanecer no Brasil, indo contra as ordens das Cortes Portuguesas que exigiam sua volta a Lisboa. Tal decisão teria causado significativo mal-estar nas relações entre Portugal e Brasil.

branqueamento da população. Alguns defendem usando o argumento de que o interesse por populações européias seria a exploração e ocupação de novas áreas do Brasil por brancos não-portugueses.

Outra justificativa para a imigração teria sido a necessidade do aumento da população em um Império tão vasto com áreas a serem exploradas e fronteiras a serem protegidas. Igualmente, a idéia corrente era a de que trabalhadores livres pudessem servir como exemplo de trabalho em uma sociedade na qual predominava a mentalidade de que o trabalho era somente para escravos.

Também há quem determine como justificativa para a imigração a pressão realizada pela Inglaterra contra o tráfico negreiro e o aumento do preço do escravo no mercado. Estes elementos teriam estimulado a vinda de imigrantes para a formação de uma mão-de-obra livre, principalmente nas fazendas de café localizadas em áreas correspondentes as da Região Sudeste do Brasil.

Por outro lado, sabe-se que o Império desejava povoar as terras cuja posse era discutida através de tratados. Os colonos instalados em terras ao sul do Império (hoje, estas terras correspondem aos estados da Região Sul do Brasil), desenvolvendo uma produção agrícola diversificada e transformando o uso da terra ocupado por inúmeros rebanhos de gado bovino. Com o passar do tempo, este povoamento também serviu para outros propósitos como a criação de uma classe média e, conseqüentemente, mercado produtor e consumidor, além de favorecer a ocorrência de um processo de intercâmbio de produtos e mão-de-obra entre as grandes fazendas de criatório e as colônias germânicas que se instalavam a cada chegada de uma nova colônia de imigrantes. Com referência a esta época, Lazzarotto (1978, p.63) escreve como sendo o encontro entre "...os grandes latifundiários e os que não tinham nada".

Segundo as análises de Roche (1969), a primeira fase da imigração alemã ultrapassa o tempo considerado por Lazzarotto, pois se estende ao longo do século XIX (1824 – 1889). Destaca-se a referência de que eles foram os primeiros imigrantes a chegarem sem que no Brasil houvesse, inicialmente, uma lei específica para gerir o funcionamento do processo de colonização. Mais tarde, medidas administrativas foram tomadas para a criação de uma lei de colonização, determinando seus caracteres fundamentais.

Para o autor (op.cit.), o processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul teria iniciado (1824) com a chegada dos primeiros imigrantes na região de São

Leopoldo e os Vales dos rios Cai (1846), Taquari (1853) e Jacui foram ocupados mais tarde. O autor considera que, para atrair os imigrantes para a área, o Governo brasileiro ofereceu, além das vantagens já referidas, o direito de que “seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, cavalos, vacas, bois, etc.” As ofertas governamentais ainda se estendiam onde durante um ano, receberiam “uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinqüenta cêntimos durante o segundo ano; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos” (ROCHE, 1969, p.95), tendo como única condição a inalienabilidade de suas terras por dez anos.

Neste contexto, efetivou-se a ocupação da região Centro-nordeste do Rio Grande do Sul, quando os imigrantes passaram a ocupar áreas de prevalência de matas, formando as primeiras regiões de colonização ainda no século XIX. Conforme Marchesan (2003, p. 32), “a esses núcleos originais, que absorveram os imigrantes, denominou-se de ‘colônias velhas’ e os seus habitantes, por extensão, foram denominados de ‘colonos’”.

O segundo período apontado por Lazzarotto (1978) teria ocorrido após 15 anos da última leva de imigrantes em 1845. Entende-se que o autor teria considerado o estabelecimento de leis esclarecedoras a respeito do trato do imigrante alemão no que concernem as suas condições, como um segundo período. A imigração chegada a partir de 1845 era definida por regras específicas segundo leis de responsabilidades assumidas pelos governos e principalmente do país receptor, no caso o Brasil, no que se referia à chegada desta mão-de-obra não escrava.

Para Roche (1969), uma segunda fase teria ocorrido após 1890, quando o Governo teve a iniciativa de desenvolver colônias antigas e criar novas colônias em parte por desdobramento das antigas, pois a partir de 1914 (final da Primeira Guerra Mundial) não houve mais imigração oficial. Neste caso, os esforços se voltaram para a resolução de problemas advindos da emancipação dos núcleos coloniais e da legitimação das propriedades das terras. O autor calcula que, aproximadamente, 48.037 alemães emigraram para o Rio Grande do Sul entre 1824 e 1914.

Nesse segundo período, considerando o ano de 1915, a ocupação colonizadora era mista, isto é, a principal característica diferenciadora delas com relação às “colônias velhas” era a de que as colônias não se formavam apenas por

novos imigrantes recém-chegados, mas também por descendentes de colonos das colônias velhas. Esta modalidade de colônia se dirigiu para o centro-norte do Estado, Regiões Norte e Alto Uruguai Gaúcho, formando as chamadas “colônias novas”. Assim, a área Noroeste do Rio Grande do Sul se apresentava como a última zona pioneira, sendo ocupada a partir de 1915 e concluída durante a Segunda Guerra Mundial (ROCHE, 1969).

Marchesan (2003, p.35) completa a análise argumentando que “a região ‘metade norte’ (acima da Coxilha Grande) do Estado do Rio Grande do Sul foi destinada à ocupação por imigrantes ou seus descendentes, que, como agricultores, assentaram-se na pequena propriedade rural sustentada na força do trabalho familiar e na exploração dos recursos naturais”. No entanto, “com o passar de poucos anos, as ‘colônias novas’ também passaram a experimentar as mesmas dificuldades do processo anterior, ou seja, esgotamento das terras e excesso populacional”. Isto fez com que os descendentes das populações destas colônias posteriormente migrassem para outras áreas do Rio Grande do Sul ou mesmo para outros estados vizinhos, como Santa Catarina e Paraná.

Independente da localização da colônia ou do núcleo de imigrantes ou de descendentes de alemães, a principal atividade destas populações era comandada pelas características de suas ligações com a agricultura que, mais tarde, veio a possibilitar acúmulos de divisas favorecendo o comércio, principalmente, na região de Porto Alegre e São Leopoldo. Roche (1969, p.243) afirma que, entre 1824 e 1875, “a agricultura foi atividade característica e exclusiva dos colonos alemães e que, ainda às vésperas da Segunda Guerra Mundial, forneciam dois terços, pelo menos, da produção agrícola do Rio Grande do Sul”.

Entre os produtos cultivados, combinam-se aqueles inseridos pelos alemães com os já existentes antes da sua chegada. Entre produtos principais e secundários, podem ser listados: fumo, batata, cana, feijão, trigo, centeio, cevado e arroz.

Quanto ao criatório, a pecuária se apresentou por muito tempo como acessória, principalmente para o consumo da família ou mesmo na criação de animais utilizados para o trabalho na propriedade. No entanto, não se pode falar de ocorrência de larga criação para venda. Apenas os excedentes do consumo familiar se destinavam a venda externa.

Para Roche (1969), praticava-se a policultura nas colônias alemãs, sendo que o rendimento da produção variava de uma para outra colônia, principalmente se

comparadas em termos do momento de sua criação. Em geral, as colônias mais recentes apresentaram sempre rendimentos superiores às mais antigas. Em comparação ao conjunto do estado do Rio Grande do Sul, as colônias alemãs exibiam maior rendimento que as demais.

A policultura se apresenta diretamente ligada às estruturas e formação das colônias e das propriedades rurais dos antigos lotes coloniais que cada família de imigrante ou seus descendentes recebia. As propriedades constituíam-se de grandes áreas florestais a serem desbravadas ou mesmo de terrenos com grandes declividades, deixando poucas áreas a serem utilizadas para as atividades agrícolas. Deste modo, para garantir a subsistência das famílias, fazia-se necessário a presença de uma produção diversificada.

A distribuição dos lotes coloniais em áreas de colonização alemã antigas, utilizando um modelo hipotético, pode ser aplicada a maioria das áreas. Isto porque permite perceber a ocorrência de áreas cobertas por vegetação arbórea, caracterizando as matas, bem como a presença de áreas com declividade íngreme em alguns lotes. Ressalta-se ainda a preocupação em tentar distribuir os lotes de forma a possibilitar o acesso das propriedades aos recursos hídricos disponíveis, (Figura 3).

A distribuição dos lotes não pode ser considerada espontânea por parte dos colonos, pois, conforme Roche (1969), as terras que formariam os lotes de uma colônia eram definidas, recortadas e distribuídas pela administração brasileira. Isto explica o fato de não haver espaço para construção de povoados (aglomerados, vilas e cidades), pelo menos nas colônias mais antigas. Assim, a forma que os colonos encontravam para se agruparem e para manter maior proximidade era a de construir suas casas ao longo das picadas, pequenas estradas que faziam a ligação entre os lotes ou destes com o povoamento mais próximo.

Era também ao longo das picadas que surgiam as capelas, escolas, lojas ou armazéns e, mais tarde, os salões de festas que serviam como pontos de encontro e manifestação das raízes culturais das populações. Em modelos semelhantes, colonizaram-se outras áreas do Rio Grande do Sul que receberam imigrantes alemães, como é o caso da conhecida Região do Alto Uruguai, na porção norte - noroeste do Rio Grande do Sul (MIORIN, 1982).

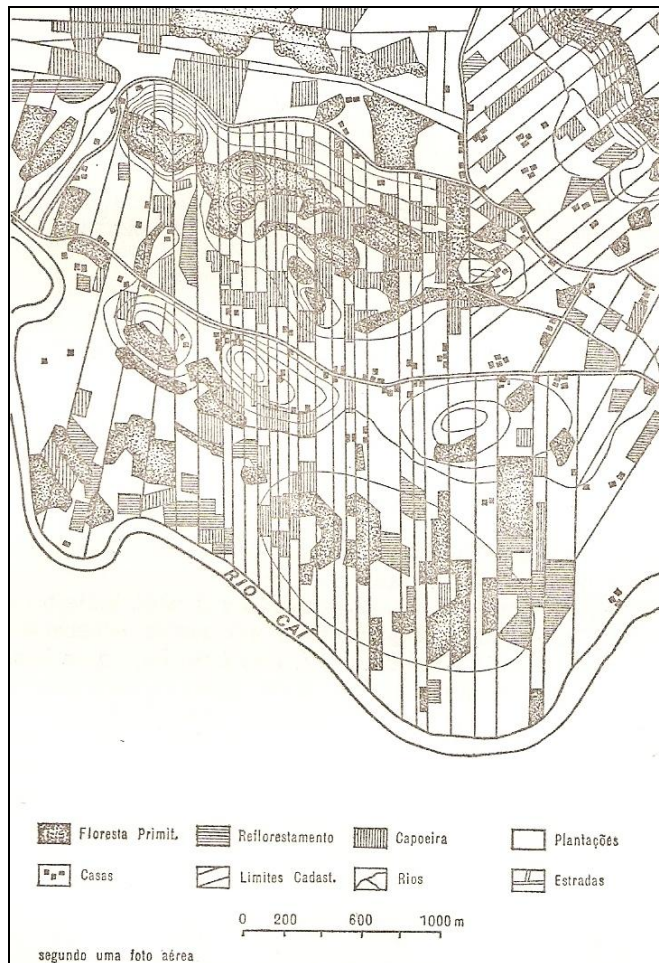


Figura 3 - Modelo de distribuição de lotes em área de colônia alemã.
 Fonte: Roche (1969, p.210).

Essa breve retomada histórica a respeito da formação das colônias de imigração alemã no território Nacional e no Rio Grande do Sul em particular abre caminho para se compreender a formação da espacialidade do município de Três Passos, bem como da organização de suas atividades rurais e do seu desenvolvimento.

3.3 Formação e organização da espacialidade município de Três Passos.

O município de Três Passos, localizado na porção noroeste do estado do Rio Grande do Sul, tem sua situação geográfica determinada pelas coordenadas 27°19'21" a 27°31'44" de latitudes e 53°49'31" a 54°02'08" de longitude.

A história da ocupação da porção do território brasileiro que viria ser Três Passos é anterior à chegada dos imigrantes alemães. Em 1879, cria-se no município de Palmeira, denominado mais tarde de Palmeira das Missões, uma colônia que recebeu o nome de Colônia Militar do Alto Uruguay, na localidade de Passo Grande do Rio Uruguay. Mais tarde, esta área viria a pertencer ao município de Três Passos, criado posteriormente e que hoje compõe o município de Tiradentes do Sul.

Conforme Veit (1996), a Colônia Militar era uma importante obra pública que recebia recursos financeiros e colonos de origem açoriana, bem como militares qualificados. Para a ligação da sede do 2º Distrito Campo Novo, pertencente à Palmeira, como ponto estratégico da Colônia Militar, criou-se um estradão ao longo do qual se distribuíam pontos de referência, sendo um destes o “Pouzo dos Três Passos”, que mais tarde daria origem ao município de Três Passos. Neste, vários estabelecimentos essenciais como residências, pontos de observação, carpintaria, depósitos, a casa do guarda do estradão, destinada a servir como local de descanso e reabastecimento para aqueles que faziam o percurso, passaram a ser construídos.

O objetivo da Colônia Militar era a defesa do território fronteiriço. No entanto, entre 1900 e 1913, serviu como punição a militares infratores em todo o Brasil. Em 1913, passou ao regime e administração civil incorporado ao município de Palmeira, criando-se assim o 5º Distrito com sede no Alto Uruguai. A partir de então, o “Pouzo dos Três Passos” desenvolveu-se e se constituiu em um núcleo populacional importante. Tornou-se, em 1933, sede do antigo 5º Distrito no lugar do Alto Uruguai.

O início da colonização germânica no território original que viria a ser o município de Três Passos ocorreu no final do século XIX e início do século XX, assim como a maioria dos municípios do Planalto Sul Rio-grandense. O movimento de ocupação de áreas se deu a partir da ocupação expansionista das velhas colônias para as denominadas “colônias novas”. Estas tinham caráter misto, por serem constituídas de descendentes de antigas colônias e participação de novos imigrantes que buscavam novas áreas abertas, encontrando terras devolutas no norte do Estado.

Em 1918, chegaram no “Pouzo dos Três Passos” os primeiros colonos descendentes de alemães, provenientes dos municípios de Selbach e de Tapera, no contexto das políticas de ocupação das áreas abertas (terras devolutas) no território Nacional, com o objetivo de colonizar e proteger as fronteiras. Ali, encontraram terras férteis, sob uma densa mata nativa, não explorada.

Assim como em outras porções do Rio Grande do Sul, estes colonos estabeleceram-se “como pequenos proprietários em terras que, originalmente, eram doadas e depois eram adquiridas por compra em longo prazo” (PESAVENTO, 1985, p.47). Inúmeras eram as dificuldades que os colonos recém-chegados enfrentaram para desbravar e explorar a terra na primeira metade do século XX. (Fotografia 1).



Fotografia 1 - Agricultores preparando a terra, primeira metade do Século XX.
Fonte: Prefeitura Municipal de Três Passos (1988).

Ressalta-se que, apesar de haver, anteriormente, a presença lusa nesta área, eles só vieram a se organizar como comunidade a partir da “presença de um poder político (chefe) que determinava o processo a ser seguido” (VEIT, 1996, p.136). Contrário a isto, a chegada dos colonizadores de origem germânica promoveu uma organização comunitária sólida e viabilizada através de comunidades sociais, educacionais e religiosas. “Estes três elos foram os pilares da constituição das localidades da região (pequenas no início) que progrediram. Muitas delas progrediram ao ponto de atingirem a ‘municipalidade’ hoje” (Ibid., 1996, p.136).

Neste contexto, ocorreu a instalação do Estado Novo no Brasil¹⁷. Quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, os problemas enfrentados pelos imigrantes aumentaram tanto no cenário local, como no cenário regional e nacional. Em 1943, quando o Governo brasileiro se envolveu no conflito mundial em conjunto com os denominados países aliados, tendo como inimigos a Alemanha e a Itália, os

¹⁷ Tendo como figura principal Getúlio Dornelles Vargas, então presidente do País.

descendentes destes europeus sofreram inúmeras restrições por serem associados às idéias fascistas e nazistas propagadas pelos líderes destes países, contra os quais os aliados lutavam.

As autoridades estaduais adotaram diversas iniciativas como proibir escolas que utilizassem outro idioma a não ser o português, além de só permitir como forma de expressão a língua portuguesa em locais públicos e de manter acompanhamento das atividades religiosas, sociais, educacionais e, principalmente, políticas junto aos núcleos coloniais destes descendentes. Este tempo representou um dos momentos de maior dificuldade para as colônias que estavam instaladas e para aquelas em processo de instalação, uma vez que eram considerados como possíveis divulgadores dos ideais fascistas e nazistas.

Em 28 de dezembro de 1944, o município de Três Passos foi criado, emancipando-se do então município de Palmeira das Missões. Devido a sua localização estratégica, uma nova “Sede Municipal” foi constituída. A partir desta emancipação, novos municípios também surgiram, como é o caso de Criciumal, Tenente Portela, Campo Novo, Santo Augusto e Redentora (SALVIA E MARODIN, 1976) os quais, entre outros, colaboraram para que a área do município de Três Passos fosse se reduzindo. Hoje sua área de 268 Km², equivale a menos de dois terços do que possuía quando de sua criação.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo IBGE, em seus resultados parciais, o município possuía 23.973 habitantes. É considerado como um influente município em sua Microrregião Geográfica, possuindo um comércio eficiente e atuante e recebendo diariamente pessoas de outros municípios que procuram seus produtos e serviços.

Sob os reflexos do passado, ainda hoje são notadas em suas principais atividades econômicas a determinação e a pujança do seu meio rural, no qual a agricultura tem forte representatividade em termos de produção e de pessoal envolvido. A estrutura fundiária se determina pela presença dominante de unidades de produção familiar sobre áreas de reduzida extensão.

As pequenas propriedades tipicamente familiares possuem características que atestam a sua preservação desde o período da colonização¹⁸ e que, em sua

¹⁸ Estes e outros aspectos históricos e culturais podem ser comprovados através do livro “Três Passos: a história das comunidades contada por sua própria gente”, patrocinado, desenvolvido e impresso pela Prefeitura Municipal de Três Passos em 1988.

dinâmica, foram se adaptando conforme as necessidades do contexto em que estavam inseridas. Algumas características continuam semelhantes, como é o caso da venda do excedente da produção da pequena propriedade familiar no núcleo urbano de Três Passos. Tal prática ocorreu no início da formação municipal e se mantém até o presente.

3.4 O município de Três Passos e o seu meio rural

Para compreender as relações de produção existentes no Município em estudo, faz-se necessário conhecer um pouco de sua estrutura ambiental e das estruturas sociais, uma vez que ambas possibilitam o desenvolvimento de determinadas atividades e a distribuição de sua população. A abundância e a diversidade do meio-ambiente permitem avaliar o potencial das condições naturais disponíveis ao sustento e a reprodução de uma determinada sociedade.

Neste sentido, se reconhece que o município de Três Passos está localizado sobre um compartimento geomorfológico de Planalto, possuindo elevações resultantes de sucessivos derrames vulcânicos ocorridos no período Triássico da era Mesozóica e apresentando declividades acentuadas ocasionadas pelo entalhamento fluvial. Deste modo, os derrames deram origem a um relevo elevado e acidentado, com altitudes variadas, chegando a alcançar entre 310 e 492 metros, acima do nível do mar, no município de Três Passos, (Figura 4).

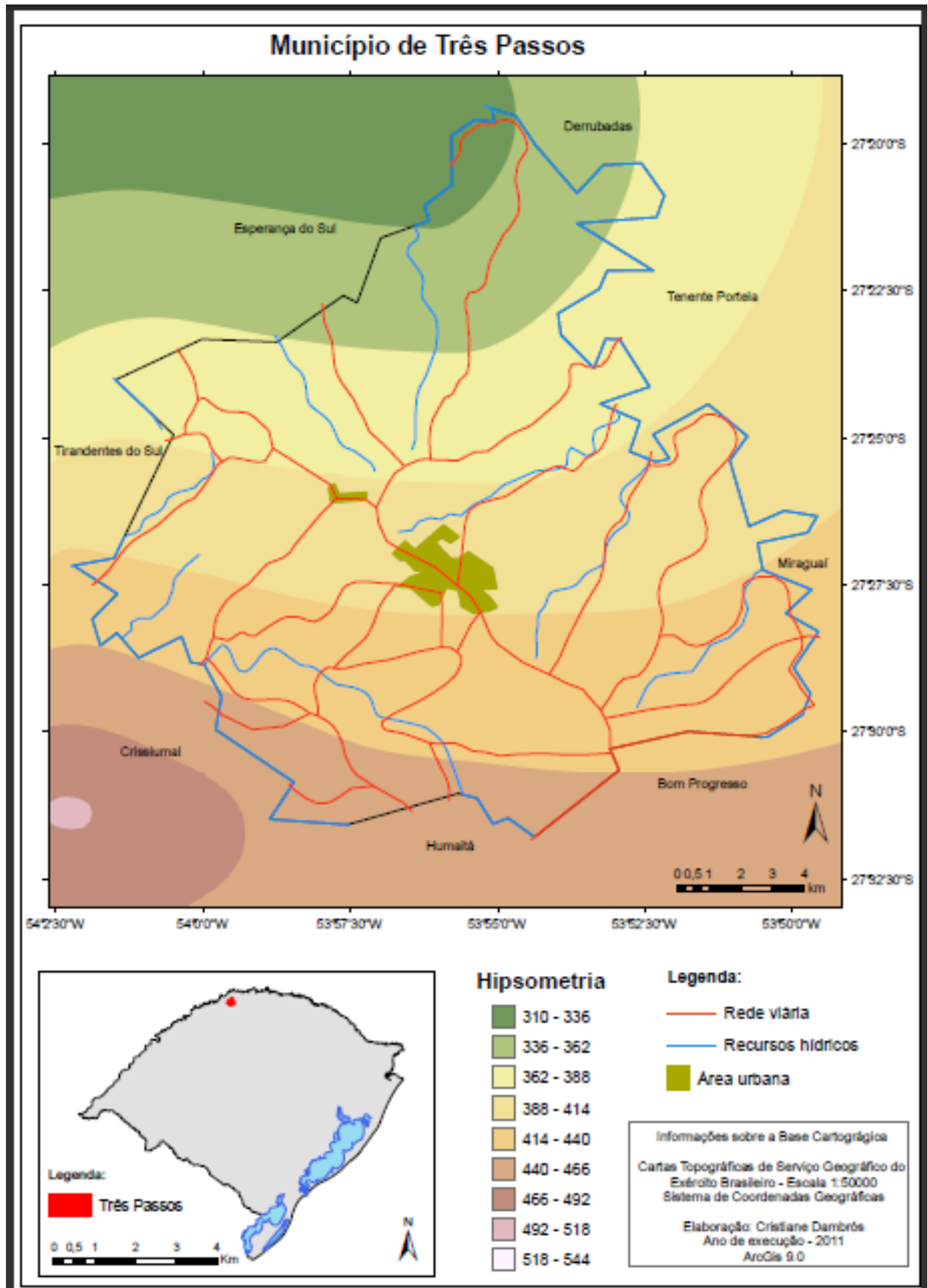


FIGURA 4 - Mapa hipsométrico do município de Três Passos.
Elaborado pela Geógrafa, Cristiane Dambrós, 2011.

A diversificação dos cultivos agrícolas do Município comprova a riqueza de seus solos, por se tratar de solos relativamente profundos e compostos a partir de rochas eruptivas basálticas. Estas rochas são responsáveis pela coloração avermelhada do solo devido ao óxido de ferro presente na sua composição e que lhes empresta a grande fertilidade.

A vegetação nativa de porte arbóreo se constitui nos vestígios da Mata dos Pinhais e da Mata Atlântica subtropical. Embora amplamente devastadas pelo processo de colonização, estas matas ainda são responsáveis pelo equilíbrio e sustentação do uso dos recursos naturais. A devastação resulta do processo “colonizatório” desenvolvido com “ausência de legislação ambiental durante o processo de fundação das novas colônias e da ocupação livre sobre terras devolutas e/ou em áreas de colonização particular promovendo o avanço sobre as terras de mata nativa” (OLIVEIRA, 2008, p.41).

As novas formas surgidas na paisagem identificam que os processos de colonização local derrubaram as matas, criaram lavouras, casas, caminhos, pastagens, escolas, igrejas e outras benfeitorias que alteraram a fisionomia da paisagem natural. No entanto, as novas formas que predominaram na paisagem apresentam lavouras identificando a ação humana determinada por atividades agrícolas e por penetração nas matas identificadas pelas inúmeras clareiras.

Desde a instalação dos primeiros colonos, a agricultura foi utilizada para suprir as necessidades das famílias. Quando restava algum excedente, este era trocado por outros gêneros não produzidos nas propriedades ou ainda vendidos no mercado local em formação na sede do distrito de Três Passos (GRAFFTTI, 2004).

Os gêneros produzidos eram bastante diversificados, variando desde cereais, como o milho e o trigo; de hortaliças e leguminosas e de cana-de-açúcar para a produção do melado, do açúcar mascavo e, mais tarde, a cachaça e o leite; algumas carnes, como de frangos e de suínos, cujas quantidades eram destinadas ao consumo interno¹⁹. Os animais de grande porte, como os bovinos, eram usados no trabalho como força de tração nas propriedades.

Um dos motivos para o sucesso dos colonos alemães no desenvolvimento das atividades agrícolas no local pode ter sido a experiência trazida da Alemanha, uma vez que muitos deles eram camponeses ou descendentes. A sua identidade,

¹⁹ Informações coletadas em trabalhos de campo realizados em 2009 e 2010 junto a produtores rurais do município de Três Passos, RS.

com os trabalhos realizados no camp,o se constituía em tarefas que faziam parte de sua cultura e, portanto, do cotidiano de suas vidas. Deve-se considerar que estas atividades possibilitavam reviver as raízes histórico-culturais e a manter os laços com a pátria-mãe, mesmo que de uma forma saudosista e nostálgica.

Igualmente, praticavam algumas técnicas de processamento dos produtos *in natura*, seja para maior durabilidade destes ou mesmo para variar a alimentação consumida no cotidiano. O conhecimento técnico de preparo dos produtos permitia diferenciá-los entre os que eram camponeses, de origem campesina na Alemanha, daqueles que não eram, pois alguns imigrantes eram artesãos ou manufactureiros e aqui se tornaram colonos.

De modo geral, possuíam sensibilidade e criatividade aguçadas para o processamento e a transformação de alguns produtos, dando nascimento as primeiras matérias-primas que permitiam uso diferenciado. Os detentores de conhecimento possuíam facilidade para consolidar a produção e habilidades no aproveitamento dos gêneros alimentícios produzidos.

As mulheres colocavam em prática os conhecimentos técnicos adquiridos no convívio familiar de como preparar os produtos típicos de sua herança alimentar como as geléias e doces de frutas; embutidos como salames, lingüiças e outros do gênero; queijos, pães e cucas (OLIVEIRA, 2008). Igualmente, inovavam outras possibilidades em diversificar a alimentação e disponibilizá-la no mercado local.

Acredita-se que as transformações dos produtos sejam resultantes da necessidade de tornar presente as raízes culturais, pois, em certas ocasiões, os produtos eram diferenciados daqueles conhecidos pela população local. A qualidade que os produtos apresentavam contribuiu para a conquista de um mercado local em crescimento. A diversidade e a especialização em determinadas mercadorias, essenciais ao abastecimento das populações que viviam em vilas e em pequenas cidades recentemente formadas, permitiu o crescimento do setor de comércio e de prestação de serviços.

Uma das especializações desenvolvidas foi a criação de suínos destinados a produção de carne, e fornecimento de banha, pois a gordura animal foi e ainda é bem apreciada na culinária e na fabricação de sabão. Também era utilizada como combustível em lampiões, fonte de iluminação na época.

No entanto, o abate destes animais se dava de maneira bastante rudimentar, nas propriedades dos agricultores, cujas condições de higiene eram precárias, seja

no abate ou no transporte de tração animal (bovinos e eqüinos). Da mesma maneira, a conservação era outro ponto delicado.

A maioria dos estabelecimentos rurais não possuía luz elétrica. Assim, a carne era mergulhada em recipientes contendo banha para que ali permanecesse conservada, por um tempo.

Estes entraves dificultavam a produção e não atendiam a demanda consumidora que acompanhava o crescimento das cidades. Assim, a dificuldade em abater os animais reprimia o aumento de vendas. Estas dificuldades somente foram superadas com a chegada de um novo grupo étnico na região, os imigrantes de origem italiana.

Apesar de já existirem alguns italianos em Três Passos, a segunda maior corrente imigratória se evidenciou com a chegada de novas levas de imigrantes em meados do século XX. A necessidade de novas áreas de exploração consentiu a ocorrência de novas ocupações econômicas que, de acordo com Graffitti (2004) deu origem ao beneficiamento da produção agropecuária regional. Isto porque os imigrantes italianos perceberam que as pequenas propriedades rurais não conseguiam realizar plenamente o beneficiamento de sua produção, fazendo-se necessário a criação de atividades de transformação, ou seja, a manufatura da produção.

Essa tomada de consciência colaborou para a transformação e pela presença das primeiras atividades consideradas industriais, cuja experiência fazia parte da bagagem trazida junto às heranças culturais. Esta tem sido a explicação encontrada na literatura a respeito do rápido desenvolvimento tecnológico nas áreas coloniais do estado do Rio Grande do Sul.

Os italianos recém chegados trouxeram consigo uma diversidade de experiências no processamento dos produtos, uma vez que a industrialização estava em franco desenvolvimento em terras européias. Eles deram início às indústrias em diversas localidades de origem colonial, a exemplo de Três Passos, destinadas ao processamento das mais distintas matérias-primas, como as madeiras no setor da construção e da fabricação de móveis, e do processamento de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal (GRAFFITTI, 2004).

Os produtos da agropecuária passaram a ser beneficiados e destinados ao atendimento de um crescente mercado consumidor fazendo com que se expandisse a produção de matérias-primas no meio rural, de acordo com a demanda urbana e

regional. Este primeiro estágio de alteração pode ser considerado o marco inicial da mudança do processo produtivo colonial para uma nova fase na qual as atividades com base na transformação ganharam espaço e se difundiram, inaugurando outro momento, o da indústria de transformação alimentar.

Hoje, uma parcela significativa dos produtores se dedica exclusiva ou parcialmente a produção voltada ao atendimento do Complexo Agroindustrial Local²⁰ e, com maior significância, o do processamento da carne suína.

A instalação do CAI Local introduziu relações de produção e mercado a partir do denominado sistema de produção capitalista de mercado, o qual, segundo Erthal (2006), se apresenta de maneira seletiva, principalmente em função dos objetivos do sistema que, em análise, visa à reprodução ampliada do capital. No entanto, “há que se valorizar a ‘força do lugar’, pois as áreas, regiões, países selecionados apresentam especificidades históricas, características naturais, acessibilidade, possuindo infra-estruturas e são dotadas de situações geográficas fundamentais” (ERTHAL, 2006, p. 15).

Assim, entende-se que a instalação de uma unidade da Sadia S.A., no município de Três Passos não se deu aleatoriamente. Para a sua instalação, foram consideradas as características sócio-espaciais, políticas e econômicas deste e dos outros municípios ao seu entorno. Ou seja, buscou-se determinar a existência do que se denomina de *capital social*, que nada mais é do que a capacidade de trabalho com domínio de conhecimento técnico; *capital ambiental*, determinado pelas condições do ecossistema regional; e dos *aportes de infra-estrutura*, considerados como os meios de comunicação, a energia elétrica e as fontes de água.

Satisfeitos estes fatores básicos, instalaram-se as condições de produção de matéria-prima nas unidades agropastoris e a própria unidade agroindustrial. Desta maneira, as pequenas unidades produtivas passaram a ser inseridas no sistema produtivo através do criatório de suínos em novas bases técnicas destinados ao abate no CAI local (Fotografias 2 e 3), sendo o produto final destinado à venda no mercado externo.

²⁰ Entende-se como CAI Local todo o processo ligado a industrialização da carne suína na Unidade de Processamento da Empresa Sadia S.A. do município de Três Passos-RS.



Fotografia 2 – Instalação destinada à suinocultura conforme padrões técnicos de confinamento.
Fonte: Trabalho de campo, Três Passos - RS, 2009.



Fotografia 3 – Suinocultura destinada ao Complexo Agroindustrial Local.
Fonte: Trabalho de campo, Três Passos - RS, 2009.

Para se inserirem no processo produtivo, muitos agricultores alteraram seus hábitos de vida, seu sistema de produção e sua dinâmica produtiva. Porém, nem todos os produtores deixaram de desenvolver atividades diversificadas na propriedade, embora intensificassem o emprego de mais trabalho e maior aplicação

de capital para a produção destinada a ser matéria-prima no setor industrial, especificamente o CAI Local de processamento de carne suína.

Erthal (2006, p.23), explicando as relações de produção entre produtor e Complexo Industrial, considera que, o “setor industrial impõe as regras do relacionamento entre as partes, perdendo os agricultores a sua liberdade, sua capacidade de decisão”. Estas regras tendem a ser severas no que se refere às relações de produção da matéria-prima.

Ao analisar as relações de compra e venda, o autor observa que “estes não têm como optar entre os fornecedores de insumos e os compradores de seus produtos, cujos preços não são mais de concorrência e sim de monopólio” (Ibid., 2006, p.23). Em decorrência, pode-se considerar, no caso da suinocultura, que aos produtores compete disponibilizar mão-de-obra, infra-estrutura e alimentação dedicadas na criação dos animais. No entanto, o controle sobre o preço final é definido pela Empresa da qual o produtor é considerado “parceiro”.

Deste modo, o produtor deve cumprir com os padrões de qualidade exigidos pela Empresa que tem se tornado, cada vez mais, rigorosa visando a diminuir o preço de custo e elevar a produtividade de acordo com as exigências do mercado consumidor, principalmente do mercado externo. Embora a indústria seja exigente e o considere “um parceiro”, o produtor não tem a certeza de que desenvolverá essa atividade no ano seguinte, por ser a Empresa quem detém o poder de renovação ou de quebra do contrato e, de acordo com Erthal, de “controlar muito estritamente a produção de um conjunto de pequenas unidades familiares, sem possuir a terra nem correr os riscos da cultura” (Ibid., 2006, p.26).

O complexo agroindustrial tem modificado as estruturas das espacialidades locais e, sob a influência da globalização, altera o fluxo das mercadorias que se completam não apenas na transação do capital, mas também na produção e nas tecnologias. Estas, por sua vez, afetam diretamente as estruturas sociais, econômicas e ambientais das áreas em que atuam. Por outro lado, apresentam-se como sujeito industrial e comercial influentes na economia das localidades municipais.

Essas influências podem ser entendidas através da magnitude de suas instalações, do volume de produção que atraem, da dinamização sobre novos setores da produção que acabam gerando amplo e qualificado movimento sobre os demais setores das atividades da economia municipal e da sociedade local. Em

municípios de pequeno e médio porte, a importância que estas empresas alcançam é significativa no contexto socioeconômico, como é o caso de Três Passos e dos seus municípios vizinhos.

A INFLUÊNCIA DO CAI DA SUINOCULTURA NAS ESPACIALIDADES RURAL E URBANA NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, RS

Em se tratando de tecer reflexões acerca da dinâmica espacial, várias são as abordagens a serem seguidas de acordo com o enfoque que se deseja salientar. Reafirmando esta questão, Rossini (1986, p.101) coloca que “sendo o ato de produzir simultaneamente um ato de produção do espaço, e essencialmente complexo, é necessário um amplo olhar sobre o objeto de estudo em questão”. Por isto, “é necessário utilizar-se de uma abordagem que favoreça todos os elementos envolvidos” (Ibid., 1986, p.101).

Neste sentido, as análises e reflexões referidas neste capítulo procuram dar conta dos elementos contidos no rural e no urbano sob a influência das transformações dinâmicas de um complexo agroindustrial que, ao alterar as relações de produção e o modo de produção destas categorias de análise geográfica, contribuíram significativamente nas modificações das referidas espacialidades.

Procurou-se alcançar a complexidade que envolve as relações do agroindustrial com estas categorias analíticas, observando os processos que ocasionaram as alterações das relações e, até mesmo, dos elementos constituintes, elementos-padrão, que se complementam e precisam ser reconhecidos e interligados. Os esforços se concentraram no entendimento da influência da dinâmica produtiva do CAI da suinocultura em Três Passos, das ações decorrentes e das alterações impostas às espacialidades rural e urbana com as quais age e interage.

Ao analisar os elementos integrantes e definidores da dinâmica existente nas relações de produção e interações entre o complexo agroindustrial, CAI, e a espacialidade rural e Urbana, procurou-se caracterizar as ações modificadoras proveniente deste “novo” processo produtivo, sua dinâmica e derivações que garantem as relações sociais e econômicas. Para isto, vários aspectos e elementos foram colocados em análise, procurando facilitar a compreensão da realidade como

a utilização de um aporte metodológico considerado adequado aos propósitos desejados.

A partir deste entendimento, discutem-se no presente capítulo a estrutura e funcionamento da produção suína empresarial, destacando a atuação da empresa Sadia S. A. como determinante do complexo processo produtivo ligado à suinocultura no município de Três Passos. Entende-se que a Empresa é responsável pela ocorrência dos elementos que promovem mudanças identificadas nas novas funções que o processo sócio-econômico assume, bem como de novas formas que surgem na paisagem decorrente das relações produtivas aceleradas que impõem mudanças qualitativas na organização espacial.

Posteriormente, observando a evolução de Três Passos, buscou-se entender as transformações da organização espacial no meio rural e no meio urbano do Município, sob a influência do processo de produção baseado no criatório de suínos como atividade socioeconômica principal. Estas categorias de análise foram se remodelando e modernizando a partir da apropriação do espaço pelo capital.

4.1 A organização da produção suína empresarial

Estudos desenvolvidos no Brasil apresentam as mais distintas realidades de produção dos complexos agroindustriais ou, como muitos preferem chamar, cadeias produtivas. Em alguns casos, estes dois conceitos se confundem e diferentes análises são realizadas conforme o enfoque da área do conhecimento.

Em estudos pertencentes ao campo geográfico, procura-se alcançar o entendimento dos processos produtivos a partir das espacialidades e das relações estabelecidas pelos elementos e agentes no campo e na cidade considerando o contexto social e econômico. Ressalta-se que isto se dá a partir de uma análise crítica sobre as mudanças ocorridas na organização espacial das realidades do campo e da cidade com a instalação do CAI no local.

Em investigações que procuram compreender a organização espacial do local, entendido como a municipalidade, as duas categorias de análise são consideradas associadas, pois uma serve a outra no que diz respeito às atividades socioeconômicas. Também, em se tratando da transformação da produção do

campo no setor agroindustrial (normalmente localizado na cidade), estreitam-se relações de produção rural e urbana. O rural é visto como o ambiente da produção da matéria-prima e o urbano onde estão presentes o comércio, os insumos e as máquinas, além do processamento e industrialização. Assim, os produtos resultantes não podem ser considerados unicamente rurais nem puramente urbanos, mas pertencentes a um complexo sistema de relações envolvendo o campo e a cidade. Deste modo, é compreendido como um processo desenvolvendo o local cuja escala pode ser municipal, uma vez que tanto o rural, quanto o urbano estão presentes no processo de criação e beneficiamento da carne suína. Isto ocorre porque algumas partes do processo se desenvolvem nestas duas categorias, mas se complementam ao longo do mesmo.

Nesse contexto, deve-se reconhecer a atuação de uma terceira parte, a da transformação que compreende a Empresa Sadia S. A., sendo necessário conhecer a formação, estruturação e atuação da Empresa junto a produção suína. As empresas transformadoras, quando se instalam em uma área e passam a se relacionar com o sistema de produção existente promovem alterações substanciais no modo de produção e também no modo de vida social, realizando interferências e mudanças no modo de produção e de reprodução.

Para Costa (2009, p.20), em seus estudos sobre cadeias produtivas, a Empresa Sadia S. A., teve origem em uma pequena empresa familiar, com uma reduzida gama de produtos que eram destinados em um primeiro momento ao mercado local. Gradualmente, foi aumentando sua área de atuação e diversificando suas mercadorias. Segundo o autor, a partir daí “para fazer chegar seus produtos aos demais consumidores brasileiros, montou uma rede de filiais próprias, secundada por outra de representantes exclusivos que fazem a entrega de produtos em todos os pontos do território nacional”. Posteriormente, “quando as exportações foram ganhando importância, esta mesma rede de filiais e escritórios comerciais e de representação estendeu-se para outros continentes viabilizando e aumentando o volume das exportações”, o que tornou a Empresa Sadia uma empresa de relações multinacionais (Ibid., 2009, p.20).

A contribuição das filiais e a demanda do mercado consumidor resultaram em significativos investimentos, principalmente, no sistema de logística com o intuito de incorporar novos espaços promissores. Este investimento foi de tal ordem que, em 1955, alugou e depois adquiriu aviões, originando a Sadia S. A., Transportes

Aéreos, para que fosse possível ultrapassar as barreiras logísticas, ligando distâncias e permitindo que seus produtos chegassem com qualidade em distantes e novos mercados consumidores. Este investimento se apresentou como de fundamental importância, por ter ocorrido em um momento no qual os caminhões ainda não eram equipados com sistema de refrigeração e as viagens, por rodovias, demandavam um longo tempo.

Assim, com constante inovação, quer em torno dos produtos, da logística ou da administração, a Sadia S. A., tornou-se uma das maiores produtoras alimentícias do Brasil, principalmente, no setor de carnes. Centralizou e dominou todas as etapas produtivas, desde o investimento na produção de matérias-primas, processamento, transporte e até mesmo o aprimoramento e qualificação da mão-de-obra com a criação da Universidade Sadia. Deste modo, têm-se um dos principais exemplos de complexo agroindustrial e de cadeia produtiva no País, tratando-se de uma empresa nacional cuja produção é destinada aos mercados interno e externo, em nível mundial.

Diversos são os pontos a serem considerados nos estudos e na compreensão dos Complexos Agroindustriais e das cadeias produtivas determinadas por eles. No entanto, é através de observações que se revelam as conectividades entre os diferentes pontos e fluxos que os envolvem, servindo para facilitar o entendimento da dinâmica da organização destas estruturas, bem como compreender a influência do CAI Local sobre o urbano e o rural.

Neste sentido, Triches et. al. (2006) apresentam um importante organograma para compreender a organização estruturada de uma cadeia produtiva suína no Rio Grande do Sul, uma tipificação da organização atual e altamente tecnicizada da suinocultura (Figura 5).²¹

Os autores consideram este processo como sendo constituído de três segmentos: o primeiro deles (em cor laranja) estaria ligado às pesquisas para melhoramento e aperfeiçoamento de produtos a serem utilizados ao longo do processo produtivo, sendo desenvolvido antes da chegada à propriedade rural. Estes podem ser citados e denominados como partes do segmento de empresas ou

²¹ O entendimento desta organização se faz necessária para melhor conhecer a estruturação da produção junto ao CAI da Sadia S.A., inclusive aquele atuante no município de Três Passos. Desta forma, tal organograma foi adaptado a facilitar esta compreensão.

setores ligados à pesquisa e melhoramento genético, ou ainda, produtoras de insumos, maquinarias, equipamentos e fornecedores de energia e combustíveis.

O segundo segmento (em cor verde) refere-se à produção agropecuária propriamente dita como produção das matrizes suínas, reprodução, engorda e destino dos dejetos produzidos. Neste segmento, enquadram-se os produtores de matéria-prima, como soja e milho, cujo destino se direciona a indústria de rações.

Essas atividades são desenvolvidas nas propriedades rurais vinculadas a produção para o complexo agroindustrial. Na maioria das vezes, não há vínculo empregatício permanente de fato entre os criadores e a agroindústria. Existe um sistema de “parcerias” administrado por uma hierarquia produtiva, uma vez que as ordens de produção são enviadas da empresa ao produtor. Desta forma, suas características identificam a verticalidade, com as relações controladas pela empresa.

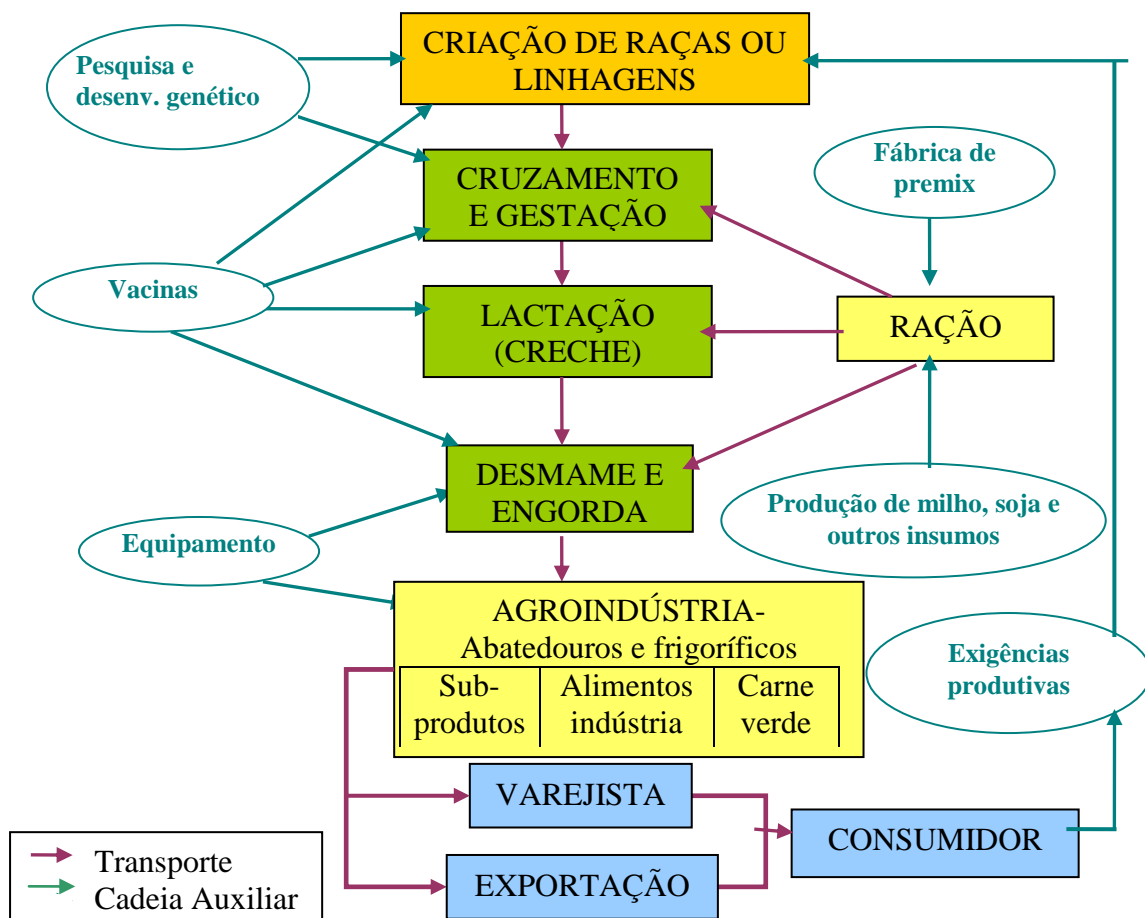


Figura 5 – Organograma de representação da cadeia produtiva de suínos.
Fonte: Adaptado de Triches, et. al.(2006, p.5).

Por fim, o terceiro segmento considerado pelos autores seria o “pós-propriedade” (TRICHES, et. al, 2006, p.5). Neste segmento (em cor amarelo), identifica-se a atuação produtiva da agroindústria por meio do processamento da matéria-prima inicial ou de seus subprodutos. Também, neste segmento, os intermediários (em cor azul) são considerados como atacadistas e/ou varejistas e, de acordo com os autores, os “agentes exportadores e importadores” responsáveis pela circulação e distribuição da produção.

Para completar a cadeia de relações, os consumidores que aparecem podem ser tanto externos ao país como internos. O segmento consumidor é aquele que fará as exigências quanto à qualidade e as características dos produtos, ou seja, a produção se modifica e se adapta ao que deseja a demanda, a consumidora.

O organograma exposto, na sua originalidade, é representativo da atividade produtora de suínos da região da Serra Gaúcha. No entanto, por apresentar as etapas básicas de qualquer produção agroindustrial animal em grande escala, também permite adaptações, podendo revelar outras atividades como as ligadas à avicultura, a bovinocultura ou a produção de cereais. Ainda pode ser um representativo da suinocultura em outras espacialidades, uma vez que uma das características marcantes desta produção é justamente a padronização.

No município de Três Passos, aparecem dois segmentos conforme consta no organograma: o segundo e o terceiro, ou seja, aquelas etapas desenvolvidas nas fases referentes à propriedade rural e pós-propriedade. Deste modo, desenvolvem-se no local as atividades ligadas à inseminação, gestação, lactação e desmame nas chamadas Unidades Produtoras de Leitão (UTLs) e engorda nas Unidades de Terminação (UT). Nas propriedades rurais, também ocorrem atividades agrícolas voltadas à produção de ração, como é o caso do cultivo de grãos (soja e milho). Já o terceiro segmento aparece representado pelo processamento e industrialização da matéria-prima na unidade de abate localizada no município.

O organograma apresentado revela a complexidade que envolve o sistema produtivo e as relações do CAI. Diante disto, as tentativas para estabelecer alguma análise devem levar em conta esta complexidade. De igual maneira, as relações entre os atores envolvidos no processo também são complexas, pois muitas são as ligações entre os segmentos e destes com o sistema total, podendo acontecer simultaneamente ou em algum momento do processo. As formas de atuação dos atores com o complexo agroindustrial e deste com o seu próprio interior também

variam. Assim, tornam-se necessário uma bem conduzida caracterização ao se tecer reflexões sobre a atividade do Complexo atuante na localidade de Três Passos.

A organização atual da economia sob a ação de novas políticas econômicas, forjadas no interior de um processo produtivo, permite a compreensão das relações que se estabelecem no sistema produtivo rural e em seu sistema produtivo urbano. As alterações determinam transformações nas estruturas coloniais e nos processos tradicionais ensejando novas relações de produção com bases na tecnologia e no dinamismo da produção, por se tratar de um novo modelo produtivo a exigir a adoção de nova matriz de produção, de trabalho e de relações produtivas.

Para o estabelecimento de tais relações, realizaram-se procedimentos de campo para a coleta de dados e informações junto a distintos atores, de modo a possibilitar o desenvolvimento das análises e compreensões apresentadas ao longo deste capítulo.

4.2 A suinocultura do município de Três Passos, RS

O Complexo agroindustrial da suinocultura no município de Três Passos se apresenta como um complexo de relações entre produtores, empresa (indústria) e administração pública municipal. Para compreender seu funcionamento, foi necessário conhecer as relações que se estabeleceram desde a fase de instalação da atividade no Local.

Como foi colocado no capítulo anterior as atividades ligadas ao criatório de suínos iniciaram de maneira rudimentar com os primeiros colonizadores alemães. Os primeiros chiqueiros destinavam-se a criação de um ou dois animais para o consumo da família produtora. Este modelo de criatório pode ser encontrado em algumas propriedades e obedece ao que se denomina de modelo de produção colonial em espaços rurais de origem colonial.

Nessa fase, praticamente não havia emprego de técnicas, como se conhece hoje. Caracterizava-se pela presença do rústico, voltado ao atendimento das necessidades imediatas das famílias recém instaladas. Mais tarde, foi gradualmente substituído por outro modelo com aplicação de técnicas que permitiam alcançar resultados positivos como o aumento da produção e cujos excedentes destinavam-

se comercialização tanto no mercado local como regional. Em um primeiro momento, era utilizado em uma espécie de escambo, trocando a carne ou banha por outros produtos que a propriedade não produzia. Com o melhoramento das estradas e desenvolvimento de núcleos urbanos, o que não era consumido na propriedade, era vendido.

No entanto, registros bibliográficos, como o realizado pelo historiador Graffitti (2004), apontam as precárias condições de abate e transporte da produção suína. Com a presença de abatedouros rudimentares, improvisados na propriedade rural e com meios igualmente precários de transporte e conservação, o produto apresentava baixa qualidade e alcançava, por sua vez, baixa valorização, até mesmo no mercado local. Por estes motivos, a produção se manteve reprimida por quase meio século.

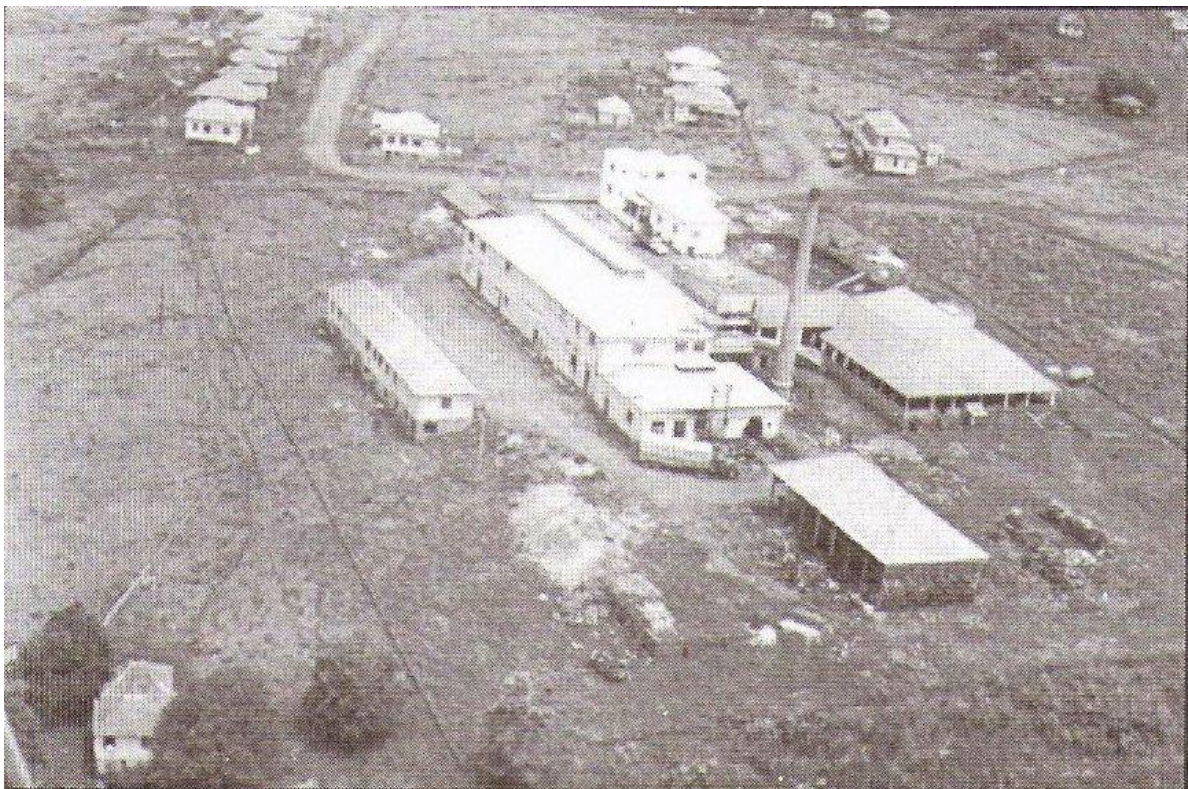
Os novos tempos para a produção local ocorreram em meados do século XX, com a chegada de um grupo de descendentes italianos que passou a desenvolver a indústria de abate atendendo a qualificação e a satisfação do mercado. Estes indivíduos saídos da Itália em um período em que a indústria se encontrava em desenvolvimento logo perceberam que a produção suína de Três Passos deixava de ter sua rentabilidade máxima e de satisfazer o mercado local e regional em consequência das rudimentares técnicas e instrumentos de produção utilizados pelos agricultores. Tratava-se de um rural tradicional, tendo como base o sistema colonial, mas que apresentava um relativo e gradual crescimento apoiado na agregação de conhecimentos adquiridos no manejo do criatório e da comercialização que garantia a existência de capital social e técnico. Estes elementos foram importantes para que o novo grupo realizasse o salto de qualidade no seio do próprio sistema colonial, caracterizando assim o desenvolvimento de um crescimento endógeno.

Procurando maximizar a produção, o Frigorífico Três Passos Ltda. foi instalado em 1951, voltado para o abate de suínos e se destinava a suprir as demandas do mercado regional. No entanto, com o apoio da administração municipal e o grande número de criadores de suínos, a produção rapidamente se intensificou e conquistou parcela do mercado nacional, como São Paulo, onde, segundo Graffitti (2004), logo surgiria uma filial da Empresa.

Na década de 1960, a Empresa se expandiu e se diversificou, abrindo suas portas para processar cereais, tendo a soja como principal produto, e “logo, os

produtos Missioneiro e Corcovado identificam a grande empresa surgida em terras três-passenses” (GRAFFITTI, 2004, p.167). Na década de 1970, com o aumento da produção não apenas de suínos, mas também de processamento de soja, a Empresa, visando novos mercados, transformou o Frigorífico Três Passos Ltda., em Três Passos Cia. Industrial de Alimentos (Fotografia 4).

Neste momento, um novo sistema produtivo começou a despontar. Tratava-se daquele ligado a produção da soja, que, apesar de possuir destaque na realidade local por um determinado período, sofreu decréscimo produtivo. Com o passar dos anos, mesmo processando uma significativa quantidade de soja, o carro-chefe da produção era o processamento de suínos, que culminou por se tornar o principal gênero industrializado.

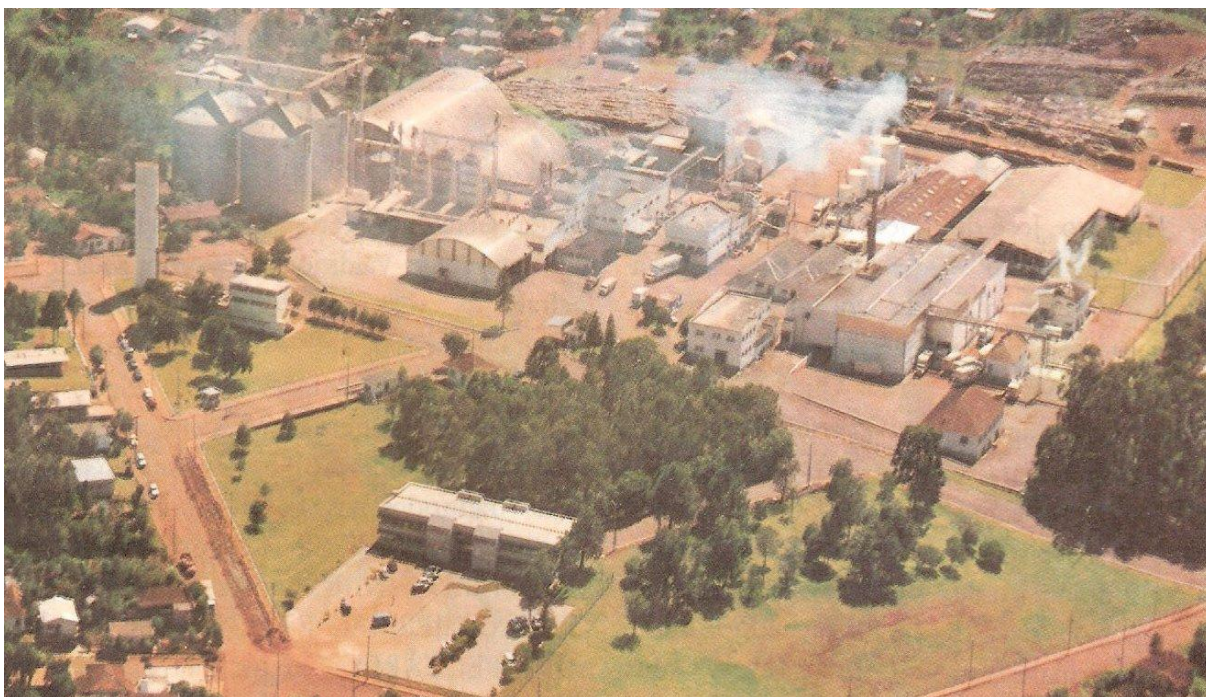


Fotografia 4 - Vista panorâmica Frigorífico Três Passos Ltda, 1953.
Fonte: Graffitti (2004, p.167).

Na década de 80, mais especificamente em 1985, o Grupo Sadia, incentivado a se instalar no município, devido a forte tradição da suinocultura e disposta a absorver toda matéria-prima disponível, adquire a Três Passos Cia, Industrial de Alimentos e, como resposta, realiza um incremento na produção. Antes, operava

com 450 suínos/dia e passou para 2000 suínos/dia. Deste modo, a produção três-passense passou a atender um mercado não apenas nacional, mas também internacional como Rússia, Chile e Argentina. O atendimento desta nova demanda exigiu a ampliação da estrutura física, cuja infraestrutura foi ampliada e modernizada (Fotografia 5).

Ressalta-se a importância do desenvolvimento tecnológico para o crescimento produtivo. Compreende-se o apoderamento do espaço de produção pelo capital tecnológico, mais exigente em termos de qualidade e quantidade, objetivando suprir com alimentos um mercado em expansão e cada vez mais exigente de qualidade do produto consumido.



Fotografia 5 - Vista panorâmica da Empresa Sadia S.A., 1994.
Fonte: Revista Três Passos (1994, p.23).

Destaca-se que, desde a instalação do primeiro frigorífico no município até os dias atuais, a produção industrial conheceu mudanças e adaptações. Neste contexto, em 1997, houve a separação entre a indústria de carnes e a do processamento de óleo de soja quando a multinacional ADM (Archer Daniel Midland) comprou da Sadia a parte responsável pelo beneficiamento do cereal. Após esta transação, a Empresa Sadia S.A., passou a se dedicar exclusiva e intensamente à produção e processamento de suínos.

Com a expansão do processamento suíno, fez-se necessário a expansão da produção de matéria-prima destinada ao consumo da indústria, por sua vez, em expansão. Houve a incorporação de mais produtores rurais fornecedores de matéria-prima e se intensificaram as exigências técnicas da produção, trazendo significativas mudanças para o sistema rural colonial local.

A industrialização promoveu processos de transformação com o aumento de sua produção. O criatório de suínos conheceu intensas mudanças, bem como o próprio meio rural do Município. A produção, antes realizada de forma rudimentar e em pequena quantidade de animais, adotou novas técnicas, aumentou seu plantel de acordo com as exigências do mercado e em presença de novas empresas instaladas. Hoje, as propriedades que trabalham com a suinocultura de corte (criatório) para a indústria, seja ela a Sadia ou outra empresa ou cooperativa, produz, no mínimo, lotes de 300 animais (UTs), variando conforme a capacidade de alojamento para os animais.

Nas Fotografias 6 e 7, pode-se comparar os dois tipos de propriedades produtoras de suínos, sendo uma destinada ao consumo familiar, modelo colonial com tecnologias tradicionais e, a outra destinada para a grande produção com aplicação de tecnologias. É possível verificar em ambas as diferentes técnicas e capital empregado, bem como a intensidade de cada produção.

Estas distintas realidades comprovam que quanto mais capitalizada uma produção e por mais que ela esteja inserida em um sistema com alta tecnologia voltado para a indústria, sempre haverá seus contrários. Apesar das ações do capital em se inserir junto às atividades produtivas desenvolvidas em realidades com significativa presença histórico-cultural, haverá aqueles que continuarão desenvolvendo suas atividades com emprego de técnicas tradicionais (consideradas como rudimentares), por razões próprias, mas que possibilitem a manutenção e a reprodução de sua organização familiar.

Considerando as relações de trabalho, estes ganhos de quantidade e qualidade indicam a intensificação da especialização do trabalho, de forma que o suíno passa a ser visto como a matéria-prima a ser utilizada pela indústria, mas produzido por um produtor que também se apresenta como parte do processo. Em seqüência, intensificam-se as relações do rural com o urbano. Apesar da produção não ser mais destinada unicamente ao consumo do mercado local, ela agora atende

a uma grande indústria que absorve cada vez mais mão-de-obra e amplia as relações de trabalho.



Fotografia 6 – Sistema colonial com técnicas tradicionais (rudimentar).
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 7 – Sistema moderno com aplicação de tecnologias.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Por outro lado, o crescimento da produção no meio rural representa o desenvolvimento de um urbano mais complexo, proporcionando o crescimento dos setores de comércio e de serviços. Tanto no rural como no urbano, amplia-se a produção e o sistema colonial vai sendo substituído por um novo sistema. Este novo sistema, que influencia a organização socioeconômica de Três Passos inserindo relações de produção dinâmicas, está alinhado com a produção em massa resultante da aplicação de tecnologias que procuram alcançar numericamente os mercados consumidores, quer em quantidade como em qualidade.

O novo sistema de produção atende aos ditames do produtivismo e revela os novos tempos do neoliberalismo e do processo de globalização que procura consolidar o capitalismo global.

A mão-de-obra, na maioria das propriedades, continua a ser familiar, principalmente nas unidades de terminação. Porém, nas unidades destinadas à produção de leitão²², normalmente se trabalha com uma mão-de-obra mista (familiar e contratada ou assalariada), uma vez que nestas mantêm-se um número elevado de animais, pois o trabalho abrange desde as matrizes, gestação e maternidade, além da desmame e engorda de leitões.

Desse modo, compreende-se que as relações de trabalho no Sistema rural que se encontra a serviço do CAI passam a ser mais segmentadas, mas não menos complexas. Mesmo reduzindo o trabalho de alguns funcionários a uma ou outra etapa, exige-se deste um aprimoramento técnico que permite realizar a atividade com a maior eficiência possível.

Neste sistema de produção intensiva, encontravam-se no ano de 2010, no município de Três Passos, 112 produtores ligados a Unidades de Terminação (UT) e 16 produtores ligados as Unidades Produtoras de Leitões (UPL), sendo que nem todos são parceiros da Empresa Sadia S. A.

A Figura 6 permite observar a distribuição e a concentração das unidades produtivas dos suinocultores, tanto os produtores UPL ou UT, no Município.

²² Leitão é considerado o suíno até completar 60 a 70 dias de vida.

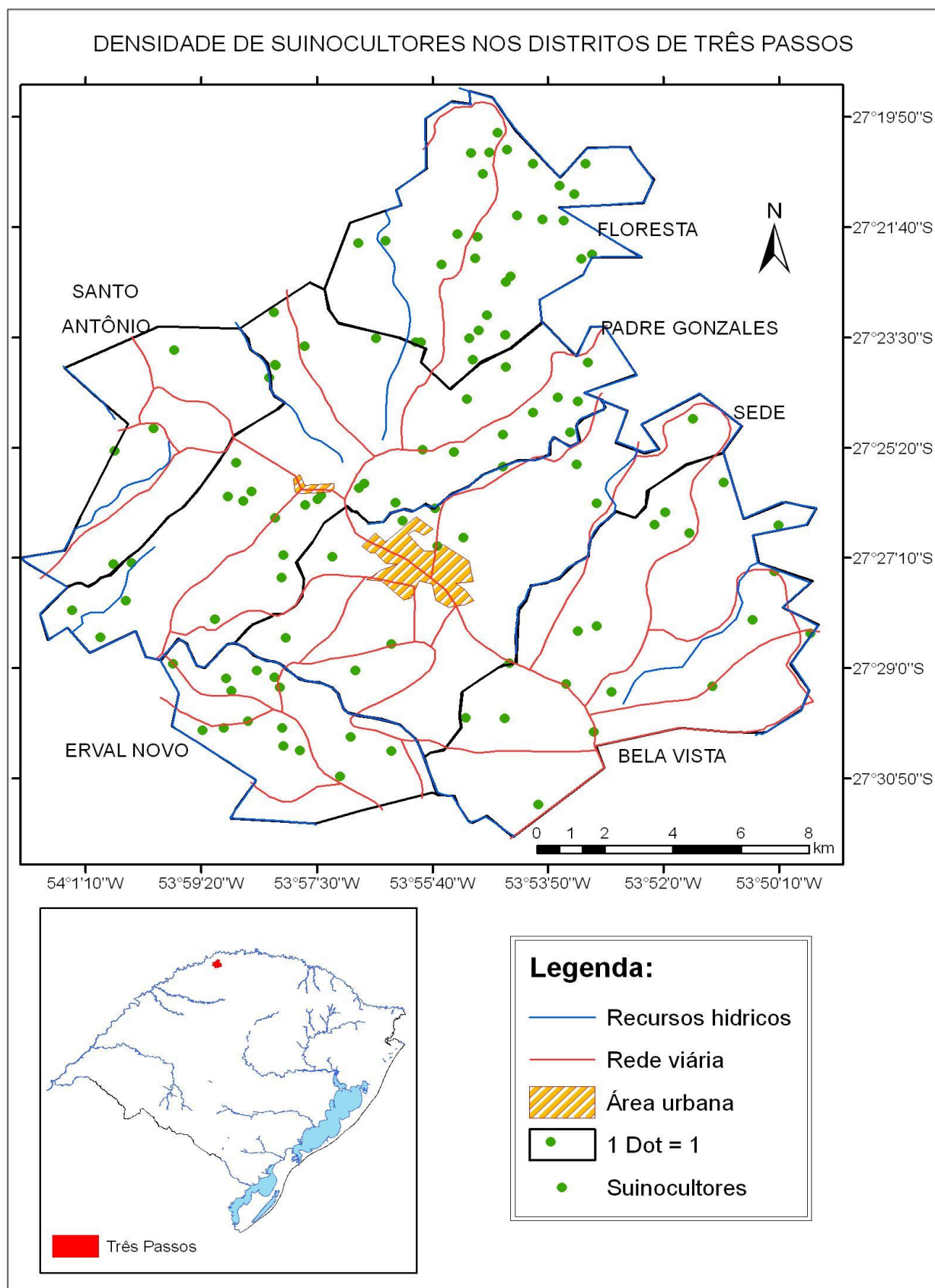


Figura 6 - Distribuição dos suinocultores em Três Passos – RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Elaborado por: Geógrafa Cristiane Dambrós, 2011.

Observa-se que o distrito que mais possui suinocultores é o de Padre Gonzales, com 34 produtores. Este é o principal distrito do município e o maior número de localidades do Município está localizado nele também, bem como a maior malha de vias asfaltadas que facilita o escoamento da produção. Nas suas proximidades, encontra-se o distrito de Floresta, onde se encontram 29 suinocultores.

O distrito de Bela Vista, terceiro em número de produtores (17 suinocultores), é um dos maiores e mais importantes distritos de Três Passos. O distrito de Erval Novo abriga 15 suinocultores, seguido da Sede com 12 suinocultores.

O distrito de Santo Antônio possui apenas cinco suinocultores. Este distrito se localiza distante da sede municipal e se determina por ser um dos menores em extensão de área, características que podem influenciar na quantidade do criatório como das relações de produção.

Observou-se que grande parte dos suinocultores se encontra localizado perto de estradas e vias de acesso. Acredita-se que isto pode ser ocasionado por influência do CAI como uma estratégia para facilitar o transporte e o escoamento da produção, que utiliza caminhões de médio e grande porte.

Há produtores que se relacionam com outras empresas como a Empresa Mabella Carnes e a Companhia Agropecuária e Industrial (Cotrijuí). Destaca-se a presença de produtores denominados independentes que por não possuírem contrato ou vínculo com nenhuma empresa específica, procuram melhor preço para a comercialização de sua produção. Enfatiza-se também que estes produtores são responsáveis por todas as etapas do processo produtivo, desde a obtenção do sêmen, a criação das matrizes, produção de leitões, engorda dos suínos e procura de mercado para seu produto final.

Entre as entrevistas realizadas, salienta-se a de um dos maiores produtores de leitão do Município e que, hoje, se identifica como parceiro da Cotrijuí. O entrevistado esteve, durante anos, integrado a Empresa Sadia S. A., tendo se retirado após conflitos acerca da qualidade do sêmen fornecido aos produtores. Para este produtor a Empresa está procurando, não apenas ele como também outros criadores de leitões, porque precisa suprir a demanda do Município, uma vez que tem aumentado o número de unidades de terminação e, conseqüentemente, a demanda por leitões.

O estudo das unidades de terminação (UT) carece de dados que possibilite a comparação quanto ao número de produtores integrados à Empresa Sadia S. A., como nas demais, pois os dados fornecidos não permitem observar esta distinção. No entanto, acredita-se que todos os produtores estariam ligados a esta Empresa, embora que alguns se considerem produtores independentes, eles comercializam seu produto com a Empresa Sadia S. A.

Sabe-se que o total de suínos alojados no ano de 2010 foi de 52.505 divididos nos lotes das 112 propriedades. Porém, ao longo do ano, foi possível averiguar um total de 2,4 lotes por propriedade, equivalendo a uma produção anual total de aproximadamente estimada em 126.012 suínos para o ano de 2010.

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Três Passos, a participação municipal no total do plantel da Empresa Sadia S. A., em um ano chegou próximo de 18%. Dos 612.984 suínos pertencentes ao plantel da Empresa em 2009, 108.756 foram produzidos no Município de estudo. Esta constatação permite compreender a importância desta Empresa na economia produtiva do Município, assim como a importância de Três Passos na formação da matéria-prima a ser processada.

Também se pode considerar a dicotomia existente envolvendo as relações entre poder Público e empresa privada. Ao mesmo tempo em que a Empresa se apresenta como uma possibilidade de crescimento econômico ao Município, ela absorve significativa parte dos esforços do poder Público e provoca retração de investimentos destinados a realização de outras atividades no meio rural. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se tem um aumento de produção através de incentivos e investimentos, outros setores da economia rural são desassistidos. Tal situação, geralmente, ocorre junto às pequenas propriedades rurais que desenvolvem um sistema produtivo diversificado e voltado, na maioria das vezes, para o consumo familiar e venda do excedente no mercado rural.

Contudo, deve-se ressaltar a dependência da economia municipal frente ao funcionamento de uma grande empresa industrial, locada em seu território. A diversificada rede de relações dinâmicas promovida pelas atividades desenvolvidas na empresa altera as relações produtivas no meio rural e no meio urbano, como se discutirá mais adiante neste capítulo.

Enfim, toda esta volumosa produção acaba gerando conseqüências positivas e negativas para o Município. Obviamente que outras atividades também promovem

alterações em qualquer atividade econômica desenvolvida. Porém, o volume destas alterações pesa, pois quanto maior e mais capitalizadas forem as empresas, maiores e mais agressivas serão as alterações.

A seguir, são tratadas as influências sobre a organização do local de estudo.

4.3 A suinocultura de Três Passos através do subsistema sócio-cultural e tecnológico

Sendo o capital dinâmico e complexo, ele realiza as mais distintas influências sobre as atividades realizadas pelo homem. Um exemplo disso é o trabalho. De acordo com Silva (1999, p.18), “embora seja anterior ao capitalismo, o crescimento da produtividade do trabalho acelerou-se, nesse sistema, devido ao ritmo de desenvolvimento que assumiu aí o progresso técnico”. Assim, “o que o sistema capitalista agregou ao desenvolvimento das técnicas de produção foi a subordinação do trabalho” (Ibid., 1999, p.18).

Desse modo, o objetivo do progresso técnico no capitalismo é submeter o trabalhador cada vez mais ao capital, e propiciar sua maior eficiência, principalmente através das novas técnicas e tecnologias aplicadas. Sabe-se que a política tecnológica voltada para o setor de pequenos produtores rurais apresenta-se como um “elemento-chave no contexto da transformação dinâmica desse setor”, isto “no sentido de instruir, manter e elevar a economia” das pequenas propriedades “a um patamar mais alto de integração com a economia global”. Esta política “apresenta-se como de alta relevância no direcionamento dos processos de diferenciação e de decomposição do setor (...) em sentido ascendente e descendente, isto é, na direção de um processo de proletarização ou de capitalização” (Ibid., p.137-138).

Esse subsistema tecnológico orienta-se para uma expansão do CAI (a montante e a jusante da agricultura), mostrando “que ele não foi totalmente absorvido pelos pequenos produtores, conduzindo-os a um crescente diferencial de produtividade em relação às unidades que puderam se modernizar intensamente”. Este fator limitante da modernização na agricultura familiar “parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida

pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor” (Ibid., 1999, p. 137-138).

Entende-se ainda que o atual modelo capitalista de modernização da agricultura fez com que aumentasse a utilização do trabalho assalariado e, conseqüentemente, o processo de proletarização. Esta exploração de trabalho avança também sobre as pequenas propriedades originalmente familiares. Este é o caso dos suinocultores do município de Três Passos, uma vez que, mesmo reconhecendo-se como produtores familiares, estes vendem sua força de trabalho ao Complexo Agroindustrial a que estão ligados.

Silva (1999, p.22) define que a força de trabalho, como em qualquer outra mercadoria, tem seu valor determinado “pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução, isto é, pelo tempo necessário à produção dos meios de subsistência que vão garantir a existência dos trabalhadores”. Continuando, “o valor da força equivale ao valor dos meios de subsistência necessários, inclusive do ponto de vista moral e histórico, para manter o nível de vida normal dos trabalhadores e garantir a sua procriação”. No entanto, reconhece-se que não é exatamente isto que ocorre com os produtores ligados a suinocultura.

Não são os produtores que estabelecem o valor da sua força de trabalho e nem o valor da força de trabalho embutido no valor do produto final. Isto é uma decisão da empresa. É ela quem estabelece o valor do produto e, conseqüentemente, embutido neste, o valor do trabalho. O produtor se coloca a mercê de uma decisão verticalizada que não está interessada se este produtor trabalhou x ou y horas, ou se dedicou mais ou menos no cumprimento de suas tarefas. Deste modo, entende-se que o produto final se sobrepõe ao trabalho realizado para sua finalidade.

A investigação realizada permitiu o reconhecimento de que o lote de aproximadamente 350 suínos ocupa uma mão-de-obra de um trabalhador em tempo integral, trabalho que é realizado na grande maioria das propriedades por um membro da família. Este tempo é preenchido com atividades que vão da alimentação dos suínos, limpeza dos chiqueiros, manutenção da infra-estrutura, monitoramento da temperatura e mesmo dos animais.

Muitas vezes, os outros membros da família revezam-se entre as demais atividades da propriedade rural e em atividades assalariadas fora da propriedade. A presença do trabalho adicional se realiza no objetivo de aumento de renda familiar.

As atividades dentro da propriedade, na maioria das vezes, são voltadas para a subsistência familiar e, em alguns casos, para a comercialização do excedente no mercado local, como é o caso da criação do gado leiteiro destinado a produção de leite junto a uma determinada cooperativa. Em alguns casos de propriedades maiores, a produção de cereais como a soja e o trigo são consideradas lavouras de formação de excedente destinado à comercialização.

Em outros casos, quando a propriedade se apresenta demasiadamente pequena ou mesmo inviável a outras explorações econômicas, além da suinocultura, alguns membros voltam-se a realização de trabalho acessório, temporário ou permanente fora de sua propriedade. Para complementar a renda familiar, eles exercem atividades remuneradas na cidade ou mesmo em outras propriedades, seja na suinocultura ou não. O fato é que esta renda chamada de adicional, urbana ou rural, destina-se a composição da renda familiar da propriedade rural.

Geralmente, as mulheres que não atuam na produção suína em sua propriedade trabalham na cidade em setores como comércio e serviços, ou ainda como empregadas domésticas. Os homens, muitas vezes, destinam-se a trabalhos em outras propriedades suinocultoras de maior porte ou mesmo exercendo outras atividades rurais.

No entanto, sabe-se que estas ocupações nem sempre são permanentes, uma vez que as atividades rurais combinam longas jornadas de trabalho com a sub ocupação. Isto é definido por Silva (1999, p.112) como “clara correlação entre o grau de modernização da agricultura e extensão da jornada de trabalho na produção familiar”. É justamente esta sub ocupação de alguns membros da família que faz com que a mão-de-obra excedente destine-se a outras atividades, enquanto aqueles que permanecem trabalhando na propriedade e na atividade suinocultora são sobrecarregados pelo excesso de trabalho.

Outro ponto crítico que leva a procura de trabalho fora da propriedade diz respeito à baixa renda alcançada pelas atividades rurais das pequenas propriedades do município de Três Passos. Apesar do valor arrecadado pela suinocultura ser expressivo dentro do contexto econômico das famílias, o capital reinvestido na atividade também se apresenta como elevado, fazendo com que a renda final não tenha volume significativo. Em contrapartida, as demais atividades realizadas na propriedade, muitas vezes são insuficientes para a manutenção e reprodução familiar.

Outro problema comumente encontrado nas pequenas propriedades do município é a baixa produtividade. Concorde-se com Silva (1999, p.144) quando este coloca que o baixo grau de produtividade “é fruto de sua baixa tecnificação, da sub ocupação da mão-de-obra e da (geralmente) pior qualidade dos recursos naturais”. Este último pode ser exemplificado pelo relevo acidentado no Município em estudo. Decorrente disto, parcela significativa de área é considerada de preservação permanente e dificulta o uso e exploração. Esta característica, mesmo com o avanço tecnológico, não pôde ser de todo superada, desde os tempos coloniais até a atualidade.

No entanto, com dificuldades existentes na propriedade, de uma forma ou de outra, sabe-se que a suinocultura possibilitou renda fixa para os produtores rurais. Apesar de não ser mensal, a cada lote entregue à Agroindústria, em um intervalo de aproximadamente de quatro meses e meio, é realizado o pagamento pelo produto. Assim, ao se inserir como fornecedor de matéria-prima para a Agroindústria, o produtor tem como certo uma renda para sua subsistência e reprodução asseguradas. Neste momento, tem-se a substituição da economia rural colonial por uma atual economia de mercado com uso de tecnologias.

Destaca-se que as propriedades substituem a produção de gêneros alimentícios para o consumo da família e mercado local por uma produção destinada a suprir a demanda industrial. Porém, para conseguir se inserir neste sistema de produção de matéria-prima industrial, no caso processamento de suínos, se faz necessário que o produtor e a propriedade se adaptem a uma série de exigências.

O processo de geração de matéria-prima voltada ao processamento industrial requer aumento da capacidade produtiva da propriedade através do aprimoramento do trabalho e especialização do produtor e de sua família, adequando a divisão do trabalho através de uma maior eficiência e utilizando ferramentas, instrumentos e técnicas produtivistas.

Pequenos proprietários, antes dedicados a prática de uma agricultura diversificada, alteraram sua matriz produtiva e se tornaram especialistas, forçados ou não pela sobrevivência. Anteriormente, o contato com a terra era mais diverso; praticavam a pecuária de animais destinados ao consumo próprio, a venda do excedente ou da agricultura destinada a um tipo de comércio de produtos *in-natura* ou, em alguns casos, agro industrializados ou transformados na propriedade, como

exemplo do salame, queijo, doces e pães. Hoje, eles transformaram-se em criadores de suínos voltado ao grande mercado agroindustrial.

As demais atividades não foram extintas na propriedade. No entanto, para atingir maior desempenho em termos produtivos, o produtor precisou se especializar e dedicar maior tempo possível a atual atividade. A empresa disponibiliza a estes produtores apoio técnico, orientando-os cada vez mais a esta atividade específica. Antes, tinham-se produtores diversificados; hoje, têm-se produtores especializados em um importante produto que o torna refém de determinadas relações de produção.

Conforme relato de um dos produtores entrevistados, ele recebia apenas suporte técnico para sua criação de suínos e, acabou gradualmente abandonando outras atividades econômicas da propriedade. As explicações que os produtores dão, são as mais variadas como a dificuldade em se atualizar tecnicamente a outras culturas que desenvolvia na propriedade ou a necessidade de se dedicar em tempo quase que integral a atual atividade. Por estes motivos, eles não comercializam mais e o mercado urbano do município não conta mais com os produtos advindos da pequena produção diversificada.

Em contrapartida, outro produtor entrevistado garantiu que a diversificação da produção de sua propriedade foi ampliada a partir da sua inserção na suinocultura, justificando que a atividade atual possibilita a formação de renda a ser reinvestida nas demais atividades da propriedade. Deste modo, revelam-se algumas contradições encontradas em uma mesma área de estudo, possuindo casos particulares em cada propriedade envolvida na atividade processadora de suínos.

Em termos de trabalho, percebe-se que, além de se especializar na suinocultura, o produtor também está sob influência de uma redistribuição do trabalho. É o caso das Unidades de Terminação e as Unidades Produtoras de Leitão, onde cada uma exerce função distinta na totalidade do sistema produtivo.

Muitas vezes, o produtor de leitão não sabe para onde seus animais são destinados para concluir o ciclo de engorda, assim como os criadores das Unidades de Terminação não sabem a origem dos animais que recebem. Tal procedimento revela que o produtor não tem vínculo com a produção, exceto as responsabilidades específicas dentro da sua unidade produtiva.

Por fim, os procedimentos técnicos adotados também foram completamente alterados ao se inserir neste sistema produtivo. Anteriormente, as técnicas eram

mais rústicas e optativas; agora, a padronização não somente é inevitável, como também obrigatória, conforme observado nas fotografias 6 e 7, exibidas anteriormente, onde é possível observar as diferentes realidades técnicas, produtivas, condições sanitárias e mesmo especificações dos animais criados em chiqueiros comuns entre produtores não integrados a suinocultura comercial, ou seja, destinados ao consumo próprio e aqueles ligados a indústria e a produção em escala comercial.

Apesar de algumas etapas e características de produção, como a padronização das instalações e medidas sanitárias, visíveis nas propriedades, o que não se vê é a técnica presente, a montante e jusante desta fase do ciclo produtivo. Uma das mais expressivas é o melhoramento genético realizado, salientando-se as características mais importantes e atrativas no animal para a agroindústria processadora em detrimento daquelas não necessárias.

Essa padronização é tão importante e delicada que se as propriedades produtoras não tiverem suas instalações de acordo com as normas pode prejudicar os animais. Desta forma, cada vez mais os produtores devem investir em sistemas automatizados de liberação de ração e água na medida certa, assim como em sistemas que controlam a temperatura através de “chuveirinhos”²³ instalados.

Para que todas estas padronizações e exigências sejam realizadas, o produtor deve investir, às vezes, enfrentando custos elevados e sem receber auxílio da empresa “parceira”. Para alguns produtores, torna-se inviável caso não possam contar com o apoio financeiro de créditos rurais ou empréstimos bancários. Deste modo, ingressar em um círculo de dívidas por créditos e financiamentos passa a ser um risco indesejável.

Em continuidade, destaca-se a importância da participação e da interferência dos outros atores ligados ao sistema produtivo: a empresa e o poder público.

4.4 Os subsistemas político e econômico nas relações entre os atores

²³ Um sistema de umidificação do ambiente, instalado na parte superior dos chiqueiros para resfriamento em caso de altas temperaturas.

As relações estabelecidas entre a empresa determinada como Complexo Agroindustrial e os produtores desenvolvem-se com características de verticalidade através de decisões em todas as etapas. Seja em termos produtivos, políticos ou de logística, elas são tomadas pela empresa, restando aos produtores integrados a ela cumpri-las.

Esta verticalidade imposta pela empresa, representante do capital, faz com que as propriedades integradas se reorganizem de maneira a produzir conforme as exigências. Para Santos (2008), esta situação resulta em uma desordem na área onde se encontra instalada e uma reordenação cujos benefícios interessam a empresa. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a empresa reorganiza o local em que se instala em seu benefício, ela causa desordem na organização anteriormente estabelecida, ou seja, na ordem estabelecida desde a origem daquele espaço. No caso em estudo, esta reorganização marca a desordem de um sistema anterior, o colonial, e uma reorganização para a instalação do novo sistema contendo suas especificidades de relações produtivas e de mercado sob a égide do capital produtivista.

A verticalidade se manifesta na adaptação dos produtores e de suas propriedades, possibilitando a integração destas à grande empresa através da suinocultura e do próprio, pequeno, produtor rural. Este, ao se tornar parceiro da empresa, pode estar sujeito a abdicar de parte ou da totalidade de sua diversidade produtiva. Como exemplo, cita-se a impossibilidade de criação de suínos para a subsistência da família. Outro fator que altera as relações seria a falta de mão-de-obra para realizar outras atividades ou culturas na propriedade, uma vez que o criatório destinado ao complexo agroindustrial necessita de cuidados e atenção normalmente durante todo tempo, dia após dia.

O trabalho realizado nas propriedades pode ser comparado com um tipo de terceirização, ou seja, o produtor aplica sua força de trabalho sobre um produto que é da empresa, realizando o que acredita ser uma “parceria”. Este sistema se desenvolve a partir da empresa, que fornece os suínos para engorda às Unidades de Terminação. Posteriormente, quando o suíno se encontra pronto para o abate, o produtor é pago pelo trabalho e pelos custos de criação aplicados ao produto que pertence à indústria.

Apesar de significativa parte da mão-de-obra encontrada nas Unidades de Terminação ser familiar, nas Unidades Produtoras de Leitão, normalmente os

trabalhadores são assalariados ou contratados devido ao grande número de animais confinados. Erthal (2006, p.24), expressa bem a realidade neste tipo de estudo quando coloca que parte do pessoal que trabalha nas unidades que produzem para os CAIs já foram pequenos produtores familiares que não conseguiram se manter na sua condição original e, uma vez expropriados, colocaram-se à disposição no mercado de trabalho rural.

Em uma relativa horizontalidade, os produtores rurais têm a possibilidade de se organizarem para a troca de auxílio e informação. No entanto, nem sempre este contato é realizado, uma vez que muitos dos suinocultores não costumam estabelecer trocas de informações entre si.

Neste sentido, deve-se dar destaque ao Núcleo de Criadores de Suínos de Três Passos, que trabalha visando a reaproximação entre os suinocultores. Salienta-se que o termo reaproximação é utilizado por considerar que, no sistema rural colonial, anteriormente vigente, ocorria maior cumplicidade entre as famílias rurais através do compartilhamento de experiências e conhecimentos, ou mesmo, de seus recursos técnicos e pessoais, em épocas de trabalho intenso como plantio e colheita.

Acredita-se que parte da antiga proximidade se perdeu com a nova reestruturação produtiva. Arrisca-se a especular que a necessidade de intensificação do trabalho nas propriedades, para dar conta de uma demanda crescente, como também a disseminação de novos valores sociais, servindo como estímulo a maior lucratividade individual, possa ter influenciado na ocorrência do afastamento entre os membros da classe dos produtores. O Núcleo dos suinocultores locais pode vir atuar como uma ferramenta de reaproximação dos produtores, não apenas para o resgate de valores mais antigos, como também para garantir melhores condições deles frente a um mercado cada vez mais competitivo e seletivo.

Segundo o presidente do Núcleo de Três Passos, a instituição está ligada politicamente à Associação dos Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (ACSURS). No entanto, lamenta que atualmente a organização local não possua uma atuação política forte e, como conseqüência, vem a ter uma fraca participação e integração dos produtores do Município com o setor econômico.

O Núcleo de Criadores de Suínos de Três Passos acaba por se limitar à organização de palestras e reuniões expositivas e explicativas do assunto em pauta como a importância da instalação de sistemas de cisternas, cuidados com o meio

ambiente, segurança no trabalho entre outras. No entanto, a principal preocupação diz respeito às dificuldades em repassar aos criadores a idéia de que o desenvolvimento de uma atividade importante, em um dado território, possibilita a prosperidade local. Sendo assim, o Núcleo defende a idéia de que um trabalho em conjunto beneficia a todos e ao Município. Assim, entende que para o melhor desenvolvimento da atividade e melhoria das condições de trabalho dos produtores, estes devem procurar trabalhar unidos.

A respeito disso, Santos (2008, p.288) coloca que “a partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais rapidamente, levando ao aumento local da produtividade”. Ainda, além do seu simples aumento, a produtividade possibilita maior influência da atividade sobre a economia e as políticas públicas do local.

Compreendendo esta realidade, a administração pública de um pequeno município, como Três Passos, passou a realizar investimentos relativamente altos e a incentivar a produção suína e o processamento industrial. Estas atividades trazem rendimentos significativos para o Município ao gerarem emprego, arrecadação de tributos e circulação de capital.

Desse modo, uma das principais funções do poder público diante das influências dos complexos agroindustriais é a atividade financiadora e de Crédito Rural, como tratam Kageyama (1996) e Silva (1998a). Compreende-se que elas apresentam a discussão em grande escala, voltada á políticas públicas abrangentes. Por outro lado, identificam-se no município de Três Passos incentivos financeiros de pequena escala, se comparados aqueles ligados ao poder Estadual e ao poder Federal, mas que, em escala local, se apresentam como significativos.

Concorda-se que cabe ao poder Público estabelecer as pontes entre a Empresa e o produtor rural, muitas vezes desenvolvendo tarefas que caberiam àquela. No entanto, esta intervenção se faz necessária para a manutenção, não apenas em prol do homem no campo, mas também da atividade em si, no caso a suinocultura que é, de longe, a mais rentável aos municípios.

Para incentivar a produção suína e ofertar melhores condições aos pequenos agricultores de se inserirem e ou se manterem na cadeia produtiva, a Prefeitura Municipal tem, nos últimos anos, oferecido ajuda financeira em forma de auxílio ao custeio da produção.

Até o ano de 2009, não havia nenhuma lei que regulamentasse o fornecimento de recursos e nem o valor a ser investido. No entanto, em 2010, foi criada e passou a vigorar a Lei Municipal 4.215/2009, que não apenas garante o investimento como também estabelece os valores a serem repassados aos produtores. O quadro referente a esta Lei e o cálculo usado como base para definir os valores podem ser vistos no Anexo A e no Anexo B.

Além de incentivos financeiros, a Lei 4.215/2009 estabelece apoio de mão-de-obra e maquinarias para a construção e manutenção de instalações como os chiqueiros, estrumeiras, silos para armazenamento de rações e rampas de embarque/desembarque (Fotografia 8).



Fotografia 8 – Terraplanagem para construção de chiqueiro, com máquinas da Prefeitura Municipal de Três Passos, RS.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

O auxílio prestado passou a ser regulamentado conforme o número de horas a serem trabalhadas, sendo estas estabelecidas conforme o tipo da unidade, diferenciando-se de Terminação ou Produtora de Leitões.

Para ter direito a estes auxílios, o produtor rural deve estar legalmente inserido na atividade, cumprindo todas as regulamentações. A Prefeitura Municipal

estipulou a assinatura de uma Declaração de Compromisso da Água, (Anexo B), na qual o produtor conhece a quantidade de água necessária para a realização das atividades e capacidade de supri-la, por meios próprios, em caso de escassez.

O poder Público do Município se apresenta engajado nos processos de regulamentação da instalação das unidades e de funcionamento. Assim, as normas Municipais estabelecem e supervisionam o cumprimento das Estaduais e Federais, seja em termos ambientais, sociais ou econômicos. Para isto, utiliza não apenas a imposição desta regulamentação, mas também atua no sentido de orientar os produtores.

Enfim, a administração municipal realiza investimentos e intervenções, reconhecendo a importância da suinocultura e do seu processamento na unidade da Empresa Sadia S. A., para a manutenção das receitas do Município e para o desenvolvimento local. No entanto, tenta equilibrar a distribuição para que os incentivos não fiquem apenas em benefício desta Empresa, ao custo da máxima exploração dos produtores.

4.5 Interferências sócio-espaciais do CAI no município de Três Passos

As atividades agropastoris sempre estiveram presentes na realidade econômica e sociocultural de Três Passos. Através dos trabalhos de campo desenvolvidos no Município durante a execução deste estudo, junto às propriedades rurais e órgãos e entidades de interesse, foi possível observar a importância da suinocultura, seja na economia local, na sua ordem social de produção como também de trabalho.

No estudo realizado no ano de 2009, pelo Sindicato da Indústria de Produção Suína (SIPS), disponível em cartazes junto a Secretaria de Agricultura de Três Passos, o Município ocupa o terceiro lugar como maior produtor de suínos do Estado, possuindo um abate estimado em 115.463 animais, totalizando uma participação de 2,49% da produção total do Rio Grande do Sul. Neste *ranking*, fica atrás somente dos municípios de Nova Candelária e Capitão, respectivamente com produções de 155.097 e 117.075 suínos abatidos e participação de 3,34% e 2,54% (Tabela 1).

Um estudo realizado pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento²⁴ (COREDEs) do Estado expõe que o Noroeste Colonial, ao qual pertence Três Passos, se encontra na segunda posição com uma produção de 813.857 suínos e uma participação de 17,56% na produção total do Estado do Rio Grande do Sul. (Tabela 2).

Tabela 1 – Os dez municípios com maior produção suína no RS, 2009.

Posição	Municípios	Nº de suínos	% participação
1.	Nova Candelária	155.097	3,34
2.	Capitão	117.075	2,53
3.	Três Passos	115.463	2,49
4.	Humaitá	111.303	2,40
5.	Arroio do Meio	102.345	2,21
6.	Palmitinho	93.179	2,01
7.	Itaqui	93.020	2,01
8.	Vista Gaúcha	90.810	1,96
9.	Aratiba	87.354	1,88
10.	Ibirubá	84.134	1,82

Fonte: Sindicato da Ind. Prod. Suínos do Estado do Rio Grande do Sul, 2009.
Organização e adaptação: Ana Leticia de Oliveira, 2011.

Tabela 2 – Distribuição do número de cabeças e percentual de participação do rebanho suíno por COREDE, RS, 2009.

Posição	COREDE	Nº de suínos	% participação
1.	Alto Taquari	1.095.117	23,63
2.	Noroeste Colonial	813.857	17, 56
3.	Norte	705.625	15,23
4.	Serra	704.544	15,20
5.	Fronteira Noroeste	637.549	13,76

Fonte: Sindicato da Ind. Prod. Suínos do estado do Rio Grande do Sul, 2009.
Organização e adaptação: Ana Leticia de Oliveira, 2011.

Deste modo observando-se as tabelas 1 e 2, é possível concluir que no COREDE em que participa o município de Três Passos ele contribui com um percentual aproximado de 14,19% do total de cabeças existentes no Noroeste

²⁴ Foram “criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional” (SCP, 2011).

Colonial. Deste modo, o município se apresenta um expressivo número de animais o que lhe dá destaque entre os componentes do COREDE a que pertence.

Compreendendo a importância da atividade para o município, a Prefeitura municipal de Três Passos investe e estimula a ampliação da produção, seja com novos produtores ou com o fortalecimento dos existentes. Com estas ações, a Secretaria Municipal de Agricultura calcula que, no ano de 2011, com as ampliações que estão se efetivando, o Município venha a atingir uma produção suficiente para se tornar o maior produtor do Estado.

O estímulo para alcançar esta meta se sustenta no entendimento de que, tendo o título de maior produtor, a atividade se valorize ainda mais no Município e para as empresas envolvidas. Entendem que este crescimento pode ser benéfico para conseguir maiores estímulos e recursos das outras esferas do poder Público, Estadual e Federal.

Em termos estaduais a importância da produção suína três-passense exprime significativamente a realidade interna do Município. Por ser um município de pequeno porte e com a economia calcada basicamente na agropecuária, qualquer alteração positiva ou negativa no setor primário é sentida em todos os demais segmentos.

Para se compreender qual o significado desta atividade em termos econômicos, pode-se comparar o capital movimentado juntamente com dados financeiros do Município. Enquanto os valores da receita total arrecadados pela Prefeitura Municipal em 2010 foram de 34.121.995,04 reais, a suinocultura movimentou 36.601.153,64 reais. Os dados indicam que o valor movimentado por esta atividade é superior a receita municipal.

Deve-se salientar ainda a importância da Empresa Sadia S. A., na economia municipal. No ano de 2009²⁵, a Empresa movimentou, segundo o Setor de Tributação da Secretaria de Finanças do município, 48.457.247,94 reais, ou seja, valor significativamente superior que o total de 27.994.662,29 reais arrecadados pelo Município naquele ano. Calcula-se, extra-oficialmente, que o valor retornado aos cofres municipal em tributação sobre a arrecadação da Empresa, seja em torno de 400.000,00 reais.

²⁵ Apresenta-se a comparação dos dados de 2009 da empresa Sadia S. A., e a Prefeitura Municipal de Três Passos, porque não foram disponibilizados os dados de 2010 da empresa.

No entanto, além da participação econômica, torna-se fundamental salientar a contribuição social da Empresa na realidade local. Acredita-se que em torno de quatro mil pessoas estão ligadas direta e indiretamente com esta atividade no Município. Nestas, incluem-se os trabalhadores diretos das propriedades produtoras de suínos e ou funcionários da indústria processadora e trabalhadores indiretos como caminhoneiros responsáveis pelo transporte, seja da carga viva ou posteriormente ao processamento; comerciários ligados ao ramos agropecuários, veterinários, construção civil e outros (Fotografia 9).

Salienta-se a expressividade deste número se comparados aos 23.973 habitantes do Município (IBGE, 2010), ou seja, os 4000 envolvidos na atividade representam aproximadamente 16,68% da população, sem levar em conta o setor de comércio e serviços movidos a partir do capital gerado com as atividades ligadas ao conjunto deste complexo processo agropecuário e industrial.

Diretamente, sabe-se da participação de suinocultores em vários segmentos da sociedade, atualmente e no passado. Podendo destacar vereadores, secretários municipais, líderes comunitários ou de associações específicas a setores, comerciários (inclusive donos de grandes estabelecimentos), além de funcionários públicos. Deve-se considerar a significativa representatividade dos suinocultores no que se refere à influência política e econômica, como também representando os produtores rurais em muitos momentos da realidade e dando margem para que se façam comparações quanto à importância regional alcançada pelos senhores de engenho, barões do café, ou mesmo pecuaristas da Campanha Gaúcha em seus respectivos territórios.

Enfim, a importância da atividade suinocultora deve-se as mudanças que ela tem ocasionado sobre a organização sócio-espacial de Três Passos. Estas mudanças tendem a se intensificarem no Município e promoverem aceleração no ritmo da dinâmica das relações socioeconômicas devido ao porte da unidade empresarial existente.



Fotografia 9 – Empresa de crédito rural ao lado de uma agropecuária.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Parte-se do princípio de que o CAI tende a promover intensa e distinta mudança no local onde se instala, sendo assim, no sistema urbano do Município. Chama a atenção a reorganização conferida ao sistema de infra-estrutura básico identificada pelas instalações e melhorias nas redes de saneamento, ampliação e manutenção das vias de transporte e de acessos às unidades processadoras, além dos nichos ambientais no entorno da produção e a organização política e econômica municipal.

As ações são promovidas de modo a garantir a manutenção e a reprodução das atividades econômicas e, conseqüentemente, do capital gerado, podendo algumas ações desencadear novas relações de produção.

4.5.1 Interferências na organização das redes de transporte

É visível a influência deste setor sobre a infra-estrutura do Município, principalmente na rede de transporte, seja na área urbana, como na rural. Por vezes,

é comum o esquecimento das vias rurais pelas administrações públicas, dificultando o escoamento da produção. No município de Três Passos, isto é notável, principalmente nas localidades com presença de poucas propriedades destinadas a produção comercial.

No entanto, as observações realizadas durante os trabalhos de campo na zona rural do Município mostraram que, nas localidades com presença de suinocultores, há melhor manutenção das estradas. Embora que o poder Público Municipal não realize a manutenção constante, os próprios produtores se preocupam em manter a boa acessibilidade às propriedades, pois tal comportamento facilita o escoamento de seu produto. Salienta-se que, devido ao peso dos caminhões que realizam o transporte da produção, as estradas acabam danificadas demandando constante manutenção.

Na área urbana, observou-se a constante pavimentação das ruas nas proximidades da unidade da Empresa processadora, bem como junto aos acessos que a ligam com as rodovias que circundam o Município (Fotografia 10).

No entanto, a pavimentação não se dá de modo isolado. Juntamente com ela, ocorrem modificações no sistema viário em termos de construção de novas ruas e de reorganização do trânsito nos acessos a Empresa. Isto se faz necessário devido ao intenso fluxo de veículos, principalmente de caminhões em períodos de maior produção.

Durante anos, a área ao entorno da unidade empresarial assistiu intensa circulação de caminhões e permanência a espera de descarga, formando grandes filas e ocasionando dificuldade na circulação dos demais veículos e de pedestres. O alargamento de algumas vias tornou possível a maior fluidez no trânsito, mesmo com filas de caminhões.

Obviamente, esta reorganização apresenta seus aspectos positivos à população. A maior parte das ruas da cidade são calçadas e muitas apresentam má condição de tráfego. Após a presença de novas vias pavimentadas, melhoraram as condições de circulação de veículos e de pessoas.



Fotografia 10 – Pavimentação das ruas próximas a Empresa Sadia S.A.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

A melhoria na rede de transporte influencia no desenvolvimento das atividades econômicas ao possibilitar melhor escoamento da produção. Isto permite entender que o espaço urbano, em um dado momento, passa a ser tratado como o espaço do capital, por receber influência e ser modificado em sua organização para ser mais eficiente e dinâmico a favor da geração de mais capital. Estas alterações provocadas pela dinâmica das relações de produção traduzem a necessidade de se aperfeiçoar o espaço, de forma a reorientá-lo e reorganizá-lo em prol da reprodução do capital. Em verdade, melhoria na infra-estrutura vem a ser uma interferência realizada pelo capital na reorganização da circulação urbana, objetivando aproveitar as espacialidades adequando-as ao bom desempenho das atividades econômicas a serviço do capital.

4.5.2 Interferências sobre o subsistema sócio-ambiental.

Hoje, uma das discussões mais constantes no meio acadêmico, na mídia e em vários setores da sociedade é a questão ligada à preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Aproveitando-se disto, muitas empresas passam a investir na chamada “produção verde”, se utilizando de um discurso em prol do ambiente como meio de promover seus produtos e gerar *marketing* positivo à sua imagem.

No entanto, para o bem ou para o mal, a pressão do público consumidor acaba forçando as empresas a darem maior atenção às questões ambientais relacionadas a todo o processo produtivo. Igualmente, os órgãos públicos se vêm pressionados a exigir cuidados mínimos e a fiscalizar as atividades econômicas desenvolvidas. Em Três Passos, isto não ocorre de modo diferente e algumas normas e leis são estabelecidas visando minimizar os impactos da suinocultura no meio ambiente, considerando todas as suas etapas.

Até alguns anos, era comum ocorrer problemas ambientais ocasionados pela atual atividade, principalmente as relacionadas a eliminação dos dejetos produzidos pelos suínos. Não são poucas as histórias relatadas por produtores e agentes ambientais a respeito de acidentes ambientais, ocasionados por depósitos de estrume que rompiam e contaminavam rios, solos e águas subterrâneas, prejudicando, até mesmo, poços de água que serviam para o consumo das famílias dos produtores. No entanto, hoje se tem normas estabelecidas para a construção e para a manutenção de estrumeiras, de modo a minimizar risco de vazamentos e rompimento.

Os dejetos são aproveitados em lavouras e pastagens como adubo natural. Algumas propriedades possuem biodigestores instalados sobre as estrumeiras, com o intuito original de captação do gás metano produzido para futura utilização. Segundo os suinocultores que possuem este sistema, o mesmo foi instalado há alguns anos em uma parceria da Empresa Sadia S. A., com uma universidade norte-americana. No entanto, nenhum produtor entrevistado soube especificar qual era a instituição estrangeira na parceria (Fotografia 11).

A idéia original era a utilização futura do gás captado. Porém, estas instalações foram abandonadas. Hoje, são locais de retenção do odor exalado devido à decomposição dos excrementos depositados no local.



Fotografia 11 – Biodigestor em uma propriedade suinocultora.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Outra questão ambiental a ser discutida diz respeito direto à saúde pública do Município. Desde a instalação da indústria processadora de suínos, um problema permanece, o forte odor exalado pela queima dos restos dos animais abatidos, que pode ser sentido em toda a área urbana da cidade. Este problema é perceptível, uma vez que a unidade processadora se localiza a cerca de 400 metros da avenida principal da área urbana de Três Passos. (Fotografia 12)

Conforme a percepção da população local, em períodos que precedem chuvas o odor se torna mais perceptível, causando inclusive náuseas e indisposição nas pessoas. Esta situação representa um problema que leva à suspeitas de que a indústria não dispõe de mecanismos suficientes ou eficientes para a filtragem dos resíduos a serem liberados no ar. Problemas como este, muitas vezes, não são questionados pela população, por desconhecimento dos riscos que correm devido a contaminação dos resíduos industriais. Os órgãos públicos, muitas vezes, ignoram os problemas sob argumentação da necessidade de manter a indústria funcionando, uma vez que ela, além de produzir mercadorias, dividendo para a receita municipal,

gera inúmeros e significativos empregos, possibilitando adequado rendimento financeiro e estabilidade de renda *per capita*.



Fotografia 12 – Avenida Central de Três Passos, a Empresa Sadia S. A. ao fundo.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

A dicotomia das discussões internas ao sistema estudado permite o questionamento da possibilidade de desenvolvimento econômico com preservação de boas condições ambientais. Entende-se que toda e qualquer atividade desenvolvida por qualquer grupo social apresenta algum tipo de impacto sobre o ambiente natural, seja ele menor ou maior. Quando estas atividades são intensificadas, naturalmente aumentam também os impactos através de um padrão convencional de produção (ALTIERI E MASERA, 1997).

Hoje, com os constantes melhoramentos tecnológicos, estes impactos tendem a ser diminuídos. No entanto, “a capacidade institucional para promover uma agricultura sustentável é ainda muito débil e muitas das tecnologias disponíveis que poderiam gerar uma agricultura sustentável têm dificuldades para ser adotadas” (KAIMOWITZ, 1997, p. 58). O mesmo aplica-se às fases de processamento do

produto agropecuário. No caso em estudo, observa-se que medidas são tomadas para reduzir os danos ao ambiente, natural e humano, dentro dos interesses da Empresa detentora do capital. Assim, o CAI como um todo passa a realizar ações “sustentáveis” favoráveis a sua imagem frente ao mercado sem perder seu dinamismo produtivo, favorecendo o chamado “capitalismo verde”. Aquelas ações, por mais necessárias que sejam, mas que, de alguma forma, prejudicam a produção ou a acumulação do capital acabam sendo “esquecidas” de serem colocadas em prática.

Enfim, percebe-se que algumas ações, principalmente aquelas que possam favorecer a imagem do CAI, são realizadas e divulgadas das mais distintas formas. No entanto, acredita-se que uma participação mais intensa e eficiente por parte do poder Público seria positiva e importante para reduzir os impactos que ocorrem em distintas etapas do processo produtivo da suinocultura de Três Passos.

4.5.3 Interferências presentes nos traços culturais da suinocultura

As atividades da agropecuária sempre comandaram a manutenção e desenvolvimento econômico do Município e estiveram presente desde a colonização, possibilitando o surgimento de um povoado e, posteriormente, a cidade de Três Passos. A população germânica que influenciou a economia ainda se faz presente no campo e em suas atividades, bem como em sua população.

Ao observar a lista de suinocultores do município, foi possível identificar 128 suinocultores entre UTs e UPLs e que 111 deles possuem sobrenomes de origem germânica, não sendo diferenciado o país de origem, ou seja, a maioria é descendente de imigrantes daquela região da Europa. Os outros 17 produtores possuem sobrenomes de outras sete etnias diferentes sendo: seis portugueses, dois tupi-guaranis, dois franceses, dois italianos, um inglês e um espanhol.

Assim, percebe-se a predominância da cultura germânica entre os trabalhadores do meio rural três-passense. Apesar de reconhecer que, por si só, os sobrenomes não comprovam a influência da cultura de origem sobre o gênero de vida dos agricultores, isso pode ser observado nas entrevistas realizadas junto a população e os contatos mantidos com a população.

Muitas famílias ainda utilizam seus elementos culturais, principalmente de origem alemã, transmitidos de uma para outra geração. Um exemplo disto é a produção caseira de doces, compotas, cucas e outros gêneros alimentícios. A criação de suínos também esteve presente nesta cultura, seja para consumo próprio ou como gênero a ser comercializado. Assim, acredita-se que este fator pode ter contribuído com o desenvolvimento da suinocultura em escala comercial no Município.

Em conversas com um dos agricultores, ele relatou que, até 30 anos atrás, estava integrado a Empresa Sadia S. A., sendo que sua produção era em entorno de 30 a 40 suínos. No entanto, pela inviabilidade financeira da atividade, acabou largando a integração após sofrer com prejuízos na atividade. Hoje, não desenvolve esta atividade. Relatou ainda, que sendo filho de imigrantes alemães, sempre conheceu a produção suína como pequena produção para o consumo da família e comercialização do excedente, juntamente com os demais produtos da propriedade. Porém, com a possibilidade de comercializar com a Empresa Sadia S. A., necessitou modificar sua produção, aumentá-la e realizar melhorias em suas instalações.

Na Fotografia 13 observa-se uma antiga instalação que serviu para abrigar os suínos daquele produtor entrevistado quando integrado a Empresa. Hoje, o ambiente possui função de estrebaria e celeiro para a propriedade.

Enfim, é inegável a interferência das exigências do complexo agroindustrial sobre as formas de produção desenvolvidas nas propriedades. Isto também pode ser observado quando se reconhece que o suinocultor não pode criar separadamente suínos para o consumo familiar. Ele pode consumir algum animal dos lotes produzidos para a Empresa. No entanto, terá que pagar por ele. Antes, o produtor criava o animal para o sustento de sua família; hoje, ele compra o que está criando, independente se diretamente da Empresa, por ocasião da entrega do lote, ou nos supermercados locais.

Sobre os demais produtos produzidos na propriedade, acreditava-se inicialmente que estes sofriam uma drástica redução, devido ao desvio da mão-de-obra e dos recursos da propriedade para a suinocultura. No entanto, segundo entrevistas com os produtores, acredita-se que não se pode generalizar esta redução, uma vez que nem todas as propriedades abandonaram totalmente a agricultura diversificada.



Fotografia 13 – Instalação de antigos chiqueiros.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Alguns produtores entrevistados passaram a se dedicar quase exclusivamente a suinocultura associada com a bovinocultura leiteira, outra atividade desenvolvida no Município. Estes produtores realizam outras atividades de produção, mas apenas para o consumo da família.

Alguns produtores afirmam que o desenvolvimento da suinocultura na propriedade colaborou para a maior diversificação de sua produção. Segundo eles, passaram a ter mais capital para reinvestir em outras atividades de produção e em instalações da propriedade.

Outro argumento colocado diz respeito à liberação da mão-de-obra que pode ser utilizada em outras atividades, pois a suinocultura, na maioria das vezes, ocupa apenas um trabalhador da família.

A entrevista com os produtores possibilitou revelar a dicotomia cultural presente na ocupação do espaço. O novo sistema produtivo intensivo de técnicas e de capital existente, busca aprimorar técnicas em sua produção e de conviver com elementos permanentes e típicos do antigo sistema rural colonial.

As características coloniais encontram-se nos traços culturais históricos passados de geração em geração e que vão ao encontro das inovações aplicadas na produção, sem perder suas raízes e uso. Um exemplo disso é necessidade da manutenção da produção para o consumo da família, observada na maioria das propriedades suinocultoras. Nestas unidades, mantém-se a produção destinada à família, podendo ser ela de origem animal ou vegetal.

Uma das mais importantes observações realizadas refere-se ao contraste no comportamento dos indivíduos. Há a permanência daquele traço cultural determinado pela necessidade do produtor de não deixar de estar próximo de suas origens, através do cultivo da terra e da participação nas etapas da produção. No entanto, este comportamento se contrapõe ao que ocorre na suinocultura, nesta atividade o produtor realiza apenas uma etapa do processo produtivo.

Enfim, percebe-se a ocorrência de algumas contradições ao longo do estudo observadas graças à metodologia utilizada que permitiu a investigação de um intrincado sistema de relações constituindo um objeto complexo, que se coloca sob a ação transformadora de um Complexo Agroindustrial, dinâmico e atuante sobre a organização espacial que constitui um pequeno município de origem colonial.

No trabalho de dissertação, não se teve a pretensão de generalizar e de esgotar as possibilidades de análise e de interpretações acerca da temática abordada e que envolve a transformação de uma formação sócio-espacial. Na verdade, desejou-se despertar enfoques teórico-metodológicos que abrangem definições e conceitos mediante uma visão integrada, utilizando recursos que a ciência geográfica possui a partir dos estudos e das sugestões contidas em obras dos autores analisados.

A investigação referente às ações dos complexos agroindustriais na organização sócio-espacial permitiu reconhecer alterações nas espacialidades antes tradicionais e oriundas de sistemas de produção colonial. Houve mudanças iniciadas nas bases do antigo sistema alterando as relações de produção. Hoje, é possível identificar a presença de novos processos, funções e formas na paisagem da espacialidade, tanto rural como urbana. Por outro lado, descobriu-se a presença de um novo rural em obediência ao período técnico científico e informacional decorrente do processo da globalização que perpassa os territórios nacionais e aproxima o local do global.

Com o desenvolvimento do estudo, pode-se conhecer e compreender a interferências que o capital, na forma dos complexos agroindustriais, exerce sobre a organização das espacialidades. Procurou-se dar atenção especial à suinocultura e a interferência desta na organização espacial do município de Três Passos.

A visão mundializada da economia se completa através de transações de volumoso capital, de produção e de tecnologias. Estas transações afetam diretamente as estruturas sociais, econômicas e ambientais de uma formação sócio-espacial (independente de sua escala de análise), embora seja mais visível a ação em escala local. O patrimônio histórico-cultural sofre modificações, principalmente em espacialidades históricas que, por necessitarem de aportes para o desenvolvimento, criam possibilidades favoráveis aos investimentos e interferência do grande capital. A interferência sobre o local pode ser detectada pela instalação dos complexos agroindustriais (CAIs) em municípios de pequeno e médio porte, como é o caso da formação sócio-espacial de Três Passos.

O estudo realizado, nesta dissertação, identificou a interferência do CAI sobre a organização espacial do referencial empírico selecionado e permitiu reconhecer as transformações ocorridas nos elementos constituintes da espacialidade em suas formas, funções, processos e estruturas. Tais interferências têm origem no contexto do período técnico-científico-informacional do processo de globalização, determinado pela expansão do sistema capitalista. As transformações que vem alterando o antigo sistema de produção colonial para um sistema de agricultura moderna, voltada para o mercado, em verdade, promove a mundialização do mercado ampliando o espaço do capital.

Com as mudanças promovidas, o mercado local passa a ter um crescimento e a conhecer um desenvolvimento econômico dinâmico oriundo da produção fundamentada e estruturada na agropecuária. No caso do estudo desenvolvido, destaca-se a suinocultura destinada a transformação industrial. O próprio local, tendo em sua espacialidade urbana uma unidade de produção empresarial, faz com que a dinâmica processual seja acelerada e que as relações produtivas sejam complexas. Deste modo, pode-se reconhecer a presença de um sistema complexo, dinâmico e eficiente em que os fixos e os fluxos de ligações entre distintas espacialidades sejam expandidos para o seu entorno regional.

Quanto às relações de produção entre os diversos subsistemas e entre seus elementos, considera-se que o caráter dinâmico, múltiplo e diversificado deve-se, principalmente, às comunicações e ao transporte. Esta característica é explicada pela intensidade da produção, circulação de matéria-prima, insumos e tecnologias e pela circulação do produto final. Estes fluxos permitem um intenso intercâmbio devido ao movimento de entrada e saída local e extrapolando para o entorno regional. Por outro lado, este dinamismo, torna possível e necessária a tomada de decisões e a aplicação de ações em tempo real, segundo as necessidades das transformações e a incorporação de novos processos.

Deseja-se destacar que a abordagem analítica da ação dos CAI na transformação de uma formação sócio-espacial é válida como temática de estudo e de reconhecimento de mudanças espaciais. Nas espacialidades, as relações de produção e de reprodução estão sujeitas a ações diversas e, principalmente as econômicas e políticas, que podem ser de cunho meramente econômico ou social e envolver um sistema produtivo.

Em verdade, pode-se dizer que tudo o que diz respeito à prática espacial embasada em ações humanas instauram a dinâmica, quer de forma material ou imaterial. O resultado será sempre a mudança de uma velha paisagem que em um novo estágio, transforma-se em uma nova. Não se pode desconsiderar que estão contidas nela muitas relações do passado. Assim, não se pode afirmar que o velho sistema de produção colonial tenha de todo desaparecido. Ele se mantém como base sólida e permitiu construir um novo patamar de relações econômicas e sociais, permanecendo na base das novas estruturas e das novas formas que vão surgindo em obediência ao movimento dos processos e das transformações segundo uma escala temporo-espacial que se atualiza a cada inovação tecnológica.

Em termos produtivos, as antigas técnicas utilizadas na formação sócio-espacial analisada foram modificadas para suprir a demanda e as exigências da indústria processadora e do mercado consumidor. Tais modificações promoveram igualmente mudanças nas relações do produtor com a produção, reduzindo sua função a uma única etapa do processo. O que outrora era realizado inteiramente por um único produtor como parte integrante de sua formação cultural, agora se dissocia disto e as relações de trabalho tornam-se mais complexas e especializadas

No atual período informacional do capitalismo, aqueles que possuem recursos e acesso à tecnologia dispõem de um espaço maior para vivenciar sua produção. Principalmente, as grandes corporações industriais e altamente capitalizadas, como exemplo a Empresa Sadia S. A., que comandam o processo de globalização, têm à disposição a totalidade do espaço geográfico para explorar. Da mesma maneira, como acontece o avanço da técnica, o espaço geográfico se amplia horizontal e verticalmente.

A industrialização instalada passou por processos de transformação, aumentando e especializando cada vez mais a produção. No sistema colonial, o beneficiamento da produção suína se dava de forma rudimentar e precária dentro das propriedades rurais, com problemas desde o abate até o transporte e o consumo final. Agora, a realidade se apresenta distinta.

Quanto à mão-de-obra, percebe-se que grande parte dela continua familiar, principalmente nas unidades destinadas a terminação; normalmente, apenas um trabalhador ocupa estas unidades. No entanto, encontram-se unidades com a presença de mão-de-obra mista, associando-se familiar com contratada e ou assalariada. Na lógica capitalista de mercado, o trabalho realizado pelos produtores

apresenta-se como uma etapa do processo produtivo cujo valor é estabelecido pela Empresa. Neste processo, o valor do trabalho encontra-se inserido ao valor do produto que, por si só, se sobrepõe aquele. Desta forma, o trabalho que antes representava uma instância social e cultural, reduz-se a mais um recurso produtivo do capital.

A importância da interferência do poder Público ocorre quando se visualiza o poder de decisão da Empresa detentora de capital, pois é ela que detém deliberação sobre termos produtivos, políticos e mesmo logísticos envolvendo sua produção. À administração Pública, cabe interceder em prol dos produtores ou mesmo da espacialidade local como um todo. No entanto, percebe-se que nem sempre as políticas desenvolvidas são favoráveis ao produtor, pois a Administração Pública Municipal tornou-se dependente da Empresa e dos seus rendimentos gerados para os cofres públicos. As interferências não são destinadas apenas a manter o bem-estar social do produtor, mas também mantê-lo como um ator operacional para que o ciclo produtivo não se quebre ou desgaste.

Frente a este contexto, a Prefeitura Municipal de Três Passos procura incentivar a suinocultura através de apoio financeiro e oferecendo infraestrutura aos produtores. Assim, possibilita a manutenção da produção de matéria-prima utilizada na agroindústria, tão fundamental para a economia do Município, uma vez que, além dos impostos, promove empregos diretos e indiretos que irão estimular o crescimento dos demais setores como comércio e serviços.

No entanto, é preciso salientar que nem sempre a presença de um Complexo Agroindustrial em uma espacialidade lhe trará somente resultados positivos. Neste sentido, foi possível reconhecer que questões problemáticas existentes há mais tempo se agravaram em presença do CAI, como é o caso da questão ambiental.

Obviamente, toda atividade econômica produtiva realiza impacto no meio ambiente, porém a suinocultura sempre foi considerada como uma atividade agropecuária que mais prejudica o meio ambiente. Atualmente, as empresas ligadas a sua produção procuram difundir técnicas menos agressivas em todas as etapas produtivas.

O modelo de produção atinge o ápice da exploração dos recursos naturais, depreciando-os através da intensa e voraz ação de como se expande sobre o espaço. Isto pode ser notado através da fragilidade e capacidade dos biomas em se recompor. Nestas condições, o que se pode alcançar são situações ilusórias de

organização espacial e de desenvolvimento rural. Na verdade, o que se observa é a presença de um crescimento econômico concentrado e, até mesmo, podendo ser momentâneo e pontual, pois tudo depende do interesse do capital em permanecer no lugar.

Aproveitando-se das discussões acerca da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade muitas empresas, como a Sadia S. A., investem na chamada “produção verde”. O meio-ambiente passa a ser aliado do *marketing* da Empresa através do discurso da sustentabilidade e se torna uma preocupação constante nas etapas produtivas ligadas a criação de suínos. Aplicam-se tecnologias intensivas e recursos na tentativa de diminuir os impactos negativos no meio-ambiente.

Os subsistemas econômicos, político, social, cultural, ambiental e tecnológico foram afetados em nome da adoção da produção tecnológica em atendimento aos mercados e da necessidade do capital em expansão dominar toda e qualquer espacialidade, principalmente aquelas detentoras de um sistema de produção singular. Isto permite que as relações produtivas na espacialidade rural e desta com o urbano sejam, cada vez mais complexas atingindo todos seus elementos, de maior e de menor importância, no conjunto do sistema produtivo.

Desta forma, entende-se que os procedimentos de transformação estimulados pelo CAI estão levando a uma aceleração do crescimento sócio-econômico local, uma vez que o capital social e técnico está se adequando a uma nova estrutura produtiva.

Acredita-se que, para ocorrer desenvolvimento faz-se necessário haver diversificação das atividades econômicas de forma a manter equilíbrio em suas várias instâncias sócio-ambiental, cultural e econômica. A agricultura, pecuária, indústrias, comércio e prestação de serviços, como setores da economia não prosperam por si e isoladamente. Faz-se necessária a interação entre os diversos setores da produção possibilitando estabilidade e equilíbrio socioeconômico e ambiental na formação sócio-espacial de Três Passos.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ALTIERI, Miguel; MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p.72-105

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARÉA, Neiva Marli Martins dos Santos. **Redes de produção e Dinâmica na organização das Espacialidades**. 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência em la geografia contemporânea**. Barcelona: Barcanova. 1982

CHRISTOFOLETTI, A. **Aspectos da Análise Sistêmica em Geografia**. Geografia. Rio Claro/SP. Out, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da geografia*. In: **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Organizadores), 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.15-47.

COSTA, Armando João Dalla. A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares. Texto para discussão 19/2005. **Economia e Tecnologia**: UFPR: Curitiba, 2005. Disponível em: www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf. Acesso em: 4 nov. 2009.

CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus emigrantes: questões nacionais. In.: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (orgs.). **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: UFSM, 2003. 254p.

DAVID, Cesar. De; MARAFON, Glaucio José. O Processo de modernização da agricultura e a constituição do Complexo Agroindustrial no município de Cruz Alta – RS. **Geografia – Ensino e Pesquisa**. Santa Maria: UFSM, n. 6/7, p.63-92, set. 1994.

DORIGON, C. Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, vol. 1, n. 2. 2004. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewArticle/637. Acesso em: 9 jul. 2009.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. 129p.

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem** (on line) Ano 5, nº 9, 2006 Janeiro/Junho de 2006. Disponível em: <http://feth.ggf.br/Complexos.htm>. Acesso em: 23 mar. 2009.

FANHA, José. **Geografia.Poema**. Blog O Soldadinho de Chumbo. 2006. Disponível em: <http://zefanha.blogspot.com/>. Acesso em: maio de 2011.

FELÍCIO, M. J. *Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão*. In: **Geografia: Revista do Departamento de Geociências**. Universidade Estadual de Londrina - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006, p. 205 – 219.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 351p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologia: agricultura e indústria no Sistema Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAFFITTI, Luis Gustavo. **Três Passos: colonização e imigração**. Ijuí: 2004.

GUDIÑO, María Elina. Geografía de las redes: impacto en la reconfiguración escalar del territorio latinoamericano. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p.1-23. Disponível em: 64.233.163.132/search?q=cache:Nm5CZxKOWkMJ:www.geouerj.uerj.br/ojs/index.php/geouerj/register+Mar%C3%ADa+Elina+Gudi%C3%B1o&cd=2&hl=pt-R&ct=c nk&gl=br. Acesso em: 4 nov. 2009.

GUIMARAES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução (Ed. USA). São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43. Acesso: janeiro 2011.

KAIMOWITZ, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na**

perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p.56-71.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Cosmos, Lisboa: 1954.

LARANJEIRA, Raimundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1978. 154 p.

LEFEBVRE, Henry. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Peninsula (original em francês de 1973). 1976

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**. n. 03. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p.7-21.

MARAFON, Gláucio José. *O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária*. In: **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Julio Cesar de Lima Ramires; Vera Lúcia Salazar Pessoa (Organizadores). Uberlândia: Assis, 2009, p.379-394.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola**: um estudo sócio-histórico-cultural no Município de Concórdia (SC). Ijuí: UNIJUÍ, 2003. Série Dissertações de Mestrado.

MENEGHINI, Ailton José; MIORIN, Vera Maria Favila. *Refletindo a produção familiar*. **Geografia – Ensino e Pesquisa**, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Maria. N.8 – 9, 1995, p. 25-41.

MIORIN, Vera Maria Favila. **Características da modernização da agricultura no centro noroeste do Rio Grande do Sul**.1982. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 1982

MOREIRA, Rui. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc..., Espaço, Tempo e Crítica**. n. 1, v. 1(3), jun. 2007. Disponível em: www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf. Acesso em: 12 jul. 2009.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1923. 272p.

OLIVEIRA, Ana Leticia de. **A feira do produtor rural – manifestação e afirmação da diversidade do rural no mercado de Três Passos, RS**. 2008. 86f. Trabalho de

Graduação (Geografia Bacharelado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

PAIVA, Ruy Muller; SCHATTAN, Salomão; FREITAS, Claus F. Trench de. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo: EDUSP, 1976. p.480.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 31ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.364

Prefeitura Municipal de Três Passos. **Três Passos: A história das comunidades contada por sua própria gente.** Três Passos, 1988.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** v.1. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais. In.: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. (org.) **A Construção do Espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

SALVIA, Flávia La; MARODIN, Elisabeth F. Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul.** Ano 21, n.19. Porto Alegre: set. a dez. 1976.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. *Society and Space: social formations theory and method.* **Antípode**, Worcester. 1977. N. 9 (1): 3-13

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCP – Secretaria da Coordenação e Planejamento. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul/Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2002. Disponível em: www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631. Acesso em: maio 2011.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1998a. p. 211

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1998b. p.109.

SILVA, José Graziano da.. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 238

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução (2 ed., inglesa) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, v. 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2009.

TOPALOV, Christian. **Estruturas agrárias brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 88.

TRICHES, Divanildo. et. al. A cadeia produtiva de carne suína no estado do Rio Grande do Sul e na Serra Gaúcha. XLIV Congresso da Sober. Fortaleza: 2006. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/5/49.pdf. Acesso em: 18 out. 2009.

VEIT, Hugo Antonio. Três Passos na história: contextos. In.: SACHETT, Armando Antônio, et. al (org.). **Memórias I**: Três Passos e municípios descendentes. Três Passos: 1996. p.84 - 148

VIDAL, Lisane Regina. **Dinâmica das espacialidades rurais em territórios coloniais**. 2008, 198 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS – CCNE
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – GCC
LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISA REGIONAL - LEPeR



Apêndice A - Modelo de entrevista semi-dirigida realizada com os suinocultores

ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA AOS PRODUTORES RURAIS

Questionamentos elaborados de forma ampla, visando a liberdade do produtor rural e da pesquisadora para desenvolverem um diálogo aberto de modo a explorar os questionamentos da maneira mais ampla possível.

Data:

Localização da propriedade:

1. A quanto tempo trabalha com a suinocultura? Como ingressou na atividade?
2. Qual o tipo da produção UT ou UPL?
3. Qual a capacidade produtiva da unidade?
4. Conhece a origem dos animais recebidos na propriedade e dos animais vendidos por esta?
5. Como reconhece a relação do produtor/propriedade com a agroindústria processadora?
6. Como se compõe a mão-de-obra na unidade (familiar, assalariado, contratado ou outro)?
7. Quantas pessoas estão ocupadas na suinocultura? E nas demais atividades da propriedade?
8. O proprietário ou algum membro ligado à atividade possui algum tipo de formação técnica na suinocultura?
9. Procura se atualizar a respeito de inovações relacionadas a sua atividade?
10. A unidade recebe apoio técnico? De quem?
11. Como classifica a importância da atividade na renda familiar?

12. A atividade melhorou, piorou ou não interferiu na qualidade de vida da família?
13. Algum membro da família trabalha fora das propriedades? Em que?
14. Quais atividades são desenvolvidas nas propriedades além da suinocultura?
15. Os demais gêneros produzidos na propriedade se destinam ao consumo da família ou à comercialização?
16. Tem preocupações com o meio ambiente? Se sim, como atua em prol deste?
17. Possui dificuldades para manter ou ampliar a produção? Quais?
18. Como é sua relação com outros produtores?
19. Participa de algum tipo de associação, sindicato ou outra entidade organizada?
20. Como é sua relação com o poder público municipal?

OBSERVAÇÃO: Reserva-se espaço para anotações a respeito de observações realizadas na propriedade e sobre conversa com os produtores.

ANEXOS

Anexo A - Base de cálculo para incentivo à suinocultura

BASE DE CÁLCULO PARA INCENTIVO À SUINOCULTURA	
Val or Anterior*	R\$ 5,00 por suíno alojado sistema de terminação
	R\$ 1.500,00 valor máximo por produtor terminador
Lei 4.215/2009	R\$ 10,00 por suíno alojado sistema de terminação sem teto máximo;
	R\$ 60,00 por matriz sistema UPL, sem teto máximo
	0,2 hora máquina para projetos terminação
	1,0 hora máquina para projetos UPL

*UPL não tinha previsão de auxílio na lei, mas era auxiliado valor de R\$ 1500,00.

Sistema Terminação			
500 suínos alojados	Custo: R\$ 85.000,00		
Utiliza mão-de-obra familiar: 1 trabalhador por chiqueirão.			
Auxílio Prefeitura: instalações, estrumeira, silo e embarque/desembarque	100	horas máquina	
Bônus:	R\$000,00	R\$ 10,00/suíno	5,9% do valor investido
Retorno para valor adicionado			
	2,4	1200 suínos terminados/ano.	
		Valor de NFP	R\$ 240.000,00
		Valor / Suíno	R\$ 200,00
Retorno Valor Adicionado:		Direto NFP:	R\$ 13.060,80 por ano
Índice para cálculo do retorno valor adicionado, em %: 5,442			
		Total Retorno:	R\$ 13.060,80
Retorno financeiro médio para o suinocultor:			R\$ 18.000,00 por ano
R\$ 1.261.640,78	Retorno Valor adicionado, somado com o percentual de retorno obtido com o abate		
R\$ 23.183.205,83			
5,442%			
	2,464	R\$ 5.913,60	Valor sem o retorno do abate
Sistema UPL (Unidade Produtora de Leitões)			
500 matrizes	Custo: R\$1.000.000,00		
Utiliza mão-de-obra familiar e contratada: 1 trabalhador para cada 70 matrizes.			
Total de mão de obra contratada por UPL : 6 trabalhadores			
Auxílio Prefeitura: instalações, estrumeira, silo e embarque/desembarque	500 horas máquina		
Bônus:	R\$30.000,00	R\$60	3,0 % do

		,00/matr	valor investido
12.000 leitões por ano			
Produção anual da UPL	Produção/ano	300.000 Kg/ano	
	Valor Kg de leite	R\$ 2,80	
Leitões produzidos por matriz/ano:	24		
Retorno para valor adicionado	Valor de NFP R\$ 840.000,00		
Índice para cálculo do retorno valor adicionado, em %: 2,464			
Retorno Valor Adicionado:		Direto NFP:	R\$ 20.697,60 por ano
		Total Retorno:	R\$ 20.697,60 por ano
R\$ 571.260,49	Retorno Valor adicionado		
R\$ 23.183.205,83			
2,464%			
<p>Obs: Cada funcionário contratado recebe em média R\$ 700,00 por mês. Isto significa, além do retorno no valor adicionado mais R\$ 55.900,00 ao ano injetados na economia local.</p>			

Quadros base de cálculo para incentivo à suinocultura

FONTE: Dados Fornecidos pela Secretaria da Agricultura do município de Três Passos,

2009.

Anexo B - Legislação Municipal de Incentivo à suinocultura

ALTERAÇÕES NA LEI nº 4.215, de 12 de março de 2009. “INCENTIVO A SUINOCULTURA”

Alterar para:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Três Passos a subsidiar os suinocultores três-passenses na construção de **chiqueirões novos**, conforme a tabela abaixo:

FINALIDADE ou TIPO DE CONSTRUÇÃO	NÚMERO MÍNIMO DE ANIMAIS ALOJADOS	VALOR (R\$), POR ANIMAL ALOJADO	MÁXIMO DE HORAS MÁQUINA POR ANIMAL ALOJADO
UNIDADE PRODUTORA DE LEITÕES – Ciclo 21 dias.	30 MATRIZES	R\$ 50,00	0,7hora por matriz
UNIDADE PRODUTORA DE LEITÕES – Ciclo 61 dias.	20 MATRIZES	R\$ 60,00	0,7hora por matriz
CRECHE.	360 LEITÕES	R\$ 5,00	0,07hora por leitão
TERMINAÇÃO O Alimentação Controlada (Cocho).	120 SUÍNOS	R\$ 10,00	0,2hora por suíno
TERMINAÇÃO O Alimentação Contínua (Automático).	120 SUÍNOS	R\$ 8,00	0,2hora por suíno

Parágrafo primeiro: Para estabelecer o **VALOR TOTAL** do subsídio será **multiplicado** o **número de animais alojados** nas instalações pelo **valor (R\$) por animal alojado**.

Parágrafo segundo: Para estabelecer a **QUANTIDADE TOTAL** de horas máquina que serão disponibilizadas a título de subsídio ao suinocultor, será **multiplicado** o **número de animais alojados** nas instalações do suinocultor pela **quantidade de horas máquina por animal alojado**.

Parágrafo terceiro: Receberão também os subsídios os suinocultores nos projetos de **ampliação** de instalações já existentes, desde que na mesma proporção do *caput* deste artigo, e, **somente referente** a ampliação.

Art. 2º Para fazer jus aos serviços de máquinas para terraplanagem para construção e/ou ampliação do empreendimento suinícola, **deverá o suinocultor fazer solicitação por escrito a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SMAMA, via protocolo, apresentando obrigatoriamente a Licença de Instalação – LI, expedida pelo órgão ambiental competente.**

Art. 3º O município de Três Passos realizará os serviços de terraplanagem para construção do chiqueirão e benfeitorias anexas necessárias (composteira, escritório e local para instalação do silo para ração), escavação do depósito de dejetos (esterqueira), local para embarque e desembarque dos animais e vias de acesso ao empreendimento, a título de subsídio, **até a quantidade máxima de horas máquina especificado no Art. 1º**. Caso a conclusão dos serviços ocorra sem atingir o limite do art. 1º, **não restarão horas em haver para o suinocultor**.

Parágrafo Único: Caso a realização dos serviços de máquina exceda o limite estipulado no artigo 1º, fica o suinocultor obrigado a efetuar o pagamento das horas máquina excedentes aos cofres do município no prazo máximo de 60 dias após a realização dos serviços. Vencido o prazo de 60 dias, serão acrescidos no valor total das horas excedidas multa de 2%, conforme Art.29, juro de 1% ao mês, conforme Art. 234 e mais variação da URM (Unidade de Referência Municipal) conforme Art. 198, todos do código tributário municipal (Lei complementar 001/91).

Art. 4º Para obtenção dos subsídios, deverá o suinocultor **protocolar requerimento** junto à Prefeitura Municipal, apresentando a **Licença de Operação – LO**, expedido pelo órgão ambiental competente, a **declaração de integração** fornecida pela empresa integradora, **laudo de conclusão da obra** fornecido pela SMAMA, **negativa de débitos com o município, termo de compromisso da água** e também **notas fiscais de compra de material de construção ou equipamentos**, com valor no mínimo igual ao requerido.

Parágrafo primeiro: Os suinocultores que apresentarem **Licença de Regularização** de suas atividades **não** farão jus aos subsídios da presente lei.

Parágrafo Único: Os recursos financeiros aos quais os suinocultores façam jus serão utilizados prioritariamente para construção de sistemas de captação e acumulação da água das chuvas do telhado do chiqueirão.

Art. 5º Os empreendimentos de construção e/ou ampliação de chiqueirões concluídos até a data de 11 de março de 2009 não estão amparados pela presente lei.

Art. 6º A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Programa – 020 – Expansão de Rebanhos; Ação – 01 – Manter e Ampliar o Programa de Expansão da Suinocultura; Elemento despesa – 3.3.90.48.00.00.00.0001 – Outros Auxílios a Pessoas Físicas.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis Municipais nº 3.400, de 27 de novembro de 1998; nº 3.499, de 25 de agosto de 1999; nº 3.491, de 21 de março de 2000 e nº 3.524, de 25 de agosto de 2000.

Anexo C – Declaração de Compromisso de uso da água.

Três Passos, dia de mês de ano.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA ÁGUA

NOME, brasileiro, produtor rural, portador do CPF 000.000.000-00 Inscrição de Produtor Rural nº 148/0000000, residente na zona rural do município, na localidade de LOCALIDADE, **DECLARO** ser sabedor da quantidade de água necessária e **dispor** desta água em quantidade e qualidade suficiente para implantação e criação de suínos em **sistema SISTEMA**, com N° **(POR EXTENSO)** suínos. A origem da água é ORIGEM DA ÁGUA.

DECLARO também que é de minha total responsabilidade o provimento de água para minhas atividades de suinocultura. Caso venha ocorrer falta desta em minha propriedade, independente da causa, comprometo-me a efetuar o provimento desta por meios e recursos próprios

NOME